



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

231ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 18 e 19 de março de 2015

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

231ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Sala de Reuniões do CNAS, Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, Ala A, 1º Andar, Brasília-DF

Data: 18 e 19 de março de 2015

1 Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e quinze teve início a Ducentésima Trigésima
2 Primeira Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência
3 do Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da
4 Associação Brasileira de Deficientes Visuais – ABEDEV, Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos.
5 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes do CNAS:
6 Conselheira Telma Maranhão Lopes, MDS; Conselheira Léa Lucia Braga, MDS; Conselheira
7 Solange Teixeira, SENARC; Conselheiro José Dias Crus, MDS; Conselheira Juliana Picoli Agatte;
8 Conselheira Mariana Souza Silva, MS; Conselheira Maria José de Freitas, MDS; Conselheira
9 Margareth Dallaruvera, FENAS; Conselheira Célia Maria de Souza Melo, FONSEAS; Conselheira
10 Maria Lúcia Linhares Marquim, CONGEMAS; Conselheira Raimunda Cadó, Fundação Fé e
11 Alegria do Brasil; Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima; Conselheiro Thiago Ferreira
12 Cabral, Fundação Dorina Nowill para Cegos; Conselheira Claudia Laureth Faquinote; Conselheiro
13 Naelson da Silva Ferreira, Rede Brasileira de Cooperação ao Desenvolvimento; Conselheira
14 Dulcinéia Reginato Francisco, Pia Sociedade de São Paulo; Conselheiro Alceu Kuhn, Organização
15 Nacional de Cegos do Brasil; Conselheira Aldenora González, Instituto EcoVida; Conselheiro
16 Anderson Lopes Miranda, Movimento Nacional de População de Rua; Conselheiro Samuel
17 Rodrigues, Fórum Nacional de População de Rua; Conselheira Jucileide do Nascimento,
18 Representante do Conselho Federal de Serviço Social; Conselheira Clátia Regina Vieira, Federação
19 Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas Religiosas e Filantrópicas; Conselheira
20 Mariana Souza Silva; Conselheiro Leovane Gregório, Conselho Federal de Psicologia; Secretária-
21 Executiva Substituta, Sra. Dorinha. **CONVIDADOS:** Sr. Marcelo Cardona, Secretário-Executivo
22 do MDS; Sra. Denise Colin, ex Secretária da SNAS, Sra. Ieda, Secretária da SNAS; Sra. Suzana de
23 Almeida, CMAS/SP; Sra. Marília Câmara de Assis. CMAS/SP; Sr. Carlos Nambu, CMAS/SP; Sra.
24 Rosângela Castro, Secretária Executiva, CMAS/Florianópolis; Sra. Ivone Maria Perassa,
25 Conselheira, CMAS/Florianópolis; Sr. Rodrigo Nader, CEE; Sra. Maria Silvia Coviello,

26 CONSEA/SP; Sra. Maria Michelle Nascimento, CONSEA/SP; Sr. Marcelo Werner, Consultor do
27 Programa Viver Sem Limite/SC; Sr. Alexandre Belino, Secretário-Executivo do CONEDE/SC; Sr.
28 Bruno Cared Tavares, MDS. **ABERTURA.** Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e quinze,
29 o Presidente dei início à Ducentésima Trigésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Nacional
30 de Assistência Social, cumprimentando os presentes e, em especial, ao Secretário Marcelo Cardona.
31 A seguir, solicitou à Sra. Dorinha a conferência do quorum: Conselheiros titulares: Maria José de
32 Freitas; Solange Teixeira; Célia Maria de Souza Melo Lima; Raimunda Nonato Cadó; Alceu Kuhn;
33 Léa Lúcia Braga; Anderson Lopes Miranda; Clátia Regina Vieira; José Crus, Edivaldo da Silva
34 Ramos; Naelson da Silva Ferreira; Dulcinéia Reginato Francisco; Leovane Gregório. Conselheiros
35 suplentes: Mariana Souza Silva; Thiago Cabral; Aldenora González; Margareth Dallaruvera;
36 Jucileide Nascimento. Prosseguindo, o Presidente passou a palavra para o Secretário Cardona, que
37 falou sobre a participação do CNAS na operacionalização dos recursos frente à nova situação vivida
38 pelo país e por ainda não ter sido aprovado o orçamento. Que na Reunião da Presidência Ampliada
39 havia solicitado a revisão do cronograma de atividades propostas e a adoção de novas metodologias
40 para cumprimento dessas ações, sendo que apresentaria a nova proposta. O Secretário Cardona
41 falou sobre a situação, relatando alguns itens que balizavam a atuação do governo federal,
42 especialmente em 2015. Discorreu sobre a situação existente, indicando a previsão de receita para o
43 exercício de 2015 e como as despesas estavam sendo consideradas. Concluindo, agradeceu em
44 nome do MDS a disposição do CNAS em fazer essa avaliação, estando em discussão a
45 reorganização das atividades de 2015, revertendo em benefício do Conselho, da política e dos
46 beneficiários e colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. O Presidente destacou a
47 importância dessa fala, destacando a importância dos encontros realizados e com as propostas
48 apreciadas pelo Pleno visando a realização desses eventos. O Conselheiro Leovane falou sobre a
49 situação atual, a demora na aprovação do orçamento, sendo um desafio para a gestão da política
50 pública. Ressaltou que o corte dos recursos nessa política afetaria o atendimento dos seus
51 beneficiários, dificultando a vida dos mesmos. Falou sobre sua atuação na Comissão de
52 Financiamento, questionando os recursos que disporiam para efetivar os serviços nesse ano,
53 discorrendo sobre a situação. O Secretário Cardona discorreu sobre as colocações do conselheiro
54 Leovane e que considerava procedentes, indicando que à tarde a Ministra abordaria a estratégia
55 adotada pelo governo federal e também para as instâncias estaduais e municipais, com relação ao
56 enfrentamento à pobreza e da extrema pobreza. Falou sobre a preocupação com relação à
57 vulnerabilidade existente, indicando os investimentos feitos na Assistência Social, esperando que
58 fossem aplicados da melhor forma possível, não sendo admitida descontinuidade na prestação de
59 serviços. Concluindo observou que essa dificuldade não era estrutural e em um futuro não muito
60 distante voltariam a ter a situação de absoluta tranquilidade, agradecendo a atenção e colocando-se

61 à disposição para novo convite do CNAS. A Conselheira Jucileide questionou como o CNAS
62 poderia contribuir ou não nesse reordenamento, discorrendo sobre os fundos recebidos e se havia
63 algum levantamento sobre o impacto provocado pelas as ações desenvolvidas pelo Conselho
64 Nacional. Que o Conselho não poderia fazer um reordenamento das suas ações sem ter um
65 levantamento, reiterando que a principal ação do Conselho era o exercício do controle social, com o
66 CNS servindo de modelo para os estados. O Presidente informou que a Secretaria-Executiva do
67 CNAS havia feito um levantamento em relação ao cronograma proposto em 2014 para 2015, sendo
68 construídas algumas propostas e que seriam discutidas. O Secretário Cardona ressaltou o trabalho
69 realizado pelo CNAS, informando ter o limite financeiro até abril, para depois poder definir, tendo
70 preocupação como isso repercutia nas outras instâncias, sendo que após essa regularização teriam
71 condições de fazer o debate proposto pela Conselheira Jucileide. Observou que ainda não tinham
72 uma análise concreta dessa conjuntura, o que aconteceria proximamente, mas sendo esse um
73 momento de reorganização interna, devendo paulatinamente adotar-se as medidas pertinentes e
74 implementando-se as ações necessárias, sendo que mais à frente poderiam fazer um debate mais
75 aprofundado. O Presidente agradeceu a presença do Secretário Cardona convidando-o para voltar
76 assim que o orçamento fosse disponibilizado, discutindo-se as propostas da Secretaria-Executiva,
77 com o Secretário agradecendo o convite. **Item Aprovação da Ata da 230ª Reunião Ordinária do**
78 **CNAS e da pauta da 231ª Reunião Ordinária.** O Presidente indagou se havia algum
79 questionamento em relação à ata. Em não havendo considerou a Ata da 230ª Reunião Ordinária do
80 CNAS aprovada pelo Pleno. **Pauta: Dia 17/03/2015** – COMISSÕES TEMÁTICAS 9h às 16h -
81 Reunião conjunta da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e Comissão de Política da
82 Assistência Social: Representação e representatividade dos trabalhadores e usuários do SUAS e
83 outros. Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social: Apreciação do
84 relatório final de execução orçamentária e financeira referente à Ação 8249 - Funcionamento dos
85 Conselhos e outros. Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social: Apresentação da
86 minuta de alteração do Decreto nº 5003/2004, que dispõe sobre o processo de escolha dos
87 representantes da sociedade civil no CNAS, pela Secretaria Nacional de Assistência Social sobre a e
88 outros. 16h às 19h. Reunião da Presidência Ampliada. **Dia 18/03/2015** – PLENÁRIA – Manhã - 9h
89 às 09h15 Aprovação da Ata da 230ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 231ª Reunião
90 Ordinária. 09h15 às 10h30 - Informes da Presidência/Secretaria Executiva/CNAS, SNAS,
91 Secretaria Executiva do MDS, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros. 10h30 às 12h -
92 Apresentação do replanejamento das atividades do CNAS. Tarde - 14h às 15h Apresentação dos
93 resultados do Plano Brasil sem Miséria pela Ministra do MDS Tereza Campello. 15h às 18h Relato
94 da Comissão Organizadora da X Conferência Nacional de Assistência Social Ranieri Braga - Pauta
95 – Assessoria de Publicação - Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 2/2. **Dia**

96 **19/03/2015** – PLENÁRIA – Manhã - 9h às 10h30 - Continuação do Relato da Comissão
97 Organizadora da X Conferência Nacional de Assistência Social. 10h30 às 12h - Relato da
98 Presidência Ampliada. Tarde - 14h às 15h Relato da Comissão de Normas da Assistência Social.
99 15h às 16h - Relato da Comissão de Política da Assistência Social. 16h às 17h - Relato da Comissão
100 de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. 17h às 18h - Relato da Comissão de
101 Financiamento e Orçamento da Assistência Social. O Presidente sugeriu inversão de pauta, com o
102 relato da Comissão Organizadora da X Conferência ficando para o dia seguinte, antecipando com o
103 relato da Presidência Ampliada. O Presidente submeteu a pauta à apreciação, com a mesma sendo
104 aprovada pelo Pleno. **Item Informes da Presidência/Secretaria Executiva/CNAS, SNAS,**
105 **Secretaria Executiva do MDS, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros. Informes da**
106 **Presidência/Secretaria Executiva/CNAS,** pela Sra. Dorinha: "*Ausências justificadas: Conselheira*
107 *Maria das Graças Prola na reunião da Comissão organizadora da X Conferência Nacional de*
108 *Assistência Social, dias 11, 12 e 13, devido a compromissos institucionais; Conselheira Solange*
109 *Teixeira no dia 13 de março na oitava reunião Plenária da Comissão Nacional de População e*
110 *Desenvolvimento, CNPD, por compromissos e institucionais; Conselheira Solange Teixeira nessa*
111 *reunião no dia 19 de março devido a compromissos institucionais; a Conselheira Eufrásia nessa*
112 *reunião devido a compromissos institucionais; a Conselheira Patrícia nessa reunião ordinária*
113 *devido a compromissos institucionais; a Conselheira Márcia Carvalho dessa reunião por motivo de*
114 *saúde na família; a Conselheira Carmen Fogaça nessa reunião devido a problemas de saúde;*
115 *Conselheiro José Crus nessa reunião do dia 17, devido a compromissos institucionais; o*
116 *Conselheiro Samuel Rodrigues nessa reunião no período da manhã do dia 18, devido a*
117 *compromissos institucionais; a Conselheira Léa Braga nessa reunião no dia 17, devido a*
118 *compromissos institucionais; a Conselheira Juliana Agatte nessa reunião nos dias 17 e 18 pela*
119 *manhã, devido a compromissos institucionais; a conselheira Cláudia Faquinote nessa reunião no*
120 *dia 18 pela manhã devido a compromissos institucionais. Comunicado: a Conselheira Ana Lúcia*
121 *Lima Starling comunicou no dia 13 de março sobre o seu desligamento do CNAS como*
122 *representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por estar em transição para a*
123 *Secretaria de Proteção à Criança e ao Adolescente, informou ainda que o Secretário da Secretaria*
124 *de Planejamento e Investimento Estratégico está tomando as providências necessárias quanto a*
125 *nova indicação. Convocações – participação: o Presidente do CNAS, Edivaldo Ramos, participou*
126 *do Encontro Regional Norte do CONGEMAS, realizado nos dias 5 e 6 de março em Barcarena*
127 *Pará; o Conselheiro Anderson Miranda foi convocado e participou da 136ª reunião da SIT que*
128 *aconteceu no dia 13 de março de 2015 em Brasília. Os Conselheiros integrantes da comissão*
129 *organizadora da X Conferência Nacional de Assistência Social foram convocados e participaram*
130 *da segunda reunião da Comissão nos dias 11,12 e 13 de março de 2015. Os Conselheiros*

131 *Nacionais, titulares e suplentes, foram convocados para participar da 231ª reunião ordinária do*
132 *Conselho Nacional de Assistência Social no período de 17 a 19 de março em Brasília. Os*
133 *Conselheiros Luziele Tapajós, Naelson Ferreira, Juliana Agatte foram convocados para*
134 *representar o CNAS no Encontro Regional do Conselho Nacional de Assistência Social com os*
135 *Conselhos Estaduais de Assistência Social, região Norte. A Conselheira Margareth Dallaruvera foi*
136 *convocada para representar o CNAS na reunião do Fórum Nacional dos Trabalhadores e*
137 *Trabalhadoras do SUAS nos dias 20 e 21 de março em Brasília. O Conselheiro José Crus foi*
138 *convocado para representar o CNAS no Encontro Regional Sudeste do CONGEMAS, cujo tema foi*
139 *a implementação do sistema único de assistência social, SUAS, na prática cotidiana da gestão*
140 *pública nos dias 15, 16 e 17 de março de 2015 na cidade de Niterói e Rio de Janeiro. Participação:*
141 *Secretaria Executiva, CNAS. A Coordenadora de Acompanhamento aos Conselhos, Marlene*
142 *Azevedo, participou da reunião de trabalhos sobre a organização do 6º Fórum Interconselhos PPA*
143 *2016-2019, realizado no dia 10 de março no Palácio do Planalto. E-mails enviados aos*
144 *Conselheiros do CNAS: informe SUAS, 26 de fevereiro de 2015, Ministra convoca governos*
145 *estaduais para melhorar serviços da Assistência Social. Apresentação da Ministra Tereza*
146 *Campello feita na 230ª reunião ordinária do CNAS; Portaria nº 13/2015, publicada no Diário*
147 *Oficial da União de 25 de fevereiro de 2015; arquivo em Power Point apresentado pela Ministra*
148 *Tereza Campello na reunião da 230ª reunião ordinária do CNAS; convocação da 231ª reunião*
149 *ordinária do CNAS; informe cá entre nós, conversa com a Ministra Tereza Campello, março de*
150 *2015. Desafios da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social: boletim*
151 *Brasil social, especial Dia Internacional da Mulher, a Portaria nº 17, publicada no Diário Oficial*
152 *da União de 09/03/2015. Ata e gravação da 230ª reunião ordinária do CNAS. Cópia do ofício*
153 *Ministério da Previdência Social número 17, contendo a manifestação do Departamento de*
154 *Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência que trata da avaliação*
155 *da deficiência para fins de concessão de aposentadoria de pessoa com deficiência em resposta ao*
156 *ofício nº 2/2014 do CNAS, o qual encaminha ao MPS o texto da moção de apoio número 52,*
157 *aprovada na nona conferência nacional. Portarias número 19 e 20 publicada no diário oficial da*
158 *união 12 de março, que dispõe sobre a designação de conselheiros do CNAS. Portaria, pauta da*
159 *231ª reunião ordinária do CNAS. Informe SUAS de 12 de março, políticas públicas garantem*
160 *atendimento especializado para mulheres. Informe sobre o plano de ação e 2015 disponível para*
161 *preenchimento pelos gestores e análise dos conselhos de assistência social e comunicado de que no*
162 *dia 23 de março será realizado uma conferência sobre o plano de ação 2015 e o demonstrativo*
163 *2014 via e NBR às 09h com horário de Brasília. Livro Brasil Sem Miséria versão on line, enviado*
164 *ao presidente Eivaldo Ramos e ao conselheiro Alceu Kuhn. Audiência: o presidente do CNAS*
165 *atendeu em audiência no dia 13 de março às 15h a secretária estadual de trabalho e bem-estar*

166 social, Emília Campos e, para tratar sobre a denúncia enviada pelo conselho estadual de
167 assistência social de Roraima por meio da qual relata dificuldades que impõe, que impedem a
168 atuação daquele conselho. O presidente do CNAS e os Conselheiros Luziele Tapajós, Cláudia
169 Faquinote, Anderson Miranda, José Crus, Léa Braga participaram de reunião com o Secretário-
170 Executivo do MDS, doutor Marcelo Cardona, para tratar do replanejamento das atividades do
171 CNAS. Resoluções e portarias: Resolução CNAS número dois, 27 de fevereiro de 2015; diário
172 oficial 2 de fevereiro de 2015, a seção 1, página 62 que aprova o relatório final da execução
173 orçamentária e financeira, do Fundo Nacional de Assistência Social, exercício 2014. Portaria nº
174 17, de março de 2015, diário oficial 9 de março, seção 1, página 75, que institui o sistema de
175 informação do programa de aquisição de alimentos no âmbito das operações por meio do termo de
176 adesão. Portaria nº 19, de 12 de março de 2015, diário oficial 13 de março, que designa para
177 compor o Conselho Nacional de Assistência Social na qualidade de representantes governamentais
178 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Telma Maranhão Gomes, em
179 substituição a Luziele Maria de Souza Tapajós, Maria José de Freitas em substituição a Simone
180 Aparecida Albuquerque. Portaria nº 20, de 12 de março de 2015, diário oficial 13 de março, que
181 designa para compor o Conselho Nacional de Assistência Social como representantes
182 governamentais Mariana Souza Silva, na qualidade de suplente, representando o Ministério da
183 Saúde, em substituição a Elizabeth Souza Cagliari Hernandez e Célia Maria de Souza Melo na
184 qualidade de titular representando o Fórum Nacional de Secretários de Estado de Assistência
185 Social em substituição a Maria das Graças Soares Prola. Informativos diversos: foram convidados
186 para participar da segunda reunião da comissão organizadora da X Conferência nacional de
187 Assistência Social o Assessor especial do gabinete da Ministra José Dirceu Galão e Assessora da
188 Secretaria Executiva do MDS, Brenda Silva nos dias 11, 12 e 13 de março de 2015. O Sr. José
189 Dirceu Galão, que participa da comissão organizadora da X Conferência Nacional de Assistência
190 Social como convidado, justificou a ausência na reunião da referida comissão devido a
191 compromissos institucionais. O encontro regional do CNAS e CONSEAS da região norte, que ia
192 acontecer nos dias 30 e 31 de março, em Palmas Tocantins foi adiado para os dias 28 e 29 de
193 julho, está bem gente? Aí é só uma retificação, ele não foi cancelado, ele foi adiado. Convites
194 enviados para as senhoras Telma Maranhão e Maria José de Freitas, Mariana Souza Silva e Célia
195 Maria de Souza para participarem da 230ª reunião ordinária do CNAS. Esses convites, eles foram
196 enviados em função de que as nomeações ainda não tinham sido publicadas, de forma a garantir a
197 participação das conselheiras. Aniversariantes de março: Carmen Fogaça no dia 8." O
198 Conselheiro Leovane indagou sobre a situação do Conselho de Roraima, com relação à visita da
199 Secretária de Trabalho, Sra. Emília Campos, com o Presidente esclarecendo ter tratado de uma série
200 de apontamentos com relação ao Conselho ter alterado a composição da parte governamental e com

201 a suspensão por 180 dias das diárias e passagens pela governadora, esclarecendo essa situação. Que
202 havia esclarecido a Secretária sobre a situação, quem informou que de volta ao estado adotaria os
203 procedimentos necessários. O Conselheiro José Crus. Agradeceu a indicação para representar o
204 CNAS na reunião do CONGEMAS da Região Sudeste em Niterói, Rio de Janeiro, reafirmando o
205 compromisso de participação no encontro nacional em Fortaleza, Ceará, nos dias 28, 29 e 30 de
206 abril. Cumprimentou as novas Conselheiras, Telma Maranhão, Zezé, Célia e Mariana, e fez um
207 reconhecimento público pelo trabalho das Conselheiras Luziele, Simone, Elizabeth e Maria das
208 Graças Prola. Indicou o relato dos e - mail enviados aos Conselheiros, sobre o Plano de Ação de
209 2015, e reiterar a importância no CNAS Informa de mobilizar e apoiar na divulgação da
210 teleconferência que aconteceria no dia 23 de março sobre o Plano de Ação e do Demonstrativo,
211 estando com os dois instrumentos disponíveis, solicitando o apoio da Secretaria-Executiva para
212 divulgação da teleconferência. O Presidente esclareceu que o Informativo já havia sido
213 encaminhado para todos os CAS, indicando ter outro sobre o Plano de Assistência e agradecendo ao
214 Conselheiro José Crus por sua representação no CONGEMAS. O Presidente informou as novas
215 Conselheiras, Conselheira Telma em substituição à Conselheira Luziele; Conselheira Maria José em
216 substituição à Conselheira Simone; Conselheira Célia em substituição à Conselheira Graça Prola; e
217 Conselheira Mariana em substituição à Conselheira Elisabeth Hernandez, com a Conselheira
218 Mariana já tendo se apresentado ao Pleno. A Conselheira Telma indicou trazer um informe com um
219 encaminhamento do CNAS, informando que no dia anterior teria a votação da proposta de Emenda
220 Constitucional 171, 93, que propunha a mudança do artigo 228 da Constituição Federal para a
221 redução da maioria penal, falando sobre sua importância. Que haveria uma audiência pública dia
222 24, solicitando ao Conselho que se posicionasse para essa audiência em uma moção ou carta,
223 contrária à redução da maioria penal. O Presidente esclareceu que qualquer documento
224 precisaria ser submetido ao Pleno, tendo que ser elaborado nesses dias e indicando a Conselheira
225 Telma e a Conselheira Clátia para essa tarefa. A Conselheira Maria José manifestou sua satisfação
226 por estar participando nesse Conselho, colocando-se à disposição. A Conselheira Célia manifestou
227 sua satisfação com a indicação pelo FONSEAS, podendo trabalhar em prol da política da
228 Assistência Social. **Informes SNAS.** O Presidente informou que a Secretária Denise faria esse
229 relato após o pronunciamento da Sra. Ministra, e a apresentação da Secretaria-Executiva pelo
230 Secretário Cardona. **Informes da CIT.** O Conselheiro Anderson falou sobre a reunião realizada na
231 Comissão e os temas tratados, sendo importante trazer o informe da relação do Congresso para o
232 CNAS, com os projetos de lei de interesse da Assistência Social, convidando-se a Assessoria
233 Parlamentar do MDS para essa apresentação. Relatou a apresentação do Secretário Helmut
234 Schwarzer, ademais da discussão sobre o orçamento, não acontecendo o aceite e a apresentação e a
235 regionalização e serviços de média e alta complexidade, sendo importante sua discussão inclusive

236 com FONSEAS e CONGEMAS para poder ajudar gestores municipais e estaduais. Indicou a
237 apresentação do calendário da CIT de 2015, manifestando preocupação com a coordenação da X
238 Conferência, com a reunião da CIT acontecendo antes da reunião dessa reunião, falando sobre as
239 viagens que precisaria fazer para atender esses compromissos. O Presidente submeteu ao Pleno a
240 proposta de convidar a Assessoria Parlamentar do MDS para fazer esse informe. A Conselheira
241 Telma esclareceu que os estados haviam solicitado colocar na pauta da CIT os prazos pactuados no
242 ano passado a respeito do processo do reordenamento da oferta dos serviços regionalizados, dos
243 CREAS, PAEFI, serviço de acolhimento de criança e adolescente e serviço de acolhimento de
244 adultos, com os mesmos tendo colocado a questão orçamentária e com essa discussão sendo retirada
245 da pauta e entrando novamente em abril. O Conselheiro José Crus concordou com o Conselheiro
246 Anderson de discussão dos projetos de leis em tramitação no Congresso Nacional e que interferiam
247 na execução da Política de Assistência Social. Observou que a Comissão de Normas poderia inserir
248 na sua agenda essa temática, e convidar a ASPAR para trazer esse cenário, qual o Congresso que
249 tinham atualmente e quais são os projetos de leis que estavam na agenda do Congresso Nacional,
250 falando sobre a situação dos mesmos e sendo importante que a Comissão de Normas e a Comissão
251 de Benefícios e Transferência de Renda estivessem atentas a essas normas. O Presidente informou
252 que a Comissão de Benefícios e Transferência de Renda já havia iniciado essa discussão, com a
253 participação da Assessoria Parlamentar da reunião anterior, encaminhando a proposta à Comissão
254 de Normas. Relatou que apreciariam a proposta de inserir na reunião Descentralizada, mas que
255 estava um pouco difícil, considerando o tempo disponível para a realização dessa reunião, mas que
256 esse tema seria levantado na reunião da Comissão Organizadora. A Conselheira Célia com relação
257 ao tema da regionalização da CIT, informou que o FONSEAS havia justificado a necessidade de
258 adiamento, esclarecendo o que havia sido tratado e com a grande polêmica sendo a questão do
259 financiamento, falando sobre o pagamento das parcelas que haviam sido feito. A Conselheira Léa
260 cumprimentou as novas Conselheiras, acatando a proposta do Conselheiro Anderson e do
261 Conselheiro José Crus com relação à legislação. Reforçou a preocupação da SNAS sobre a
262 discussão sobre o estatuto da família, cuja alteração ia de encontro a muitas formulações na
263 Assistência Social, discorrendo sobre a questão e que a Comissão de Normas apreciasse essa
264 temática, levasse ao CNAS e depois trabalhar juntamente com algumas Comissões, trazendo o
265 assunto de forma mais articulada, falando sobre a questão. A Conselheira Maria José esclareceu que
266 o Departamento de Benefícios e representantes da ASPAR estiveram na Comissão de Benefícios
267 tratando das discussões dos PLs e como os Conselhos poderiam efetivar essa discussão. O
268 Presidente indicou que, conforme a agenda, verificariam a possibilidade de convidar a ASPAR para
269 trazer o relato sobre a composição do parlamento e suas agendas, ademais do encaminhamento para
270 a Comissão de Normas para esse debate. O Conselheiro Anderson sugeriu trazer novamente a

271 discussão do marco regulatório como apresentado pelo governo e pela Conselheira Carolina, com o
272 da Sociedade Civil em junho, relatando a discussão que havia ocorrido na CIT sobre a questão, com
273 o Conselheiro José Crus concordando com essa proposta. O Presidente lembrou que o debate do
274 marco regulatório havia sido realizado no CNAS, mas se fosse de consenso seria novamente
275 agendado e com o Conselheiro Anderson manifestando preocupação com a questão. **Informes do**
276 **FONSEAS**, pela Conselheira Célia, que informou que o Segundo Encontro Nacional do FONSEAS
277 aconteceria no dia 28 de abril em Fortaleza, Ceará, aproveitando o Encontro Nacional do
278 CONGEMAS, nos dias de 28 a 30, indicando os temas a serem tratados e a escolha da nova
279 diretoria do Fórum. A Conselheira Solange lembrou que embora o evento do CONGEMAS
280 começasse no dia 29, no dia 28 estava proposta uma mesa de diálogo com os Secretários Nacionais
281 do MDS, a partir das 15h, com o encontro do CONGEMAS podendo ser entre 9h e 15h, para não
282 chocar as agendas. Registrou que o Secretário da SENARC, Sr. Helmut tinha interesse de participar
283 de todos os fóruns ou encaminhar representantes, solicitando que o FONSEAS encaminhasse
284 convite para essa Secretaria. **Informes do CONGEMAS**. A Conselheira Maria Lúcia relatou que o
285 CONGEMAS finalizaria as reuniões regionais na próxima semana, faltando apenas a Região Sul,
286 que seria no balneário Camboriú, dias 26 e 27, indicando os realizados anteriormente. Que o
287 CONGEMAS solicitava que agradecesse a participação da Secretaria Nacional, do MDS e
288 SENARC, convidando o Conselheiro Anderson e a Conselheira Margareth de participar do
289 encontro nacional dias 28,29 e 30 em Fortaleza, estando pautada a política de Assistência Social.
290 Indicou que o próximo item seria o replanejamento das atividades do CNAS, falando sobre as
291 dificuldades da sua agenda, considerando o acúmulo de atividades, ademais das despesas geradas
292 por essas viagens e com a Presidência Ampliada trazendo uma proposta sobre essa questão.
293 **Informes dos Conselheiros**. A Conselheira Jucileide registrou ter sido comemorado no dia anterior
294 o Dia Internacional do Serviço Social. Indicou a consulta pública feita pelo CONAD, tentando
295 solicitar o adiamento da aprovação da Resolução do CONAD, que tratava das comunidades
296 terapêuticas, solicitando à Conselheira Telma a complementação dessas informações. A Conselheira
297 Telma falou sobre a reunião realizada pelo CONAD dias 10 e 11 de março, com consulta pública,
298 discorrendo sobre o que estava sendo discutido a respeito das comunidades terapêuticas, com a
299 próxima reunião do CONAD s nos dias 5, 6 e 7 de maio, retomando a discussão da Resolução a
300 partir do Artigo 8º, relatando o que estava acontecendo sobre a questão. O Presidente informou que
301 na reunião anterior houve uma proposta de encaminhamento, e a Presidência do Conselho seguiu a
302 orientação da Plenária, com envio de Ofício para o CONAD e Conselhos Estaduais acompanharem
303 essa discussão. Acreditava que a Conselheira Telma devia acompanhar o CONAD, que esclareceu
304 ser o Sr. Rodrigo Delgado, do MDS, que fazia esse acompanhamento, com o Presidente solicitando
305 que trouxesse para o Pleno as informações sobre a reunião de maio para acompanhamento pelo

306 Conselho. O Conselheiro José Crus informou que no mês passado havia participado de vários
307 eventos, reafirmando a importância de o CNAS ter uma agenda com o CONAD, antes da aprovação
308 da minuta, considerando a importância do tema. O Presidente informou que o ofício continha todas
309 essas orientações emanadas da Plenária passada, tendo sido encaminhado para o e-mail do
310 Secretário José Crus e da Conselheira Jucileide. A Conselheira Jucileide confirmou esse envio,
311 sugerindo que diante do colocado pela Conselheira Telma, reiterasse o pedido de reunião do
312 CONAD com o CNAS, sugerindo fazer outro documento reiterando o pedido dessa reunião
313 conjunta. A Conselheira Telma falou sobre a situação, sugerindo fazer uma consulta e ter um
314 momento de diálogo com os Conselhos, antes de aprovar a versão final e verificar com o Presidente
315 do CONAD uma proposta e agilizar nesse caminho. O Presidente indagou se era essa a proposta, de
316 reunião com o CNAS e o CONAD, com a Conselheira Telma complementando terem pedido uma
317 reunião, não tendo sido acatado a prorrogação do prazo das consultas e ter uma reunião, mas o
318 Conselho Nacional de Direitos Humanos, o Ministério Público Federal, tendo a mesma proposta
319 desse evento. Que teriam de tentar agendar um encontro com os Conselhos, com essa representação
320 mais conjunta, assim, que eles terminarem a versão da minuta da Resolução, com o Presidente
321 esclarecendo que essa proposta estava contemplada na solicitação do CNAS, sendo recente o envio
322 do ofício, solicitando à Sra. Dorinha que verificasse a data correta e com a Conselheira Telma
323 pedido, ademais, o conteúdo do mesmo. O Conselheiro Anderson indicou a importância de o MDS
324 ouvir o Movimento Nacional e seus pares, falando sobre a importância da atenção para a
325 populações em situação de rua, estando com uma nova discussão no Comitê POP Rua, agradecendo
326 o atendimento que o MDS havia dado a essa demanda. Faz uma moção de repúdio pelo acontecido
327 em São Paulo, com agressões a moradores em situação de rua e o ex - Senador e Secretário de
328 Direitos Humanos Suplicy, em pleno pátio do colégio. Informou que o Movimento faria um ato,
329 contra essas ações. Relatou que o Movimento completaria dez anos, agradecendo o apoio recebido e
330 que no dia 19 de agosto teriam o III Encontro da Política Nacional, para discutir a Política Nacional
331 de População de Rua, indicando os procedimentos que seriam realizados. O Conselheiro Thiago
332 informou a criação do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas, o FONIF, relatando sua
333 atuação e instância exclusiva da Sociedade Civil, falando sobre o mesmo e as ações que pretendia
334 desenvolver, bem como as suas parcerias. Informou a reunião da Frente Parlamentar Mista, da
335 Câmara e do Senado, de apoio às Santas Casas, hospitais e entidades filantrópicas, no dia 24 de
336 março, às 16h30 no Plenário 7, Anexo 2 da Câmara dos Deputados, convidando a todos os
337 presentes para esse ato. A Conselheira Margareth indagou o nome do Fórum, com o Conselheiro
338 Thiago informando ser FONIF – Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas. O Conselheiro José
339 Crus indagou se Fórum Nacional de Assistência Social deixaria de existir, com o Presidente
340 esclarecendo ser a criação de um novo Fórum. O Conselheiro José Crus solicitou mais informações,

341 com o Presidente pedido ao Conselheiro Thiago que encaminhasse o texto para a Secretaria
342 Executiva que encaminharia para todos os Conselheiros. A Conselheira Margareth indagou quem
343 comporia o Fórum da Assistência Social, considerando que cada segmento tinha a sua
344 representação, com o Fórum da Assistência Social, que deveria acoplar todos os três seguimentos,
345 perdendo a razão de ser. O Conselheiro Thiago observou que não poderia responder pelo outro
346 Fórum, discorrendo sobre a atuação do FONIF, com o Presidente manifestando-se contemplado
347 com esses esclarecimentos. Que se houvesse preocupação em relação ao Fórum das Entidades de
348 Assistência Social, esse debate deveria ser feito no próprio Fórum, não tendo como fazer esse
349 debate no CNAS. A Conselheira Aldenora informou ter participado no dia 3, como Conselheira do
350 CONSEA, pelo Instituto Ecovida, tendo um debate sobre uma portaria levada pela CONAB e que
351 estava em vigor, mas trazia muitas dificuldades para as organizações e entidades beneficiadas com
352 os produtos do PAA, falando sobre essa situação. Que gostaria de trazer a Presidente do CONSEA e
353 um representante da CONAB, para debater essa portaria no CNAS, por se referir aos CMAS e com
354 o conselho nacional não tendo sido ouvido antes da sua emissão. Informou representar o CNAS no
355 CONATRAP, no Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, tendo uma Portaria para que a
356 Comissão de Mobilização e Fortalecimento dos Postos e Núcleos de Enfrentamento para que
357 dessem contribuições sobre a mesma e com prazo até o dia 20, indagando se poderia enviar para
358 todos os Conselheiros, para alguma contribuição, uma vez que essa Portaria dialogava com
359 Assistência Social, principalmente, com os CRAS e com os CREAS. O Presidente indicou que esse
360 documento fosse encaminhado para a Comissão de Conselho, com a Conselheira Aldenora
361 manifestando que gostaria que houvesse esse debate no CNAS. O Conselheiro Anderson informou
362 ter trazido esse tema havia um ano e meio, quando representava o CNAS naquele organismo, sendo
363 importante reforçar a proposta da Conselheira Aldenora. O Conselheiro José Crus concordou que
364 essa pauta deveria ser discutida na comissão de Acompanhamento aos Conselhos, uma vez que
365 implicando nos CMAS e com a discussão das questões da segurança alimentar e nutricional tendo
366 que ser feita na própria instância, tomando-se cuidado para não entrar em searas alheias, com a
367 Conselheira Aldenora indicando o que trazia com relação ao CAS. Como **encaminhamento**, o
368 Presidente reiterou que iria para a Comissão de Conselhos, que tomaria as providências necessárias.
369 A seguir, solicitou à Sra. Dorinha que procedesse à leitura do Ofício do CONAD, que antes
370 registrou a presença de convidados. Após essa apresentação, a Sra. Dorinha informou os termos do
371 ofício, com o Presidente observando que o que havia sido debatido estava contemplado nesse
372 documento, propondo que o CNAS aguardasse alguns dias para reiterar. O Conselheiro José Crus
373 ponderou que os ofícios emitidos teriam que ter delicadeza, não sendo solicitada prorrogação, mas
374 sim que entrassem em contato com o CNAS após a síntese das contribuições da consulta pública.
375 Sugeriu que o Presidente ligasse para o Presidente do CONAD, falando da importância e reiterando

376 que o CNAS queria fazer esse debate. O Presidente esclareceu o que havia sido encaminhado, sendo
377 encaminhamento do Pleno, mas que providenciaria para fazer esse debate com o CONAD. Indicou
378 o próximo **Item Relato da Presidência Ampliada**, sugerindo que o mesmo fosse feito após a fala
379 da Ministra e da Secretária Denise, o que foi acatado pelo Pleno. Observou que no relato da
380 Comissão Organizadora havia alguns documentos bastante longos, citando o Informe 1, que já era
381 de conhecimento dos Conselheiros da gestão anterior, por ocasião da IX Conferência. Que havia
382 que apreciar nesse Pleno os Informes 1 e 2, com o primeiro versando sobre acessibilidade e o
383 segundo dando orientações acerca da realização das Conferências Municipais, sugerindo
384 encaminhar esses anexos aos Conselheiros, sendo fechados na reunião após a Plenária da Comissão
385 Organizadora, logo após sendo enviados para os Conselheiros para não ser necessária sua leitura e
386 apenas os destaques, com essa sugestão sendo acatada pelo Pleno. Informou que os Conselheiros
387 Fábio e Cadó estavam trabalhando nesses documentos, com o apoio da Conselheira Léa.
388 **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a reunião para o almoço, convidando a todos para
389 retornarem às 14h. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o Presidente solicitou à Sra. Dorinha a
390 conferência do quorum: Conselheiros titulares: Maria José de Freitas, Solange Teixeira, Léa Braga,
391 José Crus, Célia Melo Lima, Maria Lúcia Marquim, Raimunda Nonata Cadó, Cláudia Faquinote,
392 Samuel Rodrigues, Clátia Vieira, Edivaldo da Silva Ramos, Dulcinéia Francisco, Fábio Moassab
393 Bruni, e Leovane Gregório. Conselheiros suplentes: Mariana Souza Silva, Thiago Cabral, Aldenora
394 Gonzáles, Margareth Dallaruvera, Jucileide do Nascimento. O Presidente indicou a presença de
395 visitantes, cumprimentando os mesmos. O Conselheiro Fábio indagou como suplente da
396 Conselheira Ana. Que havia se desligado, não assumia a titularidade, sendo feita essa retificação. O
397 Presidente informou que a visita da Ministra havia sido cancelada por ter sido chamada pela Casa
398 Civil, mas que voltaria em outra oportunidade, passando aos **Informes da SNAS**, pela Secretária
399 Denise: *“Boa tarde a todos e todas, conselheiros, presidente, equipe do conselho, os participantes
400 aqui da plenária, essa reunião dos conselhos são abertas e a gente sempre tem uma participação
401 significativa dos municípios, dos estados, dos outros conselhos, o que é de fundamental
402 importância. Eu gostaria de mais uma vez agradecer, comentar que essa é uma prática de praxe
403 Ieda toda vez, todo mês nas Reuniões Ordinárias, quem está ocupando o posto de Secretário
404 Nacional vem apresentar os informes, e a gente tem feito ultimamente quase que um balanço de um
405 mês de uma reunião para a outra, nós apontamos exatamente o que foi deliberado aqui na reunião
406 anterior, e quais foram os procedimentos adotados pela secretaria para dar encaminhamento a
407 estas deliberações, e também informes de eventos, de discussões, de aprofundamentos que estamos
408 fazendo na área, e já adiantando temas que com certeza virão aqui para esta mesa para os debates.
409 Então nós estamos aqui normalmente no primeiro dia do plenário no período da manhã, quando
410 são feitos os conjuntos dos informes, mas o conselho sempre é muito flexível conosco, se ocorre*

411 *alguma outra impossibilidade. Por falar impossibilidade, eu queria, o presidente já mencionou,*
412 *mas eu queria também justificar a ausência da Ministra, vocês se lembram, ela mesma que pediu e*
413 *pautou a sua vinda hoje, estava tudo certo, ontem ainda conversamos à respeito, mas hoje nós*
414 *fomos surpreendidos com algumas rotações que foram postas na pauta, acho que vocês*
415 *acompanharam, quem milita na área da infância ontem à noite a PEC que altera, que faz a*
416 *redução da maior idade penal é uma delas, então o conteúdo que ficou, ontem foi feito um acerto*
417 *pedindo vistas e retirado a votação do projeto de lei que reduz. Mas hoje de manhã, e isso iria para*
418 *uma outra sessão, mas hoje de manhã foi colocado uma proposta de uma medida, eu não sei qual é*
419 *o instrumento jurídico, autorizatória para que haja uma alteração na constituição federal*
420 *reduzindo a maior idade penal, isso hoje de manhã. Ontem também e hoje na madrugada, e hoje*
421 *nós começamos a receber também todos os comunicados, está uma enquete no ar sobre a*
422 *aprovação do estatuto da família, que traz como conceito de família a união formal entre um*
423 *homem e uma mulher, e refuta a união estável seja para pessoas homoafetivas ou de sexos*
424 *distintos. Refuta a adoção de crianças e adolescentes para pessoas do mesmo sexo, e refuta o*
425 *casamento, refuta uma série de coisas que inclusive já estão asseguradas no código civil. Então*
426 *também esta medida está sendo bastante acompanhada lá para ver que tipo de negociação é*
427 *possível ser feita. Na enquete pela internet o percentual de aprovação deste estatuto é maior do que*
428 *o da rejeição, e os deputados estão se manifestando que vão votar conforme a vontade popular e*
429 *tal, então se isso acontecer ele será aprovado. E também estão votando uma série de benefícios*
430 *além da reforma fiscal. Então o conjunto de ministros cujas pastas tem alguma vinculação, foram*
431 *acionados, eles tiveram uma reunião agora na Casa Civil e estão indo para o plenário para poder*
432 *fazer os esclarecimentos e tentar o convencimento de que a gente não perca nenhum direito que já*
433 *foi adquirido, conquistado e não tenha nenhum retrocesso na nossa legislação. Então a gente pede*
434 *desculpas, mas pede ao mesmo tempo envolvimento e o engajamento de vocês com aquilo que*
435 *acreditam e defendem para ver se a gente consegue mobilizar um grande número de pessoas e*
436 *entidades nesse sentido. Pelo menos para que os nossos direitos que já estão assegurados não*
437 *sejam agora eliminados. A ministra pediu para agendar, amanhã ela já tem uma viagem marcada*
438 *para São Paulo, senão se dispunha para vir amanhã, mas pediu para que a gente pudesse agendar*
439 *na próxima reunião que ela gostaria muito sim de continuar fazendo a fala, de ouvi-los, porque*
440 *está num momento de revisão de todas as metas e propostas para esta área, então há oportunidade*
441 *ainda de incorporar demandas que por um motivo ou outro não tenha comparecido, e também fará*
442 *essa explanação a vocês. E ao final eu tinha pensado em fazer isso no final, mas eu acho que já*
443 *começamos, ela também viria para fazer a apresentação, comunicar oficialmente agora esse mês,*
444 *embora eu já tenha dito de público, que eu estarei deixando a Secretaria Nacional de Assistência*
445 *Social no dia 31 de março, por um motivo pessoal de doença na família, mas que houve*

446 identificação de pessoas muito apropriadas e com muito domínio da matéria para continuar, a
447 gente, houve muito receio de haver solução de continuidade, identificar pessoas boas existentes no
448 país inteiro é fácil, agora identificar pessoas que tenham a disponibilidade a vir à Brasília assumir
449 o encargo já não é tanto assim, e acabou da Ieda estar numa oportunidade em um momento de vida
450 que a viabilizou. A Ieda já foi secretária municipal do município de Maracanaú que é uma cidade
451 da região metropolitana de Fortaleza, já foi presidente do Colegiado Nacional de Gestores
452 Municipais de Assistência Social, portanto tem absoluto domínio da operação e da gestão desse
453 sistema. Já foi assessora na secretaria de estado de Fortaleza, do município de Fortaleza,
454 desculpa. E esteve durante toda esta construção como colaboradora, participando do processo de
455 implantação do Sistema Único e de construção do Sistema Único. E ela defendeu no início do mês
456 a sua tese de doutorado aqui na UnB sobre o SUAS e a cultura política, ouvindo uma série de
457 atores, não só de pessoas vinculadas, de gestores, conselheiros, usuários, trabalhadores, mas
458 também prefeitos, vereadores, entidades, para que a gente, então está muito vivo, muito presente
459 alterações e aperfeiçoamentos que são requeridos nessa área. Já foi da Comissão Intergestora
460 Tripartite e enquanto representante de municípios, já foi do Conselho Nacional de Assistência
461 Social enquanto representante de municípios, portanto tem também experiência das duas
462 instâncias, e ela diz, você só fala o que eu já fui, é porque eu deixo para anunciar o que ela será,
463 que a partir do dia 1º de abril, e não é mentira, ela será a nova Secretária Nacional de Assistência
464 Social e estará nesse espaço conversando com vocês mensalmente, e estará coordenando a
465 Comissão Intergestora Tripartite. Mas muito mais do que os cargos e os espaços que a gente tem
466 comentado, ela estará com toda certeza, não há dúvida de quem compõem esse sistema, de que
467 estará buscando aperfeiçoá-lo em toda medida em que a gente for identificando e que for
468 construindo nessa dinâmica coletiva e participativa que vem sendo adotada desde a instalação do
469 SUAS em 2005. Então é com muita alegria mesmo que a gente faz esse anúncio, faz esse
470 comunicado e passa o bastão para a Ieda ao longo dos últimos 15 dias a gente vem fazendo uma
471 transição, acompanhando, também acho que é uma coisa única, não havia essa prática
472 anteriormente de estar repassando todas as agendas, todos os combinados, com todas as áreas
473 para dentro da secretaria, para o conjunto das outras Secretarias Nacionais, gabinete da ministra,
474 Secretária-Executiva, conselho, Comissão Intergestores, a gente foi junto em todos os momentos. E
475 também uma agenda externa com outros ministérios porque é uma política de estado. Então
476 independente de quem estiver à frente, os compromissos serão concluídos com certeza. Então eu
477 pediria que todos pudessem dar uma salva de palmas e a gente pudesse recepcionar com muita
478 alegria a Ieda. Depois também acho que eu concluo os informes e aí passo a palavra, pode ser? Em
479 relação aos informes nós estamos e pediríamos o apoio desse conselho, estamos no ar a partir da
480 próxima semana, e terá uma videoconferência abordando esse tema. Estamos com o plano de ação

481 de 2015 e com o demonstrativo sintético financeiro de 2014 sendo colocado no ar. Enfim
482 conseguimos cumprir o cronograma de que o planejamento seria apontado logo no início de cada
483 exercício, e de que a prestação de contas viria em conjunto, porque ao fazer o balanço das ações
484 que foram executadas no ano anterior, você também já vincula as realizações propostas que está
485 correndo. Esse plano de ação ele é um sistema, um aplicativo informacional que consta, uma
486 elaboração dos municípios em relação as principais ações que eles se comprometem a executar,
487 particularmente vinculadas aos recursos que são cofinanciados pelo Governo Federal, mas não só,
488 uma série de elencos que eles colocam e também qual será a sua, o seu cofinanciamento e a sua
489 vinculação com as ações que estão sendo propostas. Neste sentido a gente pediria que o
490 comunicado todo do conselho pudesse estar informando, porque é de fundamental importância que
491 os conselheiros estejam acompanhando a elaboração deste plano de ação, e a prestação de contas
492 dos recursos do exercício anterior, do ano anterior, porque este plano de ação em demonstrativo
493 irão para o conselho validar e deliberar sobre a sua aprovação integral ou parcial, ou sua
494 rejeição. E traz consequências, se a aprovação é integral, o Governo Federal sim, reconhece
495 aquelas ações como necessárias e importantes a serem cofinanciadas, se ela for parcial, o conselho
496 indica, e para aqueles itens indicados há uma adoção de medidas administrativas com prazo para
497 defesa, recurso, e se ela é reprovada o município deixa de receber o cofinanciamento e entra num
498 processo de um plano de providências e revisão das suas questões. Então se puder sair já essa
499 orientação. Já saiu? A Dorinha está dizendo que já saiu, e acompanhar. Ótimo, ela já está também
500 informando que a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos vai estar acompanhando o
501 preenchimento e também dando as orientações que foram necessárias para os respectivos
502 municípios. Esse plano ele não substitui de forma alguma o plano municipal, é só um planejamento
503 orçamentário, financeiro e técnico das ofertas que serão previstas. Quem responde esse plano e
504 quem depois tem que traduzir para os nossos registros e os nossos aplicativos do sistema de
505 informação da Rede SUAS. A prefeitura, o órgão gestor e o próprio conselho é que tem essas
506 informações inseridas nesses espaços. Então se tiver algum problema que vocês tenham
507 conhecimento, nós vamos deixar aqui depois os contatos, tanto telefônicos, quanto por e-mail, para
508 que vocês possam também estar fazendo essa orientação lá na ponta. Na mesma forma nós
509 estaremos colocando aí o demonstrativo sintético financeiro da execução orçamentária de 2014, e
510 que deve ser preenchido pelos gestores até 30 de abril, e apreciado pelos conselhos até o dia 31 de
511 maio. Certo, do demonstrativo. E do plano de ação vamos ver se as datas estão as mesmas, nós
512 tínhamos conversado para que as datas sejam as mesmas. Não, ainda vai ser informado o
513 preenchimento, está em aberto o prazo, está em aberto o prazo. Isso, oportunamente vai pôr o
514 prazo. No dia 23, segunda-feira que vem, haverá uma teleconferência para orientação dos gestores
515 e dos conselheiros em relação a este preenchimento. A cada ano novos campos são incorporados

516 *afim de que a gente tenha um detalhamento e agora esse ano a gente já está elaborando, inclusive*
517 *informações que possam advir das ações e do cofinanciamento dos governos de estado para a*
518 *gente ter efetivamente todos os entes federativos ali, o Distrito Federal já está porque faz ação de*
519 *execução, mas que possam ter todos os entes federados nesta composição de apoio técnico ao*
520 *desenvolvimento das ações, de execução e de cofinanciamento dos três entes. Há um plano também*
521 *próprio para o ente estadual. Depois a gente repassa todos os canais que vão estar disponíveis*
522 *para recepcionar essa videoconferência, essa teleconferência. Nós também agora no dia 27, vamos*
523 *estar fazendo o lançamento do Censo/SUAS 2014, então dos resultados e das bases de dados que*
524 *também vão estar disponíveis em download inclusive na página da vigilância socioassistencial, e*
525 *dos registros que acompanham os atendimentos da população que é atendida no PAIF e no PAEFI*
526 *e os atendimentos prestados nos nossos equipamentos públicos, CRAS, CREAS, Centros de*
527 *População de Rua, e também nos Serviços de Acolhimento, sejam governamentais ou não. Em 2014*
528 *esse censo esteve disponível de setembro a dezembro, e ele também trouxe uma novidade, e também*
529 *a cada ano um novo campo é apresentado para preenchimento, essa vez nós tivemos todos os*
530 *serviços de convivência e fortalecimento de vínculos também com indicativo, se é prestado*
531 *diretamente pelo poder público ou por entidades não governamentais nessa estrutura. Por falar no*
532 *serviço de convivência, nós assinamos uma instrução operacional juntamente com o MEC para*
533 *viabilizar a integração dos serviços de convivência no Programa Mais Educação dando cobertura*
534 *para aquelas crianças e adolescentes que estariam na jornada ampliada e que forem identificadas*
535 *pelas respectivas da educação e da assistência como também passando por uma série de*
536 *enfrentamentos ou de violação de direitos ou de maior vulnerabilidade e que requerem um*
537 *atendimento específico para além daquelas atividades que são desenvolvidas na jornada ampliada,*
538 *que hoje na área da cidadania, esporte, cultura, lazer, reforço escolar, e para que não haja*
539 *prejuízo para que além deste horário, eles tenham que frequentar um outro serviço, a possibilidade*
540 *de haver a integração dos serviços já nesse conjunto de carga horária e de ofertas para este*
541 *período de sete horas diárias, uma instrução operacional que desse retaguarda para que os*
542 *gestores depois não fossem cobrados pelos órgãos de controle, de estar atendendo no mesmo*
543 *horário a mesma criança, mas em serviço diferenciado por política pública diferenciada de uma*
544 *maneira complementar as demandas daquela população. Para então é uma instrução operacional,*
545 *seguido disso nós também elaboramos em conjunto um material operacional, afim de orientar tanto*
546 *este fluxo e esta articulação na ponta, como também trazer uma série de discussões sobre*
547 *possibilidades de atendimentos, oficinas, e formas de abordagem de determinadas questões. E por*
548 *fim estamos ainda não é Fábio, com um conjunto de reuniões e oficinas sendo desenvolvidas para*
549 *identificar práticas que já são desencadeadas, metodologias, abordagens e formatos de atuação e*
550 *de intervenção que são considerados importantes e que estariam também orientando estas ofertas*

551 na ponta, a gente deixaria esse material disponível no site dos respectivos ministérios, e também
552 construiria algumas orientações e indicativos. Então esse manual de orientações primeiro ele
553 orienta o trabalho das equipes de referência enquanto coordenação e assessoria, e orienta o
554 trabalho dos orientadores sociais lá na ponta para essa atenção. E lembrando de que agora no dia
555 20 de março nós temos o registro desses atendimentos a serem inseridos de todo público que recebe
556 as ofertas do serviço de convivência e do público prioritário, o registro dos atendimentos é
557 trimestral, embora a atenção ocorra semanalmente ou diariamente ou quinzenalmente conforme a
558 organização de cada grupo, mas até o dia 20 de março ele deve ser registrado para que isso seja
559 computado como a possibilidade de cofinanciamento do Governo Federal. Nós estamos
560 surpreendentemente com quase a totalidade da capacidade de atendimento assimilada e assumida
561 pelos municípios e pelo Distrito Federal, registradas em atendimento nesse serviço, e o
562 reordenamento conforme ele foi deliberado por esse conselho, sendo monitorado, mas
563 identificando o respeito as regras e a padronização estabelecida de uma forma muito interessante.
564 Então nós gostaríamos de deixar esses registros e de dizer que hoje pela manhã o Conselheiro
565 Samuel esteve presente, enquanto movimento, mas também disse que é conselheiro desse conselho,
566 nós estamos discutindo um conjunto de propostas e subsídios que foram levantados o ano passado
567 por todo país para o estabelecimento pelo CONANDA e pela Secretaria de Direitos Humanos que
568 já sinalizamos que deve estabelecer regulações e discussões com o Conselho Nacional de
569 Assistência Social, eles já se comprometeram a fazer isso, para definir uma política nacional de
570 criança e adolescente em situação de rua, e inclusive detalhando as diversidades que comparecem
571 quando se trata de situação de rua. Pessoas que estão morando, pessoas que estão trabalhando,
572 pessoas que estão fazendo uso de substância psicoativa, pessoas que estão por um período mais
573 longo, por uma eventualidade, que estão de passagem, que estão sofrendo violência, abuso,
574 exploração sexual, então foram detalhados demandas e, portanto serviços integrados com as
575 diversas políticas públicas setoriais e as entidades não governamentais que fazem a defesa e o
576 atendimento dessa população. Nós estamos com o Ministério da Saúde, Direitos Humanos,
577 Ministério da Justiça e MDS, mas na área da assistência social, discutindo um atendimento muito
578 peculiar que é uma determinação de alguns ministérios públicos de retirada imediata e cassação
579 do poder familiar de jovens adolescentes usuários de substâncias psicoativas que tem seus bebês, e
580 que já na maternidade as crianças são retiradas e o poder familiar é cassado, então nós estamos
581 elaborando uma proposta de um conjunto de serviços que deem o aporte a essas jovens, a esses
582 bebês e as suas respectivas famílias para que isso não aconteça, e quando houver a necessidade
583 seja uma medida de último recurso e não a primeira. E tentando um convencimento jurídico
584 inclusive, porque a interpretação é que no Estatuto da Criança e do Adolescente diz que os
585 adolescentes e crianças não podem ficar expostas ao uso abusivo de álcool e outras drogas, e eles

586 *estão entendendo que estar com a mãe que faz uso do crack é estar expostos a esta situação. E a*
587 *gente, portanto, está primando pelo direito a convivência familiar e comunitária que também está*
588 *naquele conselho, daquele estatuto. E pela possibilidade de preservação desses vínculos, e*
589 *inclusive processo de aleitamento, uma série de outras questões que nós estamos entrando com as*
590 *defesas. Então esse tema virá para discussão nesse conselho, e nós estamos diante desta*
591 *determinada situação que estamos colocando. Então queria agradecer o Conselheiro Samuel, e*
592 *sabemos que todo movimento de população de rua tem apoiado nesse sentido. E aí a luta que hoje*
593 *a gente fazia questão de registrar, não pode ser só para criança e o adolescente, a questão da*
594 *situação de rua ou a defesa da convivência familiar e comunitária envolve várias, a população*
595 *como um todo, e envolve a família, a família nuclear e a família ampliada de todas essas pessoas e*
596 *a gente nunca pode esquecer desta abrangência. Nós também tivemos, eu acho que daí a*
597 *conselheira também vai colocar, mas essa semana, segunda e terça o encontro regional do*
598 *CONGEMAS, preparatório para o encontro nacional da região sudeste que aconteceu na cidade de*
599 *Niterói. A Ieda participou, a ministra também esteve presente na abertura, nós também tivemos*
600 *várias mesas, o MDS ofertou um conjunto de oficinas, estaremos indo na próxima semana, quinta e*
601 *sexta para o último encontro que é da região sul, que acontecerá no município de Balneário*
602 *Camboriú e na sequência nos dias 28, 29 e 30 de abril, na cidade de Fortaleza o encontro*
603 *nacional, fechamos a programação com a participação, também queria agradecer o presidente em*
604 *todas as vezes que possível tem comparecido e tem seu representante também no sudeste. Este*
605 *conselho terá duas oficinas, não é José, depois a gente pode detalhar a participação em duas*
606 *oficinas. Também para falar do funcionamento do controle social e para falar da conferência.*
607 *Então já assegurado na programação conforme a solicitação que vocês nos fizeram e negociado*
608 *com o Colegiado Nacional de Gestores Municipais que atendeu de pronto esse pedido. Depois*
609 *temas que estão sendo discutidos aqui, como a oferta e a qualificação dos serviços, o atendimento a*
610 *determinados públicos prioritários, o cofinanciamento, a gestão do Programa Bolsa Família e do*
611 *Cadastro Único, Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. São temas das oficinas,*
612 *além de termos plenárias ampliadas e simultâneas para discutir a relação com o sistema de justiça*
613 *que também foi demandado por aqui, pelos gestores. A relação com os órgãos de controle para*
614 *discutirmos a outra plenária, que eu já estou me esquecendo aqui, achei que estava com ela mais*
615 *na ponta da língua. Para discutir o sistema de justiça, o trabalho social com famílias, será também*
616 *abordado, adequação da legislação municipal para o Sistema Único de Assistência Social, vocês*
617 *sabem que a maioria das nossas leis são de 2006, entre 2006 e 2008, portanto antes. Desculpa, 96*
618 *e 98, portanto antes das normativas e da implantação do SUAS. E nós estamos fazendo uma*
619 *mobilização grande e fizemos um esboço de legislação que possa servir de subsídio para os*
620 *municípios, e estamos fazendo agora essa discussão com os estados. Também a legislação que*

621 *entrará em vigor a partir de julho sobre o Marco Regulatório da relação do estado com as*
622 *entidades não governamentais. Terá uma mesa exclusiva para tratar desse tema, o papel das*
623 *equipes na qualificação dos serviços e benefícios, o processo das conferências, uma plenária*
624 *grande para estar discutindo, as plenárias simultâneas vão ter em média 250 pessoas. A gestão*
625 *intersetorialidade dos benefícios e da transferência de renda, e depois mesas que tratarão da*
626 *gestão compartilhada do SUAS entre os entes federativos, e uma mesa que falará sobre o usuário*
627 *do SUAS e o acesso ao direito a proteção social. Então esses dois temas, pacto federativo e acesso*
628 *do usuário são os temas centrais de mesas bastante ampliadas, depois plenárias e depois oficinas e*
629 *mini cursos. Nós também teremos uma discussão aberta com os secretários nacionais do MDS para*
630 *dizer a relação de cada uma das secretarias com o Sistema Único de Assistência Social, e um*
631 *reconhecimento de algumas práticas exitosas, que o conselho sempre imprimia. E também uma*
632 *plenária sobre a relação com o legislativo. Então acho que bastante amplo, nós vamos tratar aqui*
633 *do sistema de justiça, do legislativo e das nossas ações e das nossas relações entre os entes. Por*
634 *ora da reunião que tivemos do mês anterior até este, foram os encaminhamentos que nós demos e*
635 *incorporando as solicitações que vocês haviam feito, e mais uma vez eu gostaria então de*
636 *agradecer a excelente relação, respeito e parceria que pudemos estabelecer entre a Secretaria*
637 *Nacional de Assistência Social e esse Conselho Nacional, agradecer o conjunto de presidentes e*
638 *vice-presidentes que ao longo desses quatro anos estiveram conosco na condução desse conselho.*
639 *Agradecer não só a Diretoria Ampliada, mas todos os conselheiros, nós já acompanhamos uma*
640 *mudança de gestão, e que foi de fundamental importância essa abertura e essa discussão bastante*
641 *democrática. E tratando das contradições e tratando inclusive de pensamentos diferenciados para*
642 *construirmos uma unidade na defesa de um sistema de proteção social bastante robusto que*
643 *estamos tentando fazer com o Sistema Único de Assistência Social. E tivemos também duas*
644 *conferências nesse período, agora nos encaminhando para uma, para a terceira, a X Conferência*
645 *desse conselho, mas aqui estivemos acompanhando mais diretamente. Agradecer a recepção,*
646 *agradecer o entendimento que vocês tiveram com a Política de Assistência Social enquanto um*
647 *processo em construção, e em construção coletiva. Então entendendo os limites, mas também*
648 *apontando os desafios e buscando a elaboração de propostas que pudessem responder*
649 *qualitativamente a estas questões. Agradecer os respectivos fóruns, o Fórum Nacional da*
650 *Assistência Social, com a representação das entidades, depois a criação do Fórum de*
651 *Trabalhadores, a construção difícil não é Margareth, que foi de tentar a mesa, e agora já nos*
652 *encaminhamentos do finalmente. O Fórum dos Usuários que agora foi criado, para poder trazer as*
653 *especificidades de cada uma da população que foi atendida. Agradecer muito aos conselheiros*
654 *governamentais, não só dos outros ministérios que se propunham a pensar conosco a*
655 *intersetorialidade, então obrigada Mariana e a todas as antecessoras da área da saúde, ao pessoal*

656 da educação, o Fábio que está agora, mas também tiveram muitos. A Fátima Rampin que pela
657 Previdência, a Ana Lúcia pelo Planejamento e todos os outros que antecederam. E particularmente
658 agradecer aos conselheiros da SNAS que dividem a atribuição de estar aqui discutindo e depois
659 estar lá concretizando e voltar aqui de novo. Mas na verdade essa é a tarefa do órgão executor,
660 agradecer a SENARC que insistiu muito para ter uma titularidade não é Solange, e que se coloca
661 mesmo enquanto Programa Bolsa Família e Cadastro Único dentro da Política de Assistência
662 Social, e trazendo todas as discussões para esse espaço que é de fundamental importância.
663 Agradecer ao respeito e a consideração e a parceria que sempre tiveram particularmente com a
664 minha pessoa. E que é assim que a gente constrói, embora cada um esteja falando de um locus, e
665 falando de um nível de responsabilidade, mas estamos, temos tudo o mesmo objetivo, essa política
666 pública consegue a despeito das convicções políticas, religiosas, mas todos primam por uma
667 proposta ética, democrática, pelas discussões republicanas, e nós conseguimos mesmo ultrapassar
668 as diversidades, respeitar as diversidades, ultrapassar as adversidades e construir uma unidade
669 que tem feito esse sistema ter a capilaridade, ter a robustez que ele se encontra, e já nos apontando
670 uma outra meta para os próximos 10 anos e conseguimos construir um sistema público e gratuito, e
671 com determinados parâmetros de ofertas e qualidade, sabemos que ainda temos muito a avançar, e,
672 portanto o próprio conselho já pautou a discussão do que se pretende com essa política pública
673 para a próxima década. E queria me colocar enquanto pessoa, enquanto cidadã, militante,
674 trabalhadora da área, absolutamente à disposição de vocês para o que precisar, eu estarei
675 voltando para o Ministério Público do estado do Paraná, de onde eu pertencço, estarei na
676 Subprocuradoria de Planejamento cuidando de todas as políticas sociais, portanto criança e
677 adolescente, idoso, pessoa com deficiência, mulher, igualdade racial, saúde, educação, assistência,
678 trabalho, reforma agrária e uma série de outras. Mobilidade, habitação, no planejamento
679 estratégico evidentemente, a instituição tem um planejamento, eu vou ser assessora do procurador-
680 geral em relação às políticas públicas sociais. Então nos veremos com certeza em muitos outros
681 espaços, e eu sei que a relação com o sistema de justiça que também é uma questão cara para o
682 SUAS, eu me coloco à disposição de estar nestas discussões. Muito obrigada e muito sucesso,
683 continuem lutando por um sistema público e vamos construir um plano decenal nessa conferência
684 com muito mais qualidade do que caminhamos até agora, com vocês junto não tenho nenhuma
685 dúvida. Ieda, muito bem vinda, a gente tem certeza da competência, do engajamento, da liderança,
686 mas também tenho certeza das dificuldades que estamos vivendo e, portanto, conte com esse grupo
687 que nunca mediu esforços para estar junto, para elaboração do SUAS, com a secretaria, já fizemos
688 uma reunião com os diretores, coordenadores, você sabe também que pode contar, mas conte
689 comigo em todos os momentos enquanto pessoa, enquanto militante da área. E muito obrigada.” O
690 Presidente agradeceu e destacou a presença da Secretária Ieda, que relatou sua trajetória

691 profissional, destacando a importância do cargo que assumia e seu compromisso com a política da
692 Assistência Social. O Presidente informou que havia uma demanda da Comissão Organizadora, da
693 X Conferência a ser analisada pelo Pleno e que sendo aprovado, seria encaminhada à SNAS para a
694 construção de alguns instrumentais e a indicação de diretrizes, o que se repetiria em outras questões.
695 O Conselheiro Leovane deu as boas vindas à Secretária Ieda, falando sobre as ações realizadas para
696 consolidação do SUAS e sobre a atuação da política de Assistência Social atualmente, citando
697 alguns exemplos. Ressaltou a existência de importantes desafios, esperando que o diálogo com a
698 SNAS ajudasse na sua solução. Agradeceu à Secretária Denise pelo trabalho realizado, tendo
699 cumprido as ações a que se havia proposto. A Conselheira Célia manifestou pesar com a saída da
700 Secretária Denise, destacando o excelente trabalho que havia realizado, mas ponderando que a
701 escolha da Secretária Ieda havia sido muito criteriosa, tendo acompanhado sua militância na política
702 de Assistência Social. Ressaltou a importância do fortalecimento do SUAS na agenda política,
703 discorrendo sobre os desafios colocados, com a Secretária Ieda podendo contar com o FONSEAS
704 nesse novo desafio que assumiria. O Conselheiro Anderson falou sobre a importância que deveria
705 ser dada ao usuário, e com a população de rua não querendo ser problema, relatando seu exemplo e
706 sobre a dificuldade desse segmento de acesso ao CRAS e CREAS e que atualmente estava sendo
707 revertida. Agradeceu à Secretária Denise pela relevância dada à pauta da população em situação de
708 rua, da questão do protagonismo, sendo efetivada, ademais de outras ações para esse segmento.
709 Relatou o que havia acontecido com a prisão de três jovens em situação e a agressão ao Secretário
710 Suplicy, acreditando que a Secretária Denise continuaria, de onde estivesse, com a defesa dessa
711 população. Falou com a Secretária Ieda sobre os problemas existentes, trazendo o usuário para os
712 benefícios existentes e com a necessidade de capacitação sobre o SUAS, e tendo certeza que
713 auxiliaria para a efetivação dessa política. A Conselheira Margareth destacou o trabalho realizado
714 pela Secretária Denise, lastimando sua saída, bem como da Conselheira Simone, desejando sucesso
715 nas suas novas atividades e dado as boas vindas para a Secretária Ieda. A Conselheira Maria Lúcia
716 ressaltou a confiança que os novos Conselheiros trariam para a política, agradecendo o trabalho
717 realizado pela Secretária Denise, destacando, também, o trabalho realizado pela Secretária Ieda
718 junto ao CONGEMAS. O Presidente agradeceu à Secretária Denise pelo trabalho realizado, mas
719 cuja contribuição seria sempre solicitada. Deu as boas vindas à Secretária Ieda, tendo certeza que
720 envidaria todos os esforços para contribuir para o avanço da política de Assistência Social. **Item**
721 **Relato da Presidência Ampliada**, pela Conselheira Cláudia: *“Memória da reunião da Presidência*
722 *Ampliada. Reunião 02 de 2015. Data: 17/03/2015. Horário: 16h às 19h. participantes da*
723 *Presidência Ampliada: Edivaldo da Silva Ramos, Presidente do CNAS, Anderson Miranda,*
724 *Coordenador da Comissão de Política de Assistência Social, Cláudia Faquinote, Coordenadora da*
725 *Comissão de Normas da Assistência Social; Telma Maranhão, representante da Comissão de*

726 *Financiamento e Orçamento da Assistência Social. Solange Teixeira, Coordenadora da Comissão*
727 *de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social. Secretaria-Executiva, Maria Auxiliadora*
728 *Pereira, Secretária-Executiva substituta do CNAS. Silvani Souza, apoio e gabinete, Thais Braga,*
729 *apoio e gabinete. Convidados da Secretaria-Executiva: Bruno Cared Tavares, Assessor; Becchara*
730 *Miranda, Coordenador de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. 1- Informe sobre as*
731 *reuniões das comissões temáticas do CNAS. 1.1: Demanda retirada da reunião da Comissão de*
732 *Normas. Proposição de reunião conjunta com a Comissão de Política, a Comissão de Normas para*
733 *tratar do vínculos SUAS no 16 de junho no período da manhã, e à tarde reunião conjunta da*
734 *Comissão de Política, Normas e Comissão de Acompanhamento aos Conselhos para tratar da*
735 *questão de usuários. Solicitação de realização de debate na Comissão de Normas no dia 15 de*
736 *abril, de 10h as 12h para discussão do Decreto 5.003/2004 com participação de um representante*
737 *da SNAS com disponibilização antecipada da minuta do decreto para apropriação do conteúdo*
738 *pelo CNAS. 1.2: Demanda retirada da reunião da Comissão de Política. Convidar a Secretária*
739 *Nacional de Assistência Social para apresentação na plenária do CNAS de maio da tratativa da*
740 *mesa nacional da gestão do trabalho e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. 1.3:*
741 *Demanda retirada da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. Reunião da*
742 *Comissão de Conselhos para apresentação da SAGI/MDS, do Capacita/SUAS, módulo conselhos*
743 *no dia 15 de abril das 10h às 12h. 1.4: Demanda das quatro comissões. As coordenações das*
744 *quatro comissões informaram as dificuldades de quórum para iniciar as reuniões temáticas. A*
745 *Presidência Ampliada solicita que todos os conselheiros observem os horários de início das*
746 *reuniões para que seja possível realizá-las dentro do tempo previsto, e assim cumprir as*
747 *respectivas pautas. 2: Replanejamento do CNAS 2015. Dos três cenários de calendários de*
748 *atividades do CNAS 2015 apresentados pela Secretaria-Executiva, formulou três propostas,*
749 *tomando como referência o calendário aprovado em 2014, e a Presidência Ampliada recomenda a*
750 *discussão das propostas A e C para decisão da plenária. Calendário de atividades do CNAS 2015.*
751 *Mês: março. Planejamento de dezembro de 2014, referência: 11, 12 e 13, reunião da Comissão*
752 *Organizadora da X Conferência. 17 e 19 Reunião Ordinária, e 30 e 31 reunião região norte,*
753 *Palmas/TO. Proposta de replanejamento A: não tem nenhuma proposta. Adiada para 27 e 28 de*
754 *julho a reunião região norte. Proposta de replanejamento B: adiada para 27 e 28 de julho a*
755 *reunião da região norte. E proposta de replanejamento C: adiada para 27 e 28 de julho. Importa*
756 *destacar, me permitam complementar a leitura do cabeçalho na íntegra dessa proposta do*
757 *instrumental da planilha. A proposta de replanejamento A, a Reunião Ordinária de três dias, com*
758 *redução de gastos na ordem de R\$ 161.478,80. Que representa 10%. Proposta de replanejamento*
759 *B: Reunião Ordinária de dois dias e meio, redução de gastos R\$ 240.259,13; 15% do orçamento.*
760 *Proposta de replanejamento C: execução seguida da Comissão Organizadora e Reunião*

761 *Ordinária. Redução de gastos na ordem de R\$ 280.910, 03. 18%. No mês de abril no planejamento*
762 *de referência, dia 09 e 10 reunião da Comissão Organizadora da X Conferência, oito participantes,*
763 *mais três colaboradores eventuais. A proposta de replanejamento A: 09 e 10, reunião da Comissão*
764 *Organizadora da X Conferência, oito participantes, mais três colaboradores eventuais. Proposta*
765 *B: 13 e 14 reunião da Comissão Organizadora da X Conferência, oito participantes, mais três*
766 *colaboradores eventuais. Proposta C.” Aparteando, o Presidente esclareceu o procedimento*
767 *tomado para esse relato, indicando as atividades a serem realizadas e a diminuição dos gastos,*
768 *conforme quadro de eventos construído pela Secretaria-Executiva. “Reunião Descentralizada e*
769 *Ampliada do CNAS, 16 de abril. 3.1: Definição do tema e da programação da Reunião*
770 *Descentralizada e Ampliada do CNAS, 16 de abril de 2015. 16/04/2015 Reunião Descentralizada e*
771 *Ampliada do CNAS, tema: Construção da Conferência Nacional de Assistência Social 2015. 9h as*
772 *10h mesas de abertura; 10h as 12h balanço do plano decenal pela SNAS/MDS. Ementa: vincular o*
773 *balanço ao tema, lema, e ao subtema da X Conferência de Assistência Social de 2015. 14h as 17h*
774 *apresentação sobre o processo de conferências de assistência social de 2015, presidente e vice-*
775 *presidente. Coordenador da mesa, dois representantes da Comissão Organizadora: governo e*
776 *sociedade civil. 3.2: Proposta de logomarca da Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS de*
777 *abril de 2015 apresentada pelo servidor Bruno Tavares. Encaminhamento: a Presidência Ampliada*
778 *propõe aprovação da logomarca da Reunião Descentralizada e Ampliada de abril, e fez indicativo*
779 *de que em breve proporá uma logomarca padrão para as próximas RDA. 4: Convites. 4.1: O*
780 *CMAS de Santo André, São Paulo, solicita indicação de um representante do CNAS para a*
781 *realização de uma reunião no mês de abril, data a ser indicada pelo representante do CNAS, com*
782 *os Conselhos Municipais dos sete municípios que compõem a região do grande ABC, com o*
783 *objetivo de orientar e discutir os processos de inscrição e manutenção de inscrição de entidades,*
784 *organizações e serviços socioassistenciais. Em especial os serviços de atendimento a pessoas com*
785 *deficiência e as que desenvolvem integração ao mercado de trabalho para jovens e adultos, aos*
786 *moldes do Programa Adolescente Aprendiz, uma vez que estes serviços não estão especificados na*
787 *tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Encaminhamento da Presidência Ampliada:*
788 *indicação do Conselheiro Thiago Cabral que reside na cidade de São Paulo, sendo que a sugestão*
789 *de data partirá do mesmo. Em virtude dos temas da reunião, sugeriu de que o CMAS convide*
790 *também o Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS – DRSP/MDS. 4.2: O CMAS*
791 *de Joinville, Santa Catarina, solicita indicação de um representante do CNAS para participar da X*
792 *Conferência Municipal de Assistência Social nos dias 15 e 16 de julho de 2015. Encaminhamento*
793 *da Presidência Ampliada: os secretários para participação nas Conferências de Assistência Social*
794 *definidos pela Presidência Ampliada são de enviar representantes do CNAS para as conferências*
795 *municipais das capitais e das Conferências Estaduais de Assistência Social e do Distrito Federal.*

796 *Agradecer e informar impossibilidade de participação do CNAS. 4.3: III Fórum Permanente dos*
797 *Assistentes Sociais do Sul do Pará. O III Fórum Permanente dos Assistentes Sociais do Sul do Pará*
798 *será realizado no período de 22 a 23 de maio de 2015, em Redenção/PA. Com o tema: Educação,*
799 *Controle Social e a Valorização dos Assistentes Sociais na Amazônia Brasileira. E solicita a*
800 *indicação de representantes do CNAS para proferir palestras sobre o tema: Participação Popular e*
801 *a Importância do Assistente Social no Controle Social. Encaminhamentos da Presidência*
802 *Ampliada: comunicar impossibilidade de presença do CNAS, parabenizar pela iniciativa e solicitar*
803 *encaminhamento dos resultados do evento. 4.4: A Secretária Municipal de Assistência e*
804 *Desenvolvimento Social de São Paulo, Luciana Temer, convida do Presidente Eivaldo da Silva*
805 *Ramos para compor a mesa de abertura do encontro municipal de vigilância socioassistencial. O*
806 *desafio da estruturação e transparência no dia 20/03/2015 das 9h às 13h. Encaminhamento: diante*
807 *da impossibilidade de presença do presidente, a Secretaria-Executiva consultou os conselheiros*
808 *que residem na cidade de São Paulo, Dulcinéia Reginato e Anderson Miranda, a conselheira*
809 *informou que não pode participar e o Conselheiro Anderson Miranda se colocou à disposição para*
810 *representar o CNAS no encontro. A Presidência Ampliada aprovou a indicação do Conselheiro*
811 *Anderson Miranda. 4.5: O Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro solicita a presença*
812 *do coordenador da Comissão de Política da Assistência Social, Conselheiro Anderson Miranda no*
813 *Seminário Nacional intitulado: A Judicialização do SUAS – Superar Desafios, a ser realizado no*
814 *dia 27 de março de 9h as 13h no auditório da OAB/RJ. Solicitam ainda a possibilidade de*
815 *divulgação junto aos conselheiros do CNAS em mala direta do CNAS. Encaminhamentos da*
816 *Presidência Ampliada: o Conselheiro Anderson Miranda se disponibiliza em participar e informa*
817 *que não haverá ônus para o CNAS. Indicação aprovada pela Presidência Ampliada. 4.6: Seminário*
818 *de formação sobre o Marco Regulatório da Sociedade Civil – MROSC. A Organização Nacional*
819 *dos Cegos do Brasil – ONCB, realizará no período de 24 a 26 de abril próximo na cidade de*
820 *Brasília, Distrito Federal, o Seminário de Formação sobre o Marco Regulatório da Sociedade*
821 *Civil – MROSC. E convida o Conselheiro Alceu Kuhn para participar da cerimônia de abertura do*
822 *referido seminário e como palestrante para abordar os seguintes temas: X Conferência Nacional*
823 *de Assistência Social, participação dos usuários da Assistência Social e Fórum Nacional de*
824 *Usuários da Assistência Social – FNUAS. E estratégias de mobilização e elaboração de propostas*
825 *dos usuários da Assistência Social, com vistas a participarem das Conferências Municipais,*
826 *Estaduais e Nacional de Assistência Social. Encaminhamentos da Presidência Ampliada: em*
827 *virtude da importância do evento e do tema está sendo pautado em várias comissões temáticas do*
828 *CNAS, a Presidência Ampliada recomenda aprovação da participação do conselheiro no*
829 *seminário. 4.7: O Conselho Municipal de Assistência Social de Aparecida de Goiânia informa que*
830 *a X Conferência de Assistência será realizada no período de 17 e 18 de junho de 2015. Solicita*

831 *indicação de representantes do CNAS para proferir palestra magna no referido evento.*
832 *Encaminhamento da Presidência Ampliada: agradecer e informar impossibilidade de participação*
833 *do CNAS, considerando os critérios de participação. 5: Indicação de representantes do CNAS para*
834 *compor a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento – CNPD. A Comissão Nacional de*
835 *População e Desenvolvimento – CNPD tem por finalidade contribuir para a formulação de*
836 *políticas e a implementação de ações integradas relativas à população e ao desenvolvimento.*
837 *Estabelecendo-se uma sintonia entre os interesses do governo brasileiro, da sociedade civil e*
838 *agenda internacional. Os organizadores da referida comissão solicitam a indicação de um*
839 *representante da sociedade civil para participar ativamente das reuniões da CNPD, além de um*
840 *representante do governo. Atualmente a representante titular é a ex-Conselheira Luziele Tapajós, e*
841 *a Suplente Solange Teixeira. Encaminhamento da Presidência Ampliada: indicação da Conselheira*
842 *Cláudia Faquinote na condição de titular, sociedade civil, e Solange Teixeira governo como*
843 *suplente. 6: Indicação de representantes do CNAS para participar do Fórum Participa Brasil*
844 *Interconselhos Ampliado. A Secretaria-Geral da Presidência da República convida o CNAS para*
845 *participar do Fórum Participa Brasil Interconselhos Ampliado a ser realizado no período de 14 a*
846 *17 de abril com abertura no dia 14 as 14h em Brasília, Distrito Federal. Para tanto, solicita a*
847 *indicação de conselheiros e conselheiras não governamentais do CNAS para participar.*
848 *Observando-se necessariamente paridades de gênero e representante de todas as macrorregiões do*
849 *país, para possibilitar a emissão de passagens aéreas e diárias, pedimos que sejam encaminhados*
850 *os dados dos conselheiros e conselheiras participantes até o dia 27 de março de 2015, por*
851 *mensagem eletrônica para conselhosnacionais.sg@presidencia.gov.br. Neste fórum será iniciado o*
852 *processo de participação social do ciclo planejamento – orçamento do governo federal, discutindo-*
853 *se o Plano Plurianual – PPA 2016-2019. Espera-se que a participação dos conselheiros e das*
854 *conselheiras do CNAS reflita o acúmulo das discussões na área de atuação. Incluindo deliberações*
855 *do conselho e resoluções de suas conferências nacionais e planos setoriais que possam ser*
856 *traduzidas em respostas ao próximo PPA. Encaminhamento da Presidência Ampliada: a*
857 *Presidência Ampliada sugere a indicação de dois usuários e dois trabalhadores sendo que os três*
858 *listados abaixo participaram do Fórum Interconselhos, e já acumulam conhecimento das*
859 *discussões. Conselheiros indicados: Anderson Miranda, usuário; conselheiras indicadas:*
860 *Dulcinéia, entidade, e Patrícia, trabalhador. 7: Indicações das comissões para encaminhamento da*
861 *Presidência Ampliada. 7.1: Apresentação pela SNAS do resultado do encontro nacional sobre o*
862 *trabalho social com famílias realizado em 2014. Demanda da Comissão de Acompanhamento de*
863 *Benefícios e Transferência de renda. Encaminhamento da Presidência Ampliada: a Presidência*
864 *Ampliada sugere avaliar a possibilidade de inclusão de pauta na Plenária do CNAS a partir de*
865 *maio. 7.2: Que o CNAS articule com a Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social*

866 visando a garantia dos benefícios socioassistenciais e a transferência de renda nas propostas e
867 emendas aos projetos de lei sobre o BPC, Benefícios Eventuais e Bolsa Família. Encaminhamento
868 da Presidência Ampliada: o presidente enviará ofício para a Frente Parlamentar em defesa da
869 assistência social, articulado com o CONGEMAS e FONSEAS, visando incluir as estratégias de
870 fortalecimento do SUAS discutidos nesses espaços. 8: Denúncia a atuação do Conselho Municipal
871 de Assistência Social de Pedro Leopoldo, Minas Gerais. Manifestação recebida no CNAS por
872 mensagem eletrônica em 17 de março por meio do qual a denunciante informa que a ineficiência
873 do Conselho Municipal de Assistência Social de Pedro Leopoldo, Minas Gerais, uma vez que falta
874 controle, fiscalização, regimento interno atualizado com as normas vigentes, falta de amparo legal
875 para existência e funcionamento em âmbito municipal. O atual conselho é formado por
876 profissionais que alguns não possuem portaria para composição do órgão, não se observa a
877 Instrução Normativa nº 01 de 20 de maio de 2005, e Artigo 31 do Decreto nº 5.209 de 17 de
878 setembro de 2004, no qual se espera que o conselho atue efetiva e regularmente no
879 acompanhamento dos componentes de gestão do PBF, na identificação das famílias mais pobres e
880 vulneráveis do município. Na avaliação da oferta e qualidade dos serviços. No apoio ao
881 desenvolvimento de outras políticas sociais que favoreçam a emancipação e a sustentabilidade das
882 famílias beneficiárias na fiscalização e na apuração de denúncias e no incentivo a participação da
883 comunidade no acompanhamento e fiscalização das atividades do programa. Além de todos os
884 problemas supracitados, o referido conselho não observa os problemas vivenciados nos CRAS do
885 município de Pedro Leopoldo, Minas Gerais, que conta com uma equipe aquém da mínima. Nunca
886 exigiu através de ofícios que o município apresente o plano quadrienal atualizado, que é condição
887 para recebimento de recursos originados do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme
888 Artigo 30 da LOAS 1993. Sabe-se que na ausência do plano o conselho jamais poderia aprovar
889 prestações de contas, reprogramações e ter feito outras deliberações sem a observância da lei. Já
890 foram enviados vários ofícios ao Ministério Público, a própria prefeitura, ao Conselho Municipal
891 de Assistência Social, contudo a resposta desses órgãos sempre são as mesmas, não podemos
892 quebrar o município. Não é prioridade da gestão, pois chegamos no limite da folha, isso é questão
893 de gestão, respostas respectivas aos órgãos citados. Encaminhamento da Presidência Ampliada:
894 submeter ao CEAS Minas Gerais, ao CMAS de Pedro Leopoldo/Minas Gerais e gestão municipal
895 para conhecimento e retorno ao CNAS. 9: Solicitação do Conselho Municipal de Assistência Social
896 de Vitória/Espírito Santo, de parecer conjunto CNAS/MDS quanto a inscrição de entidades
897 beneficentes de assistência social nos CRAS. A Secretária-Executiva do Conselho Municipal de
898 Assistência Social de Vitória/Espírito Santo Erika Cordeiro dos Santos Tassara solicita discussão e
899 emissão de parecer conjunto entre o MDS e o CNAS acerca da limitação prevista na Resolução
900 014/2014 de que é vedado ao CMAS a análise das demonstrações contábeis, uma vez que pode

901 *deixar o CMAS muito vulneráveis na sua atribuição de atestar que a entidade realmente é sem fins*
902 *lucrativos, pressuposto básico para ser considerada entidade de assistência social, bem como para*
903 *definir a área de atuação preponderante. Como já explicamos no e-mail enviado em 14/08/2014 e*
904 *no ofício enviado em 11/12/2014 em determinadas ocasiões os documentos contábeis são o único*
905 *meio do conselho comprovar que as entidades não são de assistência social, contrariando tudo que*
906 *as mesmas declaram no CNPJ, estatuto social e plano de trabalho, porque são documentos que*
907 *podem ser alterados pelas entidades. O COMASV já se deparou com casos de instituições que*
908 *trabalham com prestação de serviços terceirizados, tais como serviços de limpeza, segurança e*
909 *fornecimento de alimentação. E tentam obter a inscrição no CAS visando claramente pleitear a*
910 *certificação de entidade beneficente, e com isso obter isenções fiscais para os contratos de*
911 *prestação de serviços que possuem. E também preocupa o COMASV o fato de que o conselho não*
912 *pode pedir os documentos contábeis que mais nenhum outro órgão vai pedir, porque o novo fluxo*
913 *apresentado pelas normativas do CNAS/MDS não contempla a análise dos documentos contábeis*
914 *em nenhuma das etapas, nem pelo Conselho Municipal durante o processo de inscrição, nem pelo*
915 *gestor local que preencherá o cadastro nacional de entidades e sinalizará a gratuidade das ações e*
916 *a existência do vínculo SUAS, que dá automaticamente a certificação. Nem pelo MDS no processo*
917 *de certificação, já que o Decreto 8.242 dispensa aquelas que são exclusivamente de assistência*
918 *social de apresentar vários documentos contábeis, mantendo como requisito somente a*
919 *demonstração do resultado do exercício. Com base no exposto o COMASV reitera a solicitação de*
920 *que haja uma discussão e emissão de parecer conjunto entre o MDS e o CNAS a cerca desta*
921 *limitação. Encaminhamento da Presidência Ampliada: conforme informado anteriormente ao*
922 *CMAS de Vitória, a matéria está disciplinada em norma, não cabendo ao CNAS emitir parecer. 10:*
923 *Solicitação apresentada pelo representante da Rede Brasileira de Operação e Desenvolvimento,*
924 *Conselheiro Naelson Ferreira, em 17/03/2015. Da relação dos municípios e aplicação de recursos*
925 *financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social aos estados do Rio Grande do*
926 *Norte e Mato Grosso do Sul. Encaminhamento da Presidência Ampliada: as informações*
927 *solicitadas podem ser acessadas pelo link:*
928 *<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/redesuas/sistemas>. Neste endereço acessar a opção*
929 *parcelas pagas público. Selecionar a unidade federativa e gerar o relatório de parcelas pagas por*
930 *município. É possível ainda gerar o relatório financeiro de todas as unidades federativas do Brasil*
931 *na opção menu, que contém as opções consultar parcelas pagas, saldo detalhado por conta,*
932 *distribuição financeira por piso e relatório analítico do desembolso financeiro. 11: Informe sobre o*
933 *retorno quanto ao Ofício Circular nº 01/2015 que enviou a nova composição da Câmara e ao*
934 *Senado a nota de desagravo sobre a atitude desrespeitosa do Deputado Jair Bolsonaro, proferida*
935 *no dia 09 de dezembro durante sessão do plenário da Câmara Federal contra a Deputada Maria*

936 do Rosário. O Secretário-Geral da mesa no Senado Federal, Luiz Fernando Bandeira de Melo,
937 enviou carta ao CNAS em 13/03 informando que o manifesto foi encaminhado à Comissão de
938 Direitos Humanos e legislação participativa do Senado Federal. Por se tratar de assunto pertinente
939 aquele órgão. 12: Proposta de pauta da 232ª Reunião Ordinária do CNAS, Anexo A. Anexo A:
940 proposta de pauta da 232ª Reunião Ordinária do CNAS. 13 e 14/04/2015. 9h as 18h reunião da
941 Comissão Organizadora da X Conferência Nacional de Assistência Social. 15/04/2015, 9h as 12h,
942 reunião da Comissão de Monitoramento das Deliberações da X Conferência Nacional de
943 Assistência Social. 10h as 12h da IX Conferência Nacional de Assistência Social, desculpe. 10h as
944 12h reunião da Comissão de Normas de Assistência Social, Decreto 5.003/2004 que dispõe sobre o
945 processo de escolha dos representantes da sociedade civil no CNAS. 10h as 12h reunião da
946 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, apresentação pela SAGI/MDS do Capacita/SUAS
947 módulo conselhos. 12h as 14h reunião da Presidência Ampliada. 14h as 18h Reunião Ordinária do
948 CNAS. 16/04/2015, Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS. Local: a confirmar. 9h as 18h,
949 tema: Construção da Conferência Nacional de Assistência Social.” O Presidente esclareceu que o
950 Item I era os informes das reuniões das Comissões, tendo algumas demandas de reuniões conjuntas.
951 O Presidente submeteu à discussão e não havendo nenhum questionamento, passou ao Item III.
952 Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS, colocando em discussão o item 3.1 com a proposta
953 de programação. Com relação ao tema, o Conselheiro José Crus sugeriu que o tema fosse
954 “construção do processo de Conferência de Assistência Social de 2015”, com o Presidente
955 concordando com essa proposta. A Conselheira Célia indagou se os Conselhos Estaduais seriam os
956 convidados, com o Presidente esclarecendo esse procedimento. E com a inscrição no site sendo
957 aberta para gestores, Conselheiros e atores da política. A Conselheira Célia se havia previsão para a
958 reunião com os presidentes dos Conselhos, com o Presidente esclarecendo ser regimental e sendo a
959 cada trimestre, com a de fevereiro sendo adiada considerando algumas dificuldades, e sendo
960 programada uma teleconferência, mas com uma agendada para agosto. A Conselheira Célia
961 solicitou que esse informe fosse repassado para os Conselhos Estaduais, com o Presidente
962 esclarecendo o motivo de ainda não ter sido publicizada essa informação. Prosseguindo, o
963 Presidente destacou não haver objeção quanto ao tema, passando à programação: 9h, mesa de
964 abertura; 10h às 12h, um balanço sobre Plano Decenal, para balizar a todos quanto à discussão
965 proposta para a Conferência de 2015, construção de diretrizes para o Plano Decenal 2016-2016; 14h
966 apresentação do processo de Conferência, quando se passaria para os convidados o que havia sido
967 deliberado nas reuniões da Comissão Organizadora e aprovado pelo Pleno. O Conselheiro José Crus
968 sugeriu que fossem apresentado em conjunto a avaliação, o balanço do Plano com o monitoramento
969 das deliberações das Conferências nessa primeira mesa, falando sobre sua importância, com a
970 Conselheira Aldenora concordando com a proposta. O Presidente indagou se o Plano estava de

971 acordo, sendo aprovada essa proposta de balanço do Plano e as deliberações da IX Conferência. O
972 Conselheiro José Crus indagou quem comporia essa mesa, com o Presidente esclarecendo que a
973 SNAS seria convidada para fazer o balanço e com relação às deliberações seria a Comissão de
974 Monitoramento, com a Comissão fazendo a indicação para a coordenação, o que seria tratado no dia
975 seguinte. No Item 3.2, a logomarca, a Conselheira Léa questionou que a redação do item poderia ser
976 mais clara, e se quando estivessem com todos os Conselhos apresentariam uma proposta, com o
977 Presidente esclarecendo ser da reunião ampliada e não da Conferência e que seria definida e
978 colocada no material correspondente. Após mais algumas colocações, o Presidente esclareceu que a
979 escolha dessas logomarcas era restrita à Presidência Ampliada e o Plenário do CNAS, com a
980 Conselheira Léa sugerindo incluir no título “apresentação da proposta de logomarca”. A seguir, o
981 Sr. Bruno passou a apresentar logos de reuniões Descentralizadas e Ampliadas anteriores, falando
982 sobre as mesmas e indicando a nova logo para o próximo evento. A Conselheira Margareth sugeriu
983 que fossem usadas as cores do CNAS, com o Conselheiro Anderson concordando com essa
984 proposta, ademais de sugerir cores identificando as regiões. A Conselheira Cláudia aprovou o
985 projeto apresentado, sugerindo fosse um mapa colorido. A Conselheira Léa indagou sobre as cores
986 colocadas, com o Sr. Bruno esclarecendo os elementos utilizados. Conselheiro José Crus destacou
987 que a identidade do Conselho Nacional tinha que ser preservada em toda sua documentação,
988 sugerindo usar a logomarca como estava colocada em todas as suas peças, e com a Presidência
989 Ampliada propondo que fosse criada uma para a reunião Ampliada em abril e fazendo o indicativo
990 para propor uma logomarca padrão para as próximas, com a Conselheira Solange manifestando-se
991 contemplada com essa fala. O Presidente indagou se queriam a logo original ou defenderiam o
992 bonequinho desmembrado, indicando a proposta acatada pelo Pleno e agradecendo ao Sr, Bruno
993 pelo trabalho realizado. Item IV, tendo no Item 4.1 o convite do Conselho de Santo André, com a
994 indicação do Conselheiro Thiago para essa representação. Item 4.2. Conferência de Joinville.
995 Indicou o encaminhamento de participar apenas das Conferências de capitais e Estaduais, com os
996 convites de outras instâncias sendo tratado igualmente, sendo apenas feito o relato, mas se não
997 tivesse ônus para o CNAS e algum Conselheiro quisesse comparecer, seria possível a sua presença.
998 A Conselheira Aldenora propôs que o CNAS fizesse um informe e encaminhasse para todos os
999 CMAS, inclusive apresentar na reunião Descentralizada para que os CEAS explicassem essa
1000 posição e sem impedimento da presença do Conselheiro se os seus gastos fossem custeados. O
1001 Presidente concordou com essa proposta, solicitando aos Conselheiros Fábio, Léa e Cadó que
1002 inserissem essa proposta no Informe II, ademais da possibilidade de agenda do Conselheiro. O
1003 Conselheiro Anderson concordou com a Conselheira Aldenora, informando ter recebido um convite
1004 para participar em um evento, com suas despesas totalmente pagas, ao que o Presidente ponderou
1005 que os convites coincidentes com a agenda do CNAS deveriam ser desconsiderados, salvo raras

1006 exceções. O Conselheiro José Crus falou sobre o encaminhamento do Item 4.2, e se teriam
1007 condições de sua aprovação, considerando o que havia sido colocado quanto à participação dos
1008 Conselheiros. O Presidente indicou a previsão no Item II e no mês de maio, participação em 26
1009 Conferências, representação do CNAS nas capitais, e na de agosto tendo 27, incluindo o DF,
1010 esclarecendo que essa agenda de maio poderia se diluir nos próximos meses., com o item sendo
1011 apreciado pelo Pleno. No Item 4.3 indicou o mesmo procedimento, com participação do Conselho
1012 Nacional em eventos com grande número de municípios, com esse convite estando especificado
1013 para apenas um município, optando-se por agradecer e incentivar a realização do evento. A
1014 Conselheira Margareth concordou com essa posição haja vista que esse evento estava voltado para
1015 uma categoria profissional e não na política de Assistência Social, sendo solicitada a presença do
1016 Conselheiro Anderson. Item 4.4, O Conselheiro Thiago informou que estaria presente às 9h, mas
1017 não como representante do Conselho. Item 4.5. indicando que o mesmo não teria ônus A
1018 Conselheira Margareth indagou se havia sido aprovada a divulgação junto aos Conselheiros e a
1019 mala direta, o que não estava nos encaminhamentos. O Presidente indagou que após a apreciação do
1020 Pleno, seria encaminhado aos Conselheiros do CNAS. A Conselheira Margareth indagou qual o
1021 critério usado para as representações, sendo que no 4.6, o Conselheiro viria para ficar três dias em
1022 Brasília. O Presidente esclareceu a visita do Conselheiro Anderson e sem ônus para o CNAS,
1023 entendendo essa participação como importante, com a Conselheira Solange complementando essa
1024 informação. O Conselheiro Anderson justificou sua ida a esse evento, considerando o recebimento
1025 de outros convites e com a Presidência Ampliada negando a presença por falta de recursos e com a
1026 Conselheira Cláudia relatando o que havia acontecido na reunião. Item 4.6. O Seminário sobre o
1027 Marco Regulatório da Sociedade Civil, que vai ser organizado pela Organização Nacional de Cegos
1028 do Brasil. Esclareceu o encaminhamento de que o Conselheiro Alceu representaria o CNAS, com o
1029 Conselheiro José Crus questionando se havia subsídios para orientar o Conselheiro Alceu nessa
1030 representação. O Presidente esclareceu que esse evento seria após a reunião ampliada e que traria
1031 elementos para essa oportunidade. A Conselheira Margareth indagou qual o procedimento usado
1032 para os eventos, considerando ter defendido a posição da Presidência Ampliada de não enviar
1033 representante por se tratar de um evento específico e depois enviado um Conselheiro por três dias,
1034 sendo um segmento, Organização Nacional dos Cegos do Brasil, com as medidas adotadas devendo
1035 ser iguais para todos. O Conselheiro Alceu falou sobre essa representação do CNAS no evento
1036 citado, com a Ministra colocando que o foco dessa política era o usuário, com a Organização
1037 Nacional de Cegos do Brasil, tendo setenta entidades filiadas em todo o território nacional,
1038 considerando essa abrangência muito significativa. Em nome da Organização Nacional de Cegos do
1039 Brasil agradeceu pela compreensão da Presidência Ampliada, na desmerecendo os demais convites,
1040 mas sendo importante a representação do CNAS nesse evento. A Conselheira Margareth discorreu

1041 sobre seu entendimento quanto a essas representações sem ônus, com o Presidente esclarecendo
1042 como havia se dado a aprovação da representação pelo Conselheiro Anderson. O Presidente
1043 consultou ao Pleno sobre o indicativo da Presidência Ampliada e o da Conselheira Margareth, que
1044 fosse uma aprovação sem ônus ao CNAS. O Conselheiro Thiago ponderou que havia que usar o
1045 critério do bom senso, destacando a competência do Conselheiro Alceu para comparecer a esse
1046 evento, sendo um investimento na política de Assistência Social e na incrementação do SUAS,
1047 defendendo a proposta da Presidência Ampliada. A Conselheira Célia ponderou que para tais
1048 deslocamentos para representar o CNAS, deveria haver uma portaria, concedendo seus direitos
1049 como agente público, esclarecendo sua colocação. Que sendo aprovada a participação nesse evento
1050 de três dias, o Conselheiro teria que estar nomeado e o CNAS arcar com as responsabilidades, a não
1051 ser que o Conselheiro dispensasse, mas sendo favorável à sua ida, sendo nomeado e recebendo o
1052 que tinha direito como agente público. O Presidente indicou que sempre que um Conselheiro era
1053 designado a representar o Conselho, recebia a convocação, com ônus ou sem ônus. O Conselheiro
1054 Anderson esclareceu seu posicionamento, informando que iria pela Comissão de Política, por ser
1055 tema afeto a essa Comissão, considerando esgotado o assunto e com o Presidente esclarecendo os
1056 posicionamentos tomados. Após mais algumas colocações, o Conselheiro Leovane ponderou que
1057 gostaria que os critérios fossem repassados, , para que as pessoas tomassem conhecimento, e a partir
1058 dai verificar os convites recebidos e, caso os mesmos fossem ruins, deveriam ser revisados e parar
1059 com a discussão sobre custos no exercício da política de Assistência Social. A Conselheira Léa
1060 ponderou que havia que levar em consideração a questão dos custos, conforme colocado pelo
1061 Secretário Cardona, mas que isso não deveria interferir nas ações do Conselho. Ressaltou que o
1062 CNAS sempre havia trabalhado com critérios, com a participação nos eventos indo ao encontro dos
1063 interesses do Conselho Nacional e não de quem convidava, com o Conselheiro José Crus
1064 manifestando-se contemplado com a fala da Conselheira Léa. A Conselheira Margareth esclareceu
1065 sua colocação, tendo inquirido a respeito dos critérios usados, reconhecendo que os mesmos sempre
1066 existiram e foram utilizados pelo CNAS. O Presidente destacou os critérios usados para esses
1067 eventos, os quais sempre eram aplicados nessas questões, discorrendo sobre o que havia sido
1068 discutido pela Presidência Ampliada. A Conselheira Telma sugeriu retomar o assunto na reunião da
1069 Presidência e detalhar os critérios e os convites recebidos, trazendo um posicionamento mais claro
1070 para o Pleno e com o Presidente relatando uma situação ocorrida, afeta a essa questão. O
1071 Conselheiro Alceu relatou alguns convites, sugerindo seu nome, e destacando que os critérios eram
1072 considerados, concordando com a criação de um documento, sobre os critérios de participação. O
1073 Conselheiro Anderson destacou a indicação do seu nome em vários momentos, manifestando-se
1074 contrário com essa exposição e informando sua participação no evento devido o relevante tema a
1075 ser tratado. O Presidente, como encaminhamento, indicou que a Presidência Ampliada pautaria para

1076 a próxima reunião a discussão acerca dos critérios, com a Conselheira Clátia se manifestando a
1077 favor da decisão da Presidência Ampliada. A Conselheira Aldenora solicitou correção no item nesse
1078 4.6, onde falava do Fórum Nacional de Usuários da Assistência Social, com a sigla correta sendo.
1079 FNUSUAS. Concluindo, o Presidente indicou os dois encaminhamentos: manter o encaminhamento
1080 da Presidência Ampliada, e o da Conselheira Margareth, que retirou sua proposição. O Conselheiro
1081 José Crus indagou se sua participação em algum evento seria patrocinada pelo CNAS, uma vez que
1082 era representante do MDS, sendo esse um dos critérios. O Presidente considerou aprovado pelo
1083 Pleno o **encaminhamento** para que a Presidência Ampliada reavaliasse os critérios e se havia
1084 necessidade de alguma alteração. **Item 7. 4.7**, com o mesmo encaminhamento do convite feito por
1085 Joinville. O Conselheiro José Crus indagou se as representações constavam no item 2, com o
1086 Presidente esclarecendo que as mesmas haviam surgido ao longo do processo, mas que seriam
1087 debatidos mais à frente. **Item 5, indicações de representantes para compor a Comissão.**
1088 Informou que o Conselho já fazia parte dessa Comissão, com a Conselheira Luziele como Titular e
1089 a Conselheira Solange como Suplente, tendo a proposta da Presidência Ampliada da Conselheira
1090 Cláudia como Titular e a Conselheira Solange como Suplente. **Item 6, indicação de**
1091 **representantes do CNAS para participar do Fórum Brasil.** A Conselheira Margareth observou
1092 que a Presidência Ampliada sugeria a indicação de dois usuários e dois trabalhadores, com o
1093 Presidente informando que haviam alterado para um por segmento, valorizando a participação
1094 maior ou dos usuários ou dos trabalhadores, ficando um por segmento, e acrescentaria dois
1095 usuários. A Conselheira Margareth solicitou que o encaminhamento fosse alterado, com a
1096 Conselheira Cláudia lembrando que na Presidência Ampliada não haviam indicado um segundo
1097 usuário, entendendo que sairia do Pleno a indicação do segmento. A Conselheira Aldenora
1098 informou que juntamente com o Conselheiro Alceu, dias 13 e 14 estariam em reunião da Comissão
1099 Organizadora da Conferência e no 15 estaria na Coordenação de Monitoramento, inviabilizando sua
1100 participação e indicando o nome do Conselheiro Samuel. O Presidente indicou as demais reuniões
1101 das Comissões, com o Conselheiro Samuel não tendo participação nesses eventos e sendo acatada
1102 essa sugestão. No Item 7. a Conselheira Margareth indicou o encaminhamento, com o Presidente
1103 enviando Ofício à Frente Parlamentar em defesa da Assistência Social articulada com ao
1104 CONGEMAS e ao CONSEAS. No Item 7.1, o Conselheiro José Crus registrou a discussão das
1105 atividades, da Comissão de Política; e o debate vindo para o conhecimento do Pleno, no Relato da
1106 Comissão. O Conselheiro Anderson informou que a Comissão de Política estava com a agenda
1107 lotada até junho, colocando-se à disposição após essa data. A Conselheira Léa concordou com o
1108 encaminhamento da Comissão de Política, mas com essa informação podendo vir em forma de
1109 relato, com um dos encaminhamentos sendo estudos, que seriam concluídos em maio e junho,
1110 podendo agendar nesse período. O Conselheiro Anderson sugeriu que fosse agendado para julho,

1111 quando o material já estaria preparado, com a Conselheira Léa indicando que a Comissão de
1112 Acompanhamento e Benefício tinha reuniões a cada três meses e a Comissão de Política mensal,
1113 não tendo impedimento de na próxima reunião da Comissão de Benefício apresentar o resultado do
1114 seminário, mas com a agenda sendo objeto da Comissão de Política, com o Conselheiro José Crus
1115 manifestando-se contemplado. Como encaminhamento, o Presidente indicou que ao invés da
1116 Plenária, fosse para a Comissão de Políticas, com essa agenda posteriormente definida, ficando o
1117 indicativo de que não poderia ser antes de junho. Item 7.2, articulação do CNAS, com a Frente
1118 Parlamentar em defesa da Assistência. A Conselheira Margareth propôs que ademais do ofício,
1119 convidassem o Deputado Raymundo Mattos, do Ceará, para vir ao CNAS para esse debate. O
1120 Presidente esclareceu o que haviam pretendido, realizando uma série de ações após o ofício, em
1121 ação conjunta com a Frente Parlamentar. A Conselheira Margareth solicitou que essas estratégias
1122 fossem detalhadas, com o Conselheiro Leovane concordando com o encaminhamento da
1123 Conselheira, assim como o Presidente. O Conselheiro José Crus discorreu sobre a questão, sendo
1124 favorável a esse contato com a Frente Parlamentar, com a mesma estando em reestruturação e sendo
1125 interessante o CNAS conhecer os novos Parlamentares, com essa agenda estando pautada em vários
1126 organismos. O Presidente concordou com esse encaminhamento, combinando para maio essa
1127 agenda. **Item 8. Denúncia do Conselho de Pedro Leopoldo.** O Conselheiro Thiago indicou ter
1128 sido por mensagem eletrônica em 17/03, sem remetente, com o Presidente solicitando à Secretária-
1129 Executiva essa verificação. O Conselheiro José Crus sugeriu enviar para o Conselho Estadual com
1130 cópia para o Governo Estadual de Minas, para o Conselho Municipal e para o órgão Gestor
1131 Municipal para conhecimento, podendo fazer essa redação, com o Conselheiro Thiago observando
1132 que teriam que cumprir o que estava no ordenamento, tendo que registrar o pedido de anonimato..
1133 **Item 9, emitir um parecer contrário à Resolução 14,** mas não podendo emitir parecer em
1134 decorrência de se tratar em matéria disciplinada em Norma. O Conselheiro Thiago falou sobre a
1135 discussão tida na Resolução 16, no âmbito da Comissão de Normas e feito as orientações técnicas.
1136 Não cabendo mais fazer essa reanálise, com o CMAS tendo outras maneiras de fiscalização, com o
1137 Presidente ponderando não ter como comprovar gratuidade, não sendo pelas peças contábeis. **Item**
1138 **10, o Conselho solicitou a relação dos municípios de dois Estados, do Rio Grande do Norte e**
1139 **Mato Grosso do Sul, que tivessem recebido recursos.** Que haviam colocado onde as informações
1140 poderiam ser buscadas. **Item 11, informe pelo Secretário como se havia dado o fato, não tendo**
1141 **encaminhamento. Item 12, pauta.** A Conselheira Margareth observou que na reunião da Comissão
1142 de Política ficou o indicativo para a Presidência Ampliada, de que dia 14 à tarde a Subcomissão dos
1143 Trabalhadores iria se reunir, o que não havia acontecido, com a Comissão de Política tendo que
1144 fazer esse trabalho, com os Conselheiros Margareth, José Crus e Clátia fazendo esse trabalho, o que
1145 não constava na programação. O Conselheiro Anderson informou não ter recebido essa demanda,

1146 com o Conselheiro José Crus observando que esse GT não apareceria na agenda, mas que haviam
1147 combinado que em abril fariam esse trabalho. Após mais algumas colocações, o Presidente indagou
1148 se havia algum destaque sobre a pauta, estando consensuada pelo Pleno. Voltou ao. Item 2, tendo
1149 três propostas, tomando por referência a proposta aprovada em 2104, do calendário de 2014 e com a
1150 Presidência Ampliada analisando as três propostas elaboradas, pela Secretaria Executiva. A
1151 Conselheira Solange discorreu sobre os esforços a serem realizados para atender a solicitação do
1152 Secretário, sem trazer prejuízos ao CNAS. Que ao ficarem a semana inteira, seria mais produtivo do
1153 que ser por alguns dias, com a Conselheira Maria Lúcia concordando com essa proposta e com o
1154 Presidente esclarecendo as três propostas feitas, sendo a C com as atividades concentradas em uma
1155 única semana e apenas não sendo contemplados nessa proposta os dois dias e meio de reunião do
1156 Conselho. O Conselheiro Leovane discorreu sobre o aspecto orçamentário, mas que fosse
1157 considerada a questão do planejamento, em função dos pedidos dos Conselheiros, que se
1158 esforçavam para acompanhar a Comissão Organizadora e outras Comissões, e depois, na outra
1159 semana, estar na reunião do Pleno, para poder tocar as demandas do Conselho. A Conselheira
1160 Margareth falou sobre a realização das reuniões, com os Conselheiros viajando constantemente para
1161 esses eventos, não sendo economia, mas sim otimização do tempo, apesar de não dar para abrir mão
1162 de muitos compromissos. O Presidente lembrou que a reunião trimestral estava prevista para maio,
1163 considerando as agendas e com a Presidência Ampliada defendendo a manutenção da trimestral.
1164 Então ela não foi prejudicada, pura e simplesmente, não foi retirada, pura e simplesmente, pela
1165 redução do econômico, mas sim em decorrência da construção das agendas e com a Conselheira
1166 Solange esclarecendo essa situação. O Conselheiro Fábio falou a execução da ação que mantinha o
1167 CNAS e que seria relatada no dia seguinte, com a proposta C, facilitando essas ações. A
1168 Conselheira Célia ressaltou a importância das reuniões trimestrais, sugerindo que fossem
1169 preservadas ao menos duas reuniões presenciais do Conselho Nacional com os Presidentes dos
1170 Conselhos Estaduais, com o Presidente lembrando que uma já estava prevista, com a Conselheira
1171 Léa informando sobre os debates feitos na SNAS sobre a questão, assegurando-se que o CNAS
1172 realizasse suas atividades. A Conselheira Jucileide concordou com as Conselheiras Célia e
1173 Margareth, com as três propostas ferindo o exercício do controle social, discutindo-se o calendário
1174 de atividades quando tivessem os elementos, com o Conselheiro Anderson manifestando-se
1175 contemplado com essa fala. Após mais algumas colocações sobre a questão, o Presidente esclareceu
1176 que nenhuma das propostas traziam cortes efetivos, mas sim redução de gastos, com a Conselheira
1177 Telma apoiando a proposta C. A Conselheira Maria Lúcia sugeriu aprovar o que estava
1178 consensuado, que era a alteração do horário da Comissão de Organização da Conferência, enviando
1179 para a Presidência Ampliada, com os Conselheiros encaminhando propostas a serem analisadas. A
1180 Conselheira Célia defendeu a proposta C, e com a Conselheira Telma acatando o encaminhamento e

1181 fazer a votação, reorganizando todo o planejamento do Conselho, junto com as Comissões. A
1182 Conselheira Jucileide esclareceu que sua proposta era aprovar o replanejamento das atividades da
1183 Comissão Organizadora e não uma das três propostas apresentadas, com a Conselheira Cláudia
1184 propondo que a Secretaria Executiva trabalhasse na reedição do calendário colocando as novas
1185 propostas. O Presidente observou haver consenso na proposta de se agrupar Comissão Organizadora
1186 e Plenária, submetendo ao debate a discussão ou não do replanejamento, conforme proposta do
1187 Conselheiro Leovane, endossada pela Conselheira Jucileide, e com a Conselheira Telma propondo a
1188 discussão do replanejamento. Após comentários, o Presidente indicou a proposta da Conselheira
1189 Cláudia, de juntar a reunião de Comissão Organizadora com a do Pleno em uma única semana,
1190 implicando em reposicionamento das atividades no calendário do CNAS. A Conselheira Solange
1191 sugeriu não fazer as reuniões regionais no segundo semestre, com a concordância da Conselheira
1192 Maria José, com o Conselheiro José Crus sugerindo outras estratégias, de videoconferência e outras
1193 ações articuladas com os governos estaduais. O Conselheiro Alceu concordou com a proposta sobre
1194 as reuniões trimestrais, com o resto do calendário estando resolvido, definindo a concentração das
1195 reuniões em uma semana. O Presidente sugeriu um encaminhamento que fosse demandado do
1196 MDS, a viabilização da participação dos Conselhos Estaduais na Ampliada, que caracterizaria uma
1197 ação conjunta de uma trimestral com uma ampliada. O Conselheiro José Crus observou que para
1198 abril não teriam recursos, mas podendo convidar alguns Conselhos para participação, destacando ter
1199 muito saldo de IGD nas contas dos Estados e dos Municípios. Como **encaminhamento** o Presidente
1200 indicou discutir a realização de trimestral na reunião de maio, com a proposta da junção e trazer
1201 para uma discussão em maio. O Conselheiro Thiago destacou a importância da pontualidade na
1202 reunião do dia seguinte, chegando às 9h, conforme o calendário. A Conselheira Léa indagou qual o
1203 retorno à Secretaria-Executiva desse encaminhamento, se seria em maio ou ainda essa semana, com
1204 o Presidente informando que seria nessa semana. **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a
1205 reunião, convidando a todos para estarem no dia seguinte às 9h. **ABERTURA.** Aos dezoito dias do
1206 mês de março de dois mil e quinze, o Presidente reiniciou a 231ª Reunião Ordinária do CNAS,
1207 solicitando à Sra. Dorina a conferência do quorum: Conselheiros Titulares: Telma Maranhão Gomes,
1208 Maria José de Freitas, Léa Lúcia Cecílio Braga, José Ferreira da Crus, Célia Maria de Souza Melo
1209 Lima, Raimunda Nonata Cadó, Cláudia Laureth Faquinote, Alceu Kuhn, Anderson Lopes Miranda,
1210 Samuel Rodrigues, Clátia Regina Vieira, Edivaldo da Silva Ramos, Fábio Moassab Bruni,
1211 Dulcinéia Reginato Francisco, Leovane Gregório. Conselheiros Suplentes: Mariana Souza Silva,
1212 Thiago Ferreira Cabral, Naelson da Silva Ferreira, Aldenora Gomes González, Jucileide Ferreira do
1213 Nascimento. O Presidente registrou o abraço enviado a todos pela ex- Conselheira Luziele. Indicou
1214 as alterações de pauta, com o relato da Comissão Organizadora sendo feito à tarde, para que os
1215 conselheiros procedessem à leitura dos informes. **Item Relato da Comissão de Normas,** pela

1216 Conselheira Cláudia, que deu as boas vindas à Conselheira Maria José nesse grupo: “*Reunião*
1217 *Ordinária 002/2015 de 17 de março de 2015, de 9h às 16h, Esplanada dos Ministérios, Anexo do*
1218 *Bloco F, Ala A, sala 139. Conselheiros e Conselheiras presentes: Cláudia Laureth Faquinote,*
1219 *Coordenadora; Alceu Kuhn; Carolina Gabas Stuchi e Dulcinéia Reginato Francisco; Maria José*
1220 *de Freitas; Thiago Barbosa Ferreira Cabral. Convidados: Carolina Leal da SNAS/CGFCVC*
1221 *SCFV. Secretaria Executiva do CNAS, Rosângela da Silva Almeida; Douglas Amaro e Esidênio*
1222 *Pereira.” Passamos, então, para a leitura dos itens que compreenderam a nossa pauta é a síntese do*
1223 *debate. “1) Apresentação da instrução operacional de Serviços de Convivência e Fortalecimento*
1224 *de Vínculos do Programa Mais Educação. A Coordenadora da Comissão de Normas de Assistência*
1225 *Social, a Sra. Cláudia Faquinote, deu início aos trabalhos da Comissão, justificando a ausência da*
1226 *Conselheira Léa Braga, nesta reunião, e a indicação do Departamento de Proteção Social Básica -*
1227 *DRSP, da Srta. Carolina Leal, Coordenadora Substituta do Serviço de Convivência e*
1228 *Fortalecimento de Vínculos, SCFV, para a apresentação da Instrução Operacional e Manual de*
1229 *Orientações número 1/SNAS/MDS/SEB/MEC, de 18 de dezembro de 2014, que orienta a atuação*
1230 *dos gestores, e referências, trabalhadores dos municípios, Estados e Distrito Federal, em relação à*
1231 *articulação e integração das ações dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e o*
1232 *Programa Mais Educação - PME. Informou que o serviço de convivência e fortalecimento de*
1233 *vínculos, SCFV, é um Serviço de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social,*
1234 *Lei nº 12.435/2011. Referenciado ao Centro de Referência em Assistência Social - CRAS, e*
1235 *articulado ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Tem por objetivo,*
1236 *prevenir e proteger os usuários de risco e violações de direitos, por meio do fortalecimento de*
1237 *vínculos familiares e comunitários. É um serviço organizado em grupos de convivência, e*
1238 *estruturado em percursos que consideram o ciclo de vida dos usuários, para participar de*
1239 *encontros, ações e atividades com funções preventivas, protetiva e proativa, em relação aos seus*
1240 *direitos, com vistas ao fortalecimento de vínculos. O serviço está na tipificação nacional dos*
1241 *serviços Socioassistenciais, o seu público prioritário para atendimento SCFV, de acordo com*
1242 *Resolução CNAS nº 1/2013, são crianças, adolescentes e idosos, nas seguintes situações: de*
1243 *acolhimento em trabalho infantil com convivência de violência e negligência, fora da escola, ou*
1244 *com defasagem escolar superior a dois anos, em cumprimento de medidas socioeducativas em meio*
1245 *aberto, egressos de medida socioeducativas, em situação de abuso e ou exploração sexual. Com*
1246 *medidas de proteção o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em situação de rua e com*
1247 *vulnerabilidade e desrespeito as pessoas com deficiência. Com implementação do reordenamento*
1248 *5.038 municípios foram cofinanciados pelo Governo Federal, tendo um total de 1.688.068 de*
1249 *usuários atendidos e registrados SISC - Sistema de Informação do Serviço de Convivência.*
1250 *Ressaltou que no caso específico da integração do serviço de convivência e Programa Mais*

1251 Educação, as ações são direcionadas para o público de 0 a 17 anos, e informou que a equipe de
1252 referência é composta por um Técnico de nível superior e por Orientadores ou Educadores Sociais.
1253 Destacou, ainda, a realização de uma oficina com cinco municípios, que já tinham experiência,
1254 ainda incipiente, de integração entre o Programa Mais Educação e o serviço de convivência. Essa
1255 Oficina ocorreu no dia 24/09/2014, no auditório do CNAS, e contou com a participação de
1256 representantes do MDS, MEC e dos Municípios de Poço Branco do Rio Grande do Norte,
1257 Casserengue, Paraíba; São Gabriel, Rio Grande do Sul; Coração de Maria, Bahia; Santa Bárbara
1258 do Pará, Pará; e Itapirapuã, Goiás. Ressaltou que o principal desafio para viabilizar a integração
1259 entre o serviço de convivência e o Programa Mais Educação é realizar a compatibilização da
1260 carga horária entre as atividades do serviço e do programa. Nesse sentido, a instrução operacional
1261 do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Programa Mais Educação,
1262 caracteriza-se como uma Normativa conjunta do MDS e MEC, para orientar os gestores
1263 municipais, para integrarem as ações de Assistência Social e educação, no território, enfatizando a
1264 integração entre o Programa Mais Educação e serviço de convivência, não significa transparência,
1265 a transferência, desculpe, de responsabilidade de uma política social para outra, e sim,
1266 considerando a sua operacionalização com o compartilhamento de carga horária, entre o
1267 programa e o serviço. Para viabilizar a integração e articulação entre o programa e o serviço, é
1268 importante no nível da gestão das políticas, a interlocução entre os gestores da educação e da
1269 Assistência Social, o mapeamento do território e da demanda pela integração entre o serviço de
1270 convivência e Programa Mais Educação, a formalização da parceria por meio do documento
1271 oficial, o termo de compromisso e a capacitação dos profissionais que atua junto aos estudantes
1272 usuários. Finalizou, agradecendo e informando, que é muito importante manter esse diálogo, para
1273 a construção de orientações que qualifiquem o serviço a partir do reordenamento, e que neste
1274 momento, é necessário a ampla divulgação nesse documento. Item 2, da pauta, apresentação da
1275 Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, da minuta de alteração do Decreto nº
1276 5.003/2004, que dispõe sobre processo de escolha dos representantes da sociedade civil, no
1277 Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. A Coordenadora fez a leitura do documento
1278 enviado pela Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, que informou por meio do
1279 Memorando nº 184/2015/GABINETE/SNAS/MDS, e, não seria possível participar da apresentação
1280 da Minuta de Alteração do Decreto nº 5003/2004, que dispõe sobre o processo de escolha dos
1281 representantes da sociedade civil no CNAS, na reunião da Comissão de Normas da Assistência
1282 Social, dia 17/03/2015, das 09h às 12h, em virtude de que a data da discussão coincidia com a
1283 realização do Encontro regional do CONGEMAS, Região Sudeste, nos dias 16 e 17 de março em
1284 Niterói, Rio de Janeiro. Ocasão em que vários Diretores e Coordenadores estarão no evento.
1285 Diante do exposto, solicitamos que a referida apresentação seja transferida para a próxima

1286 reunião da Comissão de Normas da Assistência Social. Após a leitura do documento, a
1287 Coordenadora fez as suas considerações diante do assunto e realizou-se os encaminhamentos.
1288 Encaminhamentos, a Comissão de Normas sugere a Plenária: 2.1 apresentar a urgência do debate
1289 desta pauta, na reunião da Presidência Ampliada, sugerindo que haja uma reunião extraordinária
1290 da Comissão de Normas no mês de abril, no horário alternado da programação da reunião
1291 descentralizada e ampliada com a duração de no máximo duas horas; 2.2) se aprovado for, este
1292 encaminhamento, enviar o convite a SNAS; 2.3) solicitar a SNAS, se possível, disponibilizar o
1293 arquivo da minuta do Decreto 5.003/2004, que dispõe sobre o processo de escolha dos
1294 representantes da sociedade civil no CNAS, para estudo preliminar dos Conselheiros. Item 3, da
1295 pauta, apresentação do estudo preliminar sobre a mobilização e participação dos usuários, na
1296 Política de Assistência Social. O Conselheiro Alceu e a Conselheira Dulcinéia, iniciaram a
1297 apresentação com um texto do estudo realizado acerca da Meta 1, do Plano de Ação da Comissão
1298 de Normas, que é fortalecer a participação dos usuários no controle social da Política de
1299 Assistência social, onde a ação é desenvolver mecanismos de mobilização para a participação dos
1300 usuários na Política de Assistência Social, tendo como estratégia, a revisão e atualização da
1301 Legislação, para fortalecimento dos mecanismos, que assegurem a mobilização e participação dos
1302 usuários na Política de Assistência Social. E a operacionalização é propor a elaboração de
1303 Normativas com vistas a assegurar mecanismos de participação dos usuários na Política de
1304 Assistência Social, a partir dos subsídios já elaborados pela Comissão de Acompanhamento aos
1305 Conselhos. Após a leitura foi aberto o debate e realizado os seguintes encaminhamentos.
1306 Encaminhamentos: a Comissão de Normas sugere a Plenária; 3.1) encaminhar o documento
1307 apresentado pelo Conselheiro Alceu e Conselheira Dulcinéia, aos demais Conselheiros da
1308 Comissão, para a inclusão de contribuições e devolutiva do texto até o dia 24 de abril de 2015; 3.2)
1309 inclusão dessa matéria na pauta do mês de maio de 2015; 3.3) propor reunião conjunta com a
1310 Comissão Conjunta de Política e de Conselhos no mês de junho, das 14h às 16h. Item 4, da pauta,
1311 definição de pauta para a reunião do mês de maio; 4.1) apresentação pelo Departamento da Rede
1312 Socioassistencial Privada do SUAS, DRSP, MDS, com informações trimestrais sobre o processo de
1313 certificação de entidades de Assistência Social, conforme disposto no Artigo 1º da Resolução CNAS
1314 nº 18/2011; 4.2) continuidade do estudo do Decreto nº 5.003/2004, que dispõe sobre o processo de
1315 escolha dos representantes da sociedade civil, no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;
1316 4.3) apresentação do estudo dos Conselheiros Alceu e Conselheira Dulcinéia, sobre a mobilização
1317 e participação dos usuários na Política de Assistência Social; 4.4) apresentação do status das
1318 tarefas do grupo de estudos MEC/MDS/CNAS, da proposta preliminar de trabalho do grupo de
1319 estudos, sobre a equivalência de serviços Socioassistenciais e bolsas de estudos; 4.5) visitar o
1320 Plano de Ação da Comissão de Normas, para monitoramento de sua execução. Cláudia Laureth

1321 *Faquinote, Coordenadora da Comissão de Normas de Assistência Social.*” A Conselheira Cláudia
1322 indicou o ponto 1 da pauta, de apresentação da instrução operacional do serviço de convivência e
1323 fortalecimento de vínculos, do Programa Mais Educação, agradecendo à Conselheira Léa, que havia
1324 facilitado a presença da Coordenadora Substituta Carolina, falando sobre esse documento. No item
1325 2 da pauta, não havia sido possível a discussão do Decreto 5.003, tendo feito a leitura da exposição
1326 de motivos, lamentando a ausência da SNAS. No item 1, a Conselheira Léa solicitou a substituição
1327 da sigla do Departamento da Proteção Social Básica, sendo DPSB, ademais de receber com muita
1328 alegria essa proposta, discorrendo sobre a execução dos serviços de convivência e fortalecimento de
1329 vínculos, destacando a importância das agendas conjuntas. O Conselheiro Leovane indicou a
1330 discussão da instrução número 01, parceria do MEC com MDS, com relação à atuação dos Gestores
1331 e Equipe de Referência de trabalhadores e articulação dos serviços de convivência com o Programa
1332 Mais Educação, sendo discutida a participação das entidades nesse processo e solicitando
1333 esclarecimentos nessa questão. A Conselheira Léa indicou a pauta na Comissão de Normas de
1334 constituir um GT do CNAS, com participação do MDS e do MEC para avançar no debate que
1335 envolve processos de certificação para entidades que trabalhava também com a parte educacional.,
1336 querendo qualificar esse debate, com a Conselheira Cláudia. Falando sobre essa questão, o
1337 Conselheiro Leovane sugeriu que o apontado pelas conselheiras Cláudia e Léa fosse colocado no
1338 final do relatório. **Item 2. Apresentação da Secretaria Nacional de Assistência Social, da minuta**
1339 **de alteração do Decreto 5.013/2004, que dispõe sobre a escolha do processo de representantes**
1340 **da sociedade civil do Conselho Nacional de Assistência Social.** Como encaminhamentos, a
1341 Comissão sugeria que a Plenária apresentasse a urgência do debate dessa pauta na reunião da
1342 Presidência Ampliada, com o agendamento dessa reunião de 10h às 12h do dia 15. A Conselheira
1343 Margareth sugeriu disponibilizar o arquivo da minuta, tirando o termo possível, mas sendo
1344 importante esse debate. Propôs que a SNAS apresentasse no Pleno a minuta do Decreto, para tomar
1345 conhecimento, pontuar algumas questões e depois enviar à Comissão de Normas. O Conselheiro
1346 Leovane sugeriu o contrário, debatendo no Pleno e depois levar para a Comissão de Normas
1347 trabalhar. A Conselheira Léa esclareceu que a SNAS havia solicitado não pautar essa discussão na
1348 reunião de segunda-feira, discorrendo sobre as dificuldades decorrentes para essa ausência. O
1349 Conselheiro Anderson concordou em trazer a discussão para o Pleno e não o contrário, sendo
1350 importante ter documentação para discutir nesse espaço, concordando com a Conselheira Margareth
1351 de a SNAS trazer para o Pleno essa discussão. O Conselheiro José Crus cumprimentou pelo relato,
1352 reforçando a ausência da SBAS e colocando-se à disposição para discussão do item 2. Trazendo ao
1353 Pleno essa importante discussão. A Conselheira Cláudia concordou com o Conselheiro Leovane e
1354 Conselheiro José, sendo preciso seguir um rito, e com a participação dos interessados na discussão
1355 dessa pauta. Que haviam solicitado a aprovação pelo Pleno de reunião extraordinária, para iniciar os

1356 debates e na reunião de maio trazer reflexões mais amadurecidas. O Conselheiro Anderson indicou
1357 não conhecer esse Decreto, solicitando à SNAS seu encaminhamento para que pudesse ser
1358 estudado. Que na hora do relato da Comissão de Política havia tido um grande debate sobre a
1359 representação da entidade de usuários e de usuários, destacando sua importância. A Conselheira
1360 Margareth esclareceu ter solicitado que no Pleno de maio, a CNAS apresentasse o Decreto, para
1361 conhecimento dos Conselheiros, não desmerecendo o trabalho da comissão de Normas. O
1362 Presidente complementou que a SNAS viesse ao Pleno e fizesse a exposição do Decreto, ademais
1363 de sua distribuição aos Conselheiros., auxiliando a Comissão de Normas nessa questão. Que todos
1364 teriam acesso ao documento para estudo e contribuir com a Comissão, e também para um debate
1365 mais qualificado durante a apresentação da SNAS no Pleno. O Conselheiro Thiago falou sobre o
1366 Decreto, sendo importante tomarem conhecimento antes de reunião, para que não perdessem tempo
1367 e fosse mais profícua essa discussão. O Presidente indicou que o Decreto seria disponibilizado para
1368 todos e a Comissão se reuniria dia 15, e depois traria para debate no Pleno. Item 3, apresentação
1369 sobre estudo da mobilização de participação dos usuários na Política de Assistência Social, que a
1370 Comissão sugeria encaminhar o documento apresentado pelo Conselheiro Alceu e Conselheira
1371 Dulcinéia aos demais Conselheiros da Comissão, para inclusão de contribuição e devolutiva. A
1372 Conselheira Juliana justificou sua ausência na reunião da Comissão, sugerindo que o item 2, fosse
1373 discutido entre a Comissão de Política e Comissão de Normas e posteriormente trouxesse para o
1374 Pleno em junho. A Conselheira Cláudia esclareceu o encaminhamento dado e que impossibilitava
1375 acatar essa proposta. A Conselheira Aldenora observou que em setembro havia sido criada uma
1376 Subcomissão para fazer esse estudo, tendo sido feito um grande debate com a Comissão de Política,
1377 em relação às propostas de alteração para a Resolução 24 e para outros documentos, solicitando que
1378 as quatro Comissões revisitassem seus planos de ação para verificar as metas que tinham
1379 necessidade de reunião conjunta para facilitar o trabalho. No item 3.1, dos encaminhamentos da
1380 Comissão de Normas, sugeriu que não fossem encaminhadas só aos Conselheiros da Comissão esse
1381 documento, mas também à Subcomissão de Usuário já criada. A Conselheira Cláudia esclareceu
1382 que o documento ainda estava sendo finalizado, para posterior encaminhamento a todos e, ajustar
1383 com as contribuições de todos os Conselheiros. O Conselheiro José Crus manifestou-se
1384 contemplado com a fala da Conselheira Aldenora, pensando-se em estratégias para atuar juntos nos
1385 temas comuns. O Conselheiro Anderson falou sobre o relato da Comissão de Política conjunta com
1386 a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, indicando os temas tratados e não discutindo
1387 entidade, por respeito à Comissão de Normas, enquanto a Comissão de Política não sentasse com a
1388 Comissão de Normas, esclarecendo sua colocação e tendo que trabalhar em conjunto. O
1389 Conselheiro Thiago esclareceu que o estudo apresentado pela Conselheira Dulce e pelo Conselheiro
1390 Alceu havia tido como base um estudo apresentado pelo ex-Conselheiro Wagner Santana e

1391 Conselheira Léa, indagando ao conselheiro Anderson qual o material que desejava receber. A
1392 Conselheira Cláudia falou sobre a importância das reuniões conjuntas entre as Comissões, mas que
1393 dentro do calendário essa reunião só poderia ser realizada em junho e que assim que o documento
1394 fosse concluído, seria disponibilizado para os Conselheiros, com o Conselheiro Anderson
1395 considerando fundamental esse material, haja vista que a Comissão de Política estava discutindo t
1396 esses mesmos documentos, discorrendo sobre a questão. O Presidente indicou a necessidade de
1397 conciliação para que esse trabalho conjunto se efetuassem, com os envolvidos precisando sentar e
1398 discutir a questão. Propôs, como encaminhamento, que a reunião conjunta fosse em junho e que a
1399 Comissão de Política não fechasse em maio, considerando que precisaria aguardar o documento da
1400 Comissão de Normas, com o Conselheiro Anderson acatando para junho, esse encontro conjunto. A
1401 Conselheira Juliana indagou se não seria possível fazer essa conversa em maio, e com o
1402 Conselheiro José Crus concordando com essa proposta. O Conselheiro Anderson concordou com
1403 essa sugestão, com a Comissão de Política estando à disposição para maio à tarde. A Conselheira
1404 Dulcinéia observou que como estava elaborando esses documentos com o Conselheiro Alceu,
1405 acatando o que fosse definido pela Comissão. Como encaminhamento, o Presidente indicou que os
1406 Coordenadores verificariam as suas agendas e das Comissões, para tentar antecipar o debate
1407 conjunto para maio, das três Comissões, trazendo em junho uma proposta para o Pleno. A
1408 Conselheira Cláudia esclareceu que quando os Coordenadores da Comissão de Conselhos, Política e
1409 Normas se reunissem e acordassem a agenda da reunião conjunta para maio e não para junho, a
1410 reunião de junho permaneceria entre Política e Normas, em virtude de outras pautas e não apenas a
1411 participação dos usuários. O Presidente submeteu o Relatório da Comissão de Normas à apreciação do
1412 Pleno, com o mesmo sendo aprovado. O Presidente solicitou ao Pleno autorização para que a
1413 Conselheira Léa o assessorasse, o que foi acatado. Item Relatório da Comissão de Política, pelo
1414 Conselheiro Anderson; “*Reunião 002/2015. Memória da Reunião. Data 17/03/2015. Das 9h às 16h.*
1415 *CNAS, Esplanada dos Ministérios, Anexo, Bloco F, Ala A, sala 108.*” Só para a degravação.
1416 “*Conselheiros e Conselheiras presentes, da Comissão de Política: Anderson Lopes Miranda,*
1417 *Coordenador; Célia Maria de Souza M. Lima; Edivaldo da Silva Ramos; Jucileide Ferreira do*
1418 *Nascimento; Mariana de Souza Silva; Margareth Alves Dallaruvera. Conselheiras presentes da*
1419 *Comissão de Acompanhamento aos Conselhos: Solange Teixeira, Coordenadora; Aldenora Gomes*
1420 *González; Clátia Regina Vieira; Maria Lúcia Marquim, Coordenadora-Adjunta; Naelson da Silva*
1421 *Ferreira; Pedro Tomaz Neto e Raimunda Nonata Cadó. Participantes: Kalid Nogueira, da*
1422 *Secretaria de Planejamento; Luziana C. A. Maranhão, do COFFITO; Maria Michele Nascimento,*
1423 *do CONSEAS São Paulo; Maria Silvia Boscaino, do CONSEAS São Paulo; Marília Câmara de*
1424 *Assis, do COMAS São Paulo; Suzana de Almeida da Silva, do COMAS São Paulo; Carlos Nambu*
1425 *do COMAS São Paulo. Secretaria Executiva: Maria Auxiliadora Pereira; Carolina Ribeiro; Maria*

1426 *Antônia P. Valente; Rosielle Bonfim; Marlene Azevedo Silva; Celda Chaves; Lilian Guedes e Josué*
1427 *Santos. Reunião Conjunta com a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência*
1428 *Social. Representação e representatividade dos trabalhadores e usuários. A apresentação pela*
1429 *Subcomissão dos Trabalhadores do documento que tratará dos seguintes aspectos: da concepção,*
1430 *do mérito sobre a representação e participação do governo e sociedade civil dos trabalhadores nos*
1431 *Conselhos, nas Conferências de Assistência Social. Quem são os trabalhadores do SUAS?*
1432 *Integrantes da Subcomissão: José Crus, Comissão de Política da Assistência Social; Margareth*
1433 *Dallaruvera, Comissão de Política da Assistência Social; Clátia Vieira, Comissão de*
1434 *Acompanhamento aos Conselhos. Encaminhamento: as Comissões recomendam a Plenária os*
1435 *seguintes encaminhamentos, a Subcomissão de Trabalhadores solicitou a prorrogação da*
1436 *apresentação para o mês de maio de 2015; b) Apresentação pela Subcomissão de Usuários do*
1437 *documento que tratará dos seguintes aspectos: da concepção e o mérito sobre a apresentação e*
1438 *participação do governo e sociedade civil dos usuários nos Conselhos e nas Conferências de*
1439 *Assistência Social. Da participação dos usuários nos espaços de controle social no âmbito da*
1440 *Assistência Social. Integrantes da Subcomissão: Juliana Agatte; Comissão de Política de*
1441 *Assistência Social; Anderson Miranda, Comissão de Política de Assistência Social e Aldenora*
1442 *González, Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. A Conselheira Aldenora iniciou a fala*
1443 *ressaltando a dificuldade em reunir a Subcomissão, dessa forma realizaram o trabalho via on-line.*
1444 *Após a apresentação das propostas de alteração da Resolução CNAS nº 24/2006, os integrantes da*
1445 *Comissão de Usuários apresentaram várias contribuições/sugestões, indicando que o novo*
1446 *documento deverá explicar as várias possibilidades de participação efetiva dos usuários.*
1447 *Encaminhamentos: as Comissões recomendam a Plenária os seguintes encaminhamentos, que as*
1448 *Subcomissões de Trabalhadores e Usuários, apresentem propostas na reunião do mês de maio, no*
1449 *período da tarde. Que as Subcomissões de Trabalhadores e Usuários, ao final dos trabalhos se*
1450 *reúnam para a elaboração dos documentos conjuntos, para a deliberação na Plenária do CNAS. A*
1451 *Comissão de Normas, conforme decisão da Plenária de Março pautará sobre representação e*
1452 *representatividade, de entidades e posteriormente se reunirá com a Comissão de Política para a*
1453 *discussão do tema e avaliação da necessidade de criação de uma Subcomissão de Entidades. 2)*
1454 *Apresentação da pesquisa, levantamento censitário das Instituições de Longa Permanência para*
1455 *Idosos, ILPIs. O Plano de Ação da Comissão de Política na sua meta número 4, a*
1456 *intersectorialidade para fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social prever entre outras*
1457 *pautas, a defesa dos direitos da pessoa idosa. A Conselheira Mariana Souza, representante do*
1458 *Ministério da Saúde, informou sobre a pesquisa levantamento censitário das Instituições de Longa*
1459 *Permanência para Idosos, ILPIs. Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e*
1460 *Combate à Fome, MDS e Coordenado pela Faculdade de Saúde Pública da USP, cujo objetivo é*

1461 *tratar o perfil das condições de vida e de saúde dos residentes na ILPIs, cadastrado no Censo*
1462 *SUAS 2014 e analisar condições estruturais das instituições para prestar o atendimento aos seus*
1463 *moradores. Assim, como conhecer o acesso dos moradores aos serviços públicos de saúde e de*
1464 *Assistência Social no território. Considerações da Comissão, sugere que a pesquisa com as ILPIs*
1465 *levante os reais custos do atendimento qualificado ao idoso, para discutir o reordenamento desses*
1466 *serviços ao seu Cofinanciamento. Necessidade questões sobre formas de financiamentos da ILPIs,*
1467 *Artigo 35 do Estatuto do Idoso. Encaminhamento: recomendar a Plenária a aprovação da carta de*
1468 *apoio, minuta anexa. A Conselheira Mariana encaminhará o projeto de pesquisa para*
1469 *conhecimento e contribuição dos Conselheiros do CNAS. 3) Definição de pauta para maio de 2015.*
1470 *Manhã: pauta específica, pacto de aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social, no*
1471 *âmbito municipal. Convidados MDS, SNAS, FONSEAS e CONGEMAS. Tarde: pauta conjunta com*
1472 *a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. Apresentação pela Subcomissão de*
1473 *Trabalhadores do documento que tratará os seguintes aspectos: da concepção e o mérito sobre a*
1474 *representação e participação do governo e sociedade civil dos trabalhadores, nos Conselhos e nas*
1475 *Conferências de Assistência Social. Quem são os trabalhadores do SUAS? Apresentação pela*
1476 *Subcomissão de Usuários do documento que tratará dos seguintes aspectos: da concepção do*
1477 *mérito de representação e participação do governo e sociedade civil dos usuários, nos Conselhos e*
1478 *nas Conferências de Assistência Social. Da participação dos usuários nos espaços de controle*
1479 *social no âmbito da Assistência Social. Outros assuntos. A Comissão de Política submete à*
1480 *Presidência Ampliada a inclusão de pauta no Pleno do mês de maio a apresentação pela Secretaria*
1481 *Nacional de Assistência Social das tratativas sobre a instalação da Mesa Nacional de Gestão do*
1482 *Trabalho no Sistema Único da Assistência Social, instituída pela Portaria MDS nº 137/13.*
1483 *Anderson Lopes Miranda, Coordenador da Comissão de Política de Assistência Social; Solange*
1484 *Teixeira, Coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos.” O Conselheiro José*
1485 *Crus justificou sua ausência na Comissão nesse dia de vido a outros compromissos, indicando o*
1486 *terceiro encaminhamento do item 1, letra B, indagando onde havia se dado a decisão do Plenário de*
1487 *março e não entendendo a necessidade de criação de uma Subcomissão. A Conselheira Cláudia*
1488 *ponderou que poderiam resgatar essa discussão, relatando que essa Subcomissão de Entidades não*
1489 *havia sido demandada pela Comissão de Normas. A Conselheira Cadó ponderou que o*
1490 *encaminhamento não determinava essa criação, mas sim que fosse avaliada a necessidade de*
1491 *aperfeiçoar a presença das entidades nessa política, com o Conselheiro Anderson concordando com*
1492 *essa colocação e sugerindo sentar com a Comissão de Normas para criar a Comissão de entidades*
1493 *para junho. A Conselheira Léa falou sobre o Plano de Ação da Comissão de Normas e o que havia*
1494 *sido tratado, fazendo-se um esforço maior de reuniões conjuntas do que criação de*
1495 *grupos, qualificando essas discussões, com o Conselheiro José Crus concordando com a*

1496 necessidades de rever e de incluir pautas sobre o vínculo SUAS, do CNEAS, discorrendo sobre a
1497 questão e sugerindo rever o encaminhamento. O Conselheiro Anderson falou sobre a discussão feita
1498 sobre a questão, faltando uma ementa sobre o porquê da criação do Subgrupo de Entidades. O
1499 Presidente indicou que as duas Comissões discutiriam a pauta já prevista, com relação aos
1500 segmentos de usuários e trabalhadores, avaliando a necessidade de se criar ou não uma
1501 Subcomissão, para se estudar a questão de normas e políticas e a situação das entidades. No item 2,
1502 apresentação da pesquisa, levantamento censitário das Instituições de Longa Permanência para
1503 Idosos o conselheiro Anderson solicitou que a Conselheira Mariana procedesse à leitura da carta:
1504 *“Carta de apoio, Conselho Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência*
1505 *Social CNAS, manifesta seu apoio, a realização do levantamento censitário das ILPIS, Instituições*
1506 *de Longa Permanência para Pessoas Idosas, ou Abrigos Institucionais para Pessoas Idosas,*
1507 *promovido pelo Ministério da Saúde, por meio de parceria com a Universidade de São Paulo, USP,*
1508 *que conta com apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDS. O Brasil é*
1509 *um País quem envelhece a passos largos segundo o PNAD/IBGE 2013, a população idosa*
1510 *corresponde a 13% da população total, com 26,2 milhões de pessoas, e uma expectativa média de*
1511 *vida de 74 anos. O envelhecimento da população brasileira, apresenta características importantes*
1512 *que dever ser consideradas na formulação e implementação de políticas públicas, incentivando a*
1513 *formulação de políticas intersetoriais. Ressaltamos que o Brasil participou e firmou compromisso*
1514 *na Segunda Assembleia Mundial sobre envelhecimento, Pacto de Madrid, onde foram aprovadas*
1515 *uma declaração política e o Plano de Ação Internacional de Madrid de 2002, onde os Países se*
1516 *comprometeram a agir para fazer face ao desafio do envelhecimento da população, e,*
1517 *apresentaram os responsáveis pela formulação de políticas de todo o mundo, um conjunto de 117*
1518 *recomendações concretas, que abrangem três esferas prioritárias. Pessoas idosas e*
1519 *desenvolvimento, promover a saúde é o bem estar na velhice, e assegurar um ambiente propício é*
1520 *favorável. O levantamento compreenderá as ILPIS - Instituições de Longa Permanência para*
1521 *Pessoas Idosas, cadastradas no censo SUAS 2014, sejam elas de natureza pública, estatal ou não*
1522 *estatal, que oferecem acolhimento, cuidado e proteção às pessoas idosas em situação de*
1523 *vulnerabilidade. Para a efetivação do levantamento é importante que todas as ILPIS, Instituições*
1524 *de Longa Permanência para Pessoas Idosas, vinculadas a rede Socioassistencial, sejam*
1525 *mobilizadas a participar, cuja as informações serão importantes para o aprimoramento das*
1526 *Políticas Públicas Setoriais, desenvolvidas diretamente pelo Poder Público, e, ou, em parceria*
1527 *como a sociedade civil organizada. Considerando que esta ação, representa um compromisso para*
1528 *afirmção do estado brasileiro, no estado brasileiro, dos direitos da pessoa idosa, em consonância*
1529 *com os princípios estabelecidos em Estatutos de Direitos, tais como, o Estatuto do Idoso, Lei*
1530 *10.741, de 1º de outubro de 2003. A Lei Orgânica de Assistência Social, Lei 8.743, de 7 de*

1531 dezembro de 1993. A Política Nacional do idoso, Lei 8.842 de janeiro de 1994. A Política Nacional
1532 de Saúde da Pessoa Idosa, as diretrizes do pacto pela saúde, pacto pela vida. Esse Conselho
1533 manifesta seu integral apoio a essa iniciativa. O CNAS entende que, esse diagnóstico irá contribuir
1534 de maneira fundamental, para subsidiar o Conselho, em sua missão. Um minuto, é que eu estou
1535 com uma versão. A sua missão de exercer o controle social, normatizando as ações e regulando a
1536 prestação de serviços voltados a pessoa idosa, com mais prioridade e segurança, a destinação dos
1537 recursos do Cofinanciamento Federal. Assim, recomendamos a todos os gestores, trabalhadores,
1538 usuários, Conselheiros dos Conselhos de Assistência Social, do Ministério Público, do Poder
1539 Judiciário, da sociedade civil organizada, a apoiar e colaborar com a realização da pesquisa,
1540 levantamento censitário das ILPIs.” Após a leitura, falou sobre a importância dessa pesquisa,
1541 considerando o envelhecimento da população brasileira e os problemas que acarretava. O
1542 Conselheiro Thiago falou sobre sua relação com essa questão, destacando a carta apresentada, com
1543 o MP fazendo o trabalho de efetivar a aplicação do Estatuto do Idoso e com a Conselheira Telma
1544 discorrendo sobre o tema e a importância dessa pesquisa. Após manifestações de apoio a essa
1545 pesquisa, o Conselheiro José Crus solicitou corrigir o número da LOAS, sendo a 8.742, no texto da
1546 carta de apoio e com a Conselheira Célia sugerindo alterar a proposta no final do parágrafo 2º. O
1547 Presidente sugeriu que ademais dos encaminhamentos colocados, poderiam criar um CNAS
1548 Informa e encaminhar para os CEAS e CMAS, colocando no site do CNAS, publicizando esse
1549 documento. O Presidente submeteu o relato da Comissão de Política à apreciação, com o Pleno
1550 aprovando esse documento. **Item Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos**, pela
1551 Conselheira Maria Lúcia: “Reunião Ordinária 2/2015. Data 17 de março. Horário, de 9h às 16h.
1552 Local, Esplanada dos Ministérios, etc.. Conselheiros presentes: Solange Teixeira, Coordenadora;
1553 Maria Lúcia Marquim, Coordenadora-Adjunta; Aldenora González; Clátia Regina Vieira; Naelson
1554 da Silva Ferreira; Raimunda Nonata Cadó; Pedro Tomaz Neto. Ouvintes: Carlos Nambu.
1555 Secretaria Executiva do CNAS, Marlene Azevedo Silva, Celda Chaves, Lilian Guedes e Josué
1556 Santos. 1) Reunião conjunta com a Comissão de Política de Assistência Social. ponto dois: Pauta
1557 específica da Comissão de Acompanhamento dos Conselhos - CAC. Apresentação da proposta de
1558 metodologia para a Oficina 2, que será realizada nas reuniões regionais. A proposta de
1559 metodologia, cujo objetivo é oportunizar o debate para o fortalecimento e o aperfeiçoamento do
1560 controle social do Programa Bolsa Família, com foco nas competências, estrutura e orçamento, foi
1561 apresentada pela SENARC, e aprovada por todos os membros da Comissão. Encaminhamentos:
1562 enviar para os Conselheiros por e-mail os slides sobre metodologia; propor a adequação da
1563 metodologia apresentada, também para a Oficina 1. Além destes itens, foram tratados os seguintes
1564 assuntos, a Coordenação Técnica da Comissão deverá elaborar informes aos Conselhos de
1565 Assistência Social, sobre a importância do preenchimento do Censo SUAS, de acordo com as

1566 *estratégias apontadas no Plano de Ação da Comissão. A apresentação em abril, pelo Conselheiro*
1567 *Pedro Tomaz, de informações sobre o curso: Introdução ao Exercício do Controle Social, nos*
1568 *Conselhos de Assistência Social. O curso compõe a nova etapa do CAPACITASUAS. A Comissão*
1569 *realizará durante a reunião descentralizada e ampliada do CNAS, no mês de abril, em horário*
1570 *especial, uma reunião para conhecer o conteúdo de tal curso, do referido curso. Item 3 – Definição*
1571 *de pauta para maio de 2015. Apresentação do ID Conselhos, pela SNAS, aqui para Comissão;*
1572 *apreciar a minuta de informe sobre a importância do preenchimento do Censo SUAS a ser*
1573 *elaborado pela Coordenação Técnica da Comissão; avaliação da reunião regional Sul e Sudeste;*
1574 *reunião conjunta com a Comissão de Política; discussão referente a representação e*
1575 *representatividade de usuários e trabalhadores do SUAS. Solange Teixeira, Coordenadora da*
1576 *Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social.” Após algumas observações,*
1577 *o Presidente indagou se havia algum questionamento. Em não havendo o Relato da Comissão de*
1578 *Acompanhamento aos Conselhos foi aprovado pelo Pleno. ENCERRAMENTO. O Presidente*
1579 *encerrou a reunião para o almoço, convidando a todos para retornarem às 14h. ABERTURA.*
1580 *Reiniciando a reunião, o Presidente solicitou à Sra. Dorina a verificação do quorum: Conselheiros*
1581 *na titularidade: Telma Maranhão Gomes, Maria José de Freitas, Léa Lúcia Cecílio Braga, José*
1582 *Ferreira da Cruz, Célia Maria Melo Lima, Maria Lúcia Nogueira Marquim, Raimunda Nonata*
1583 *Cadó, Cláudia Faquinote, Alceu Kuhn, Anderson Lopes Miranda, Samuel Rodrigues, Clátia Regina*
1584 *Vieira, Edvaldo da Silva Ramos, Fábio Moassab Bruni, Dulcinéia Reginato Francisco, Leovane*
1585 *Gregório, Conselheiros suplentes: Mariana Souza Silva, Thiago Cabral, Naelson Ferreira,*
1586 *Margareth Dallaruvera, Jucileide Nascimento. **Item Relato da Comissão Organizadora,** pelo*
1587 *Conselheiro Fábio: “Memória da Reunião Comissão Organizadora da 10ª Conferência Nacional*
1588 *da Assistência Social, Reunião Ordinária 002 de 2015, data: 11, 12 e 13 de março de 2015, horário*
1589 *das 9h às 18h, local: Esplanada dos Ministérios, anexo do Bloco F, Ala A, sala 118, integrantes da*
1590 *Comissão presentes: Edvaldo da Silva Ramos Presidente do CNAS, Alceu Kuhn, Aldenora Gomes*
1591 *Gonzalez, Clátia Regina Vieira, Fábio Bruni, Léa Lúcia Cecílio Braga, Leovane Gregório, Maria*
1592 *Lúcia Marquim e Raimunda Nonata Cadó. Convidados: Denise Colin Secretária Nacional de*
1593 *Assistência Social, Juliana Fernandes SNAS/MDS, Valdete de Barros colaboradora, Sinara*
1594 *Navarro Amorim Coordenadora de Publicidade ASCOM, Patrícia de Alencar Bezerra Jornalista*
1595 *ASCOM, Valéria Gonelli Secretária-Adjunta da SNAS/MDS, Secretaria-Executiva do CNAS*
1596 *Becchara Miranda, Carolina Ribeiro da Silva, Celda Maria Chaves de Sousa, Maria Auxiliadora*
1597 *Pereira, Marlene Azevedo Silva e Rosângela da Silva Almeida. A reunião da Comissão*
1598 *Organizadora da 10ª Conferência Nacional de Assistência Social teve início com a fala do*
1599 *Presidente do CNAS, que agradeceu a presença dos Conselheiros que compõe a Comissão*
1600 *Organizadora e justificou a ausência da Conselheira então Vice-Presidente Luziele Tapajós.*

1601 *Também esteve presente nessa reunião a Secretária Nacional de Assistência Social Denise Colin*
1602 *que saudou a todos os presentes. Em seguida foi realizada a leitura da pauta da reunião, ponto um:*
1603 *apreciação das contribuições ao documento de contextualização do tema da 10ª Conferência*
1604 *Nacional de Assistência Social, o CNAS encaminhou um documento com a contextualização do*
1605 *tema da 10ª Conferência Nacional de Assistência Social aprovada na plenária de fevereiro,*
1606 *solicitando ao CONGEMAS, FONSEAS, Conselhos Estaduais e do DF de Assistência Social*
1607 *Fóruns, usuários, entidades e trabalhadores a enviarem contribuições para a construção do*
1608 *processo da 10ª Conferência Nacional de Assistência Social. Encaminharam contribuições que*
1609 *subsidiaram a Comissão Organizadora na discussão e definição do lema e subtemas da 10ª*
1610 *Conferência. O CEAS Sergipe, CEAS Amapá, CEAS Rio de Janeiro, CEAS Ceará, Fórum Nacional*
1611 *dos Usuários do SUAS, CNAS/MDS, Robson Marcos Pereira da União dos Conselhos Municipais*
1612 *de Assistência Social de Serras Verdes, Sul de Minas e Luziele Tapajós, então Vice-Presidente do*
1613 *CNAS. Encaminhamentos a Comissão Organizadora propõe, tema: consolidar o SUAS de vez como*
1614 *a 2026, lema: pacto republicano no SUAS rumo a 2026, o SUAS que temos que o SUAS que*
1615 *queremos, subtemas: subtema um, o enfrentamento das situações de desproteções sociais e a*
1616 *cobertura dos serviços, benefícios, programas e projetos nos territórios, subtema dois: o pacto*
1617 *federativo e a consolidação do SUAS, subtemas três: fortalecimento da participação e do controle*
1618 *social para a gestão democrática, subtema quatro: as diretrizes para o SUAS nos próximos 10*
1619 *anos, plano decenal 2016/2026. A Professora Valdete de Barros colabora do CNAS em conjunto*
1620 *com a CNAS trabalharam os objetivos específicos e as ementas de cada subtema que foram*
1621 *apresentados à Comissão Organizadora nos seguintes, no dia seguinte quando foram agregadas*
1622 *novas contribuições conforme documento anexo A. encaminhamentos: a Comissão Organizadora*
1623 *propõe aprovação do informe CNAS número 001, conteúdos da 10ª Conferência Nacional de*
1624 *Assistência Social, a Comissão Organizadora propõe que faça constar nas primeiras orientações*
1625 *em relação ao processo de Conferência de 2015, orientações para que os municípios realizem as*
1626 *suas Conferências com a participação dos usuários, trabalhadores, governo e sociedade civil.*
1627 *Sugerir que os estados realizem os Encontros Regionais após as Conferências Municipais, visando*
1628 *à discussão de conteúdos vinculados à agenda dos pactos. Os Encontros Regionais não serão*
1629 *deliberativos para eleição dos delegados, porque na construção das orientações seja reforçado o*
1630 *levantamento de diretrizes nas Conferências Municipais para construção dos planos municipais de*
1631 *Assistência Social, o levantamento de diretrizes nas Conferências Estaduais e do DF para a*
1632 *construção do plano estadual e do DF. E definição de diretrizes nacionais, todos os entes e federal*
1633 *nacional na Conferência Nacional de Assistência Social. Ponto dois, discussão sobre o tamanho e*
1634 *o formato, estrutura e metodologia da 10ª Conferência Nacional de Assistência Social com vistas*
1635 *ao termo de referência e a definição dos instrumentais e orientações, visando à realização das*

1636 Conferências Municipais. A Comissão Organizadora após amplo debate e considerando que a 10ª
1637 Conferência Nacional de Assistência Social terá o objetivo de avaliar o plano decenal do SUAS
1638 2005/15 e propor diretrizes para o plano decenal 2016/26 propõe encaminhamentos: total de 2.1,
1639 total de participantes da 10ª Conferência Nacional de Assistência Social: 1.570, total de delegados:
1640 1.394 sendo delegados natos 36, delegados nacionais 58 com critérios a definir, delegados de
1641 âmbito municipal, estadual e do DF 1.300, número de convidados: 1776, critérios a definir, não
1642 haverá a categoria de observadores nessa Conferência. 2.2: solicitar à Secretaria Nacional de
1643 Assistência Social com vistas a Coordenação-Geral de Serviços de Vigilância Socioassistencial
1644 CGSVS/DGSUAS, a apresentação na reunião da Comissão Organizadora dia 14 de abril, a
1645 proposta de distribuição dos 1.300 delegados de âmbito municipal, estadual e do Distrito Federal.
1646 Considerando as seguintes variáveis, bem como orientações acerca de pisos a serem atribuídos a
1647 cada um dos demais critérios. Delegados de âmbito municipal, A: critério populacional 50%, B:
1648 participação de usuários na composição do CRAS, C: CRAS que possuam planejamentos das
1649 fiscalizações de serviços, programas, projetos e benefícios, D: realização de plenárias no mínimo
1650 10 reuniões, E: CRAS que acompanham as deliberações das Conferências, F: municípios que
1651 possuem Plano de Assistência Social aprovada pelo Conselho, G: controle social do Programa
1652 Bolsa Família, PBF exercido pelo Conselho. Delegados de âmbito estadual, A: Critério
1653 populacional 50%, B: uso dos 3% dos IGDs para custear as despesas dos funcionamentos do
1654 CEAS, C: representantes dos usuários no CEAS, D: O estado possui Plano de Assistência Social,
1655 PEAS aprovado pelo Conselho Estadual de Assistência Social CEAS, E: CEAS que possua
1656 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos Municipais de Assistência Social CMAS. 2.3:
1657 solicitar à Secretaria Nacional de Assistência Social com vistas a Coordenação-Geral de Serviço
1658 de Vigilância Socioassistencial CGSVS/DGSUAS apresentação na reunião da Comissão
1659 Organizadora dia 14 de abril, de um quadro com a identificação do percentual de município de
1660 pequeno porte um e dois e de pequeno porte dois de cada estado, para que o CNAS possa
1661 recomendar/orientar o CEAS sobre a garantia da representação de delegados considerando a
1662 proporcionalidades desse esporte. 2.4: incluir nas recomendações ao CEAS a necessidade de
1663 proporcionalidade dos segmentos representantes da sociedade civil, usuários, trabalhadores e
1664 entidades. 2.5: o formato, estrutura e metodologia da 10ª Conferência Nacional de Assistência
1665 Social serão discutidos na próxima reunião dessa Comissão. Ponto 3: definição do calendário do
1666 processo de Conferências em 2015, encaminhamento: a Comissão Organizadora propõe a
1667 definição do período para realização das Conferências de Assistência Social em 2015 conforme
1668 Resolução anexo B. Ponto 4: discussão e apreciação do informe CNAS número 02, contribuições à
1669 realização das Conferências Municipais de Assistência Social passo a passo, a Comissão
1670 Organizadora propõe aprovação do informe número 02/2015, contribuições à realização das

1671 Conferências Municipais de Assistência Social passo a passo, anexo C. Ponto 5: discussão e
1672 apreciação do informe CNAS número 03 de 2015, orientações aos Conselhos e Gestores para a
1673 garantia da acessibilidade nas Conferências de Assistência Social em 2015, encaminhamento: a
1674 Comissão Organizadora propõe aprovação do informe número 03 de 2015 com as recomendações
1675 aos Conselhos e Gestores para garantir acessibilidade nas Conferências de Assistência Social,
1676 anexo D. Ponto 6: relatoria da 10ª Conferência Nacional de Assistência Social, encaminhamentos:
1677 a Comissão Organizadora fez a indicação dos três nomes abaixo relacionados, e o Presidente do
1678 CNAS fará o contato telefônico com os mesmos para verificação da disponibilidade de
1679 participarem como Coordenador, Coordenadora, Relator, Relatora e/ou Relator, Relatora da 10ª
1680 Conferência Nacional, Denise Colin, Maria Luíza Rizzotti, Célio Vanderlei. Ponto 7: discussão
1681 sobre a logomarca da 10ª Conferência Nacional, foi apresentada pela ASCOM/MDS três propostas
1682 de logomarca a para a 10ª Conferência Nacional de Assistência Social, discutida pela Comissão
1683 Organizadora, onde foram feitas observações e sugestões para o aprimoramento da mesma,
1684 encaminhamento: convidar a ASCOM/MDS para apresentar no 1º dia da reunião da Comissão
1685 Organizadora dia 13 de abril às 9h para apresentação da proposta de logomarca da 10ª
1686 Conferência Nacional. Ponto 8: outros assuntos. 8.1: encaminhamentos das Comissões
1687 relacionadas à 10ª Conferência. 8.1.1: Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, sugerir que
1688 o CNAS oriente sobre a impossibilidade de Conferências conjuntas entre a Assistência Social e
1689 Direitos Humanos, considerando que chegou a essa Comissão o conhecimento de uma situação do
1690 estado de Pernambuco de realização conjunta, considerando ainda que a realização conjunta
1691 estará ferindo os princípios do comando único, defesa da Política do SUAS prejudicando a
1692 discussão do tema definido para a 10ª Conferência Nacional de Assistência Social,
1693 encaminhamento: visando esclarecer essa questão e outras questões relevantes junto aos
1694 Conselhos de Assistência Social, a Comissão Organizadora propõe a aprovação da Resolução que
1695 dispõe sobre a realização das Conferências de Assistência Social/2015, anexo E. 8.1.2: Comissão
1696 de Financiamento, manter a discussão sobre a execução orçamentária dos recursos destinados à
1697 gestão, incluindo também como tema de oficinas nas reuniões regionais e na 10ª Conferência
1698 Nacional de Assistência Social, encaminhamento: proposta contemplada nos subtemas da 10ª
1699 Conferência Nacional. 8.1.3: Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferências de
1700 Renda, 10.1.3.1: sobre os benefícios eventuais e BPC, que se faça a interlocução com a Comissão
1701 Organizadora da 10ª Conferência Nacional de Assistência Social justamente com a Comissão de
1702 Monitoramento das deliberações, pensando em estratégias para a Conferência, haja vista que o
1703 BPC sempre é objetivo de proposições em diversos Fóruns de discussões. E que em virtude disso
1704 essa Comissão considera pertinente maior apropriação e análise desse Conselho em torno das
1705 alterações e reformulações propostas no benefício. Encaminhamento: proposta contemplada nos

1706 *subtemas da 10ª Conferência Nacional, solicitar ao MDS a produção de material específico sobre o*
1707 *BPC para a distribuição na 10ª Conferência, garantisse oficina específica sobre o BPC. Ponto 9:*
1708 *próxima reunião da Comissão Organizadora, 13 e 14 de abril, proposta de pauta. 9.1:*
1709 *apresentação da proposta de logomarca da 10ª Conferência, convidado: ASCOM. 9.2: discussão*
1710 *sobre o formato e estrutura da 10ª Conferência com vista à preparação do TR pela Secretaria-*
1711 *Executiva do CNAS. 9.3: apresentação dos critérios de distribuição de delegados de âmbito*
1712 *municipal e estadual e do DF, convidado: CNAS/MDS. 9.4: discussão sobre critérios de delegados*
1713 *nacionais para a 10ª Conferência, 9.5: discussões sobre os critérios de convidados para a 10ª*
1714 *Conferência. 9.6: discussão sobre a relatoria da 10ª Conferência, condução, metodologia do*
1715 *processo de realização das Conferências, instrumentais e sistema informatizado entre outras*
1716 *atribuições. 9.7: discussão sobre a realização da primeira teleconferência sobre a 10ª Conferência.*
1717 *9.8: discussão sobre a implantação do mérito do CNAS na Conferência Nacional com caráter*
1718 *extraordinário, avaliar se sua implementação será a cada quatro anos na Conferência Ordinária.*
1719 *Edvaldo da Silva Ramos Presidente do CNAS.” O Presidente indicou as contribuições feitas aos*
1720 *documentos encaminhados, com o aproveitamento de algumas dessas propostas. O Conselheiro*
1721 *José Crus falou sobre a importância do tema, destacando a necessidade de participação de todos os*
1722 *municípios nos encontros regionais, a exemplo do que a Bahia havia realizado e indagando se o*
1723 *tema poderia ser alterado. O Presidente esclareceu que isso poderia acontecer, mas que a Comissão*
1724 *havia decidido manter, destacando a sua relevância. A Conselheira Cadó sugeriu correção da*
1725 *redação no segundo bloco de encaminhamentos o terceiro diz: “Orientação para que os municípios*
1726 *realizem suas Conferências com a participação de usuários, trabalhadores, governo e sociedade*
1727 *civil.” Devendo ser: usuários, entidades, trabalhadores e governo. A Conselheira Margareth*
1728 *observou que não se sentia contemplada enquanto trabalhador, questionando como estava sendo*
1729 *tratada a questão de trabalhadores que operavam essa política, discorrendo sobre a questão. A*
1730 *Conselheira Léa ressaltou que o lema traduzia a proposta da Conferência, e que na composição*
1731 *visual da logomarca da Conferência poderiam trabalhar para deixar bem clara a relação do tema*
1732 *com o lema com a ASCOM apresentando uma proposta. Falou sobre o que gostariam de discutir na*
1733 *Conferência, e com as pautas estando contempladas no debate, com a Conselheira Célia*
1734 *manifestando-se contemplada nessa fala. A Conselheira Léa sugeriu, para esclarecimentos, trazer as*
1735 *Resoluções 30, 18 e 32 e esclarecer as questões colocadas. A Conselheira Telma concordou com as*
1736 *colocações, tendo que diferenciar o tema sobre as diretrizes para o plano decenal, esclarecendo sua*
1737 *proposta e com o Presidente solicitando à Secretaria-Executiva que anotasse as sugestões feitas. A*
1738 *Conselheira Maria José manifestou-se contemplada com a fala da Conselheira Telma, trazendo mais*
1739 *algumas observações a respeito da discussão sobre os temas. O Presidente concordou, sugerindo*
1740 *acrescentar um parágrafo com essa orientação, de que os temas se convergiam entre si na*

1741 perspectiva de construírem a solidificação do debate todo no subtema quatro. A Conselheira Cadó
1742 solicitou que os desafios colocados fossem esclarecidos e que em capo se encontravam, com o
1743 Presidente sugerindo discutir o texto na hora do informe. Que estava acatada a proposta da
1744 Conselheira Margareth, apontada aqui pela Conselheira Léa, a da Conselheira Maria José e da
1745 Conselheira Cadó. O Conselheiro José Crus falou sobre os subtemas, tendo que achar outra
1746 categoria ao invés de ser subtema quatro, por ser essencial, mas convergia em outro momento após
1747 os três subtemas, com Presidente sugerindo que fosse feita a leitura dos subtemas com as suas
1748 ementas e objetivos específicos. A Conselheira Léa passou a essa leitura: *“Subtema um: “O*
1749 *enfrentamento das situações de desproteções sociais e a cobertura.” E agora a gente acrescenta: e*
1750 *a qualidade dos serviços, benefícios, programas e projeto nos território. “Objetivos específicos*
1751 *desse subtema: identificar nos grupos mais vulneráveis do território, suas condições de vida, as*
1752 *principais atenções demandadas à Assistência Social para a sua proteção social, e garantia de*
1753 *direitos e a capacidade de resposta da política considerando os atuais marcos regulatórios e a rede*
1754 *disponível, identificar se houve crescimento da violência motivada pela intolerância,*
1755 *discriminação, violência de gênero por orientação sexual ou raça, origem regional e os desafios*
1756 *que se colocam à Assistência Social para enfrentamento dessas desproteções. Identificadas a fins*
1757 *de cobertura e de qualidade das ofertas, e qualificação das ofertas, considerando a realidade dos*
1758 *territórios, urbanas, rurais, áreas isoladas, as diversidades regionais e as especificidades de*
1759 *público atendidos: trabalho infantil, comunidade quilombolas, ribeirinhos, indígenas, população*
1760 *em situação de rua, pessoa com deficiência dentre outros. Identificar novos grupos que desafiam a*
1761 *atuação e a regulação da Política de Assistência Social como: imigrantes e refugiados e o*
1762 *crescimento da população idosa dentre outros. Identificar questões sociais que perpassam o*
1763 *território e incidam na vida das famílias, potencializando proteções, crescimento do acesso à*
1764 *educação, saúde, habitação e urbanização, por exemplo. As desproteções como desemprego,*
1765 *violência urbana, impactos sociais de grandes obras, etc., potencializar a capacidade da Rede*
1766 *Socioassistencial, assegurar proteção social a grupos mais vulneráveis no cenário de transição*
1767 *sociodemográfica e crise econômica, mulheres, crianças, adolescentes, jovens, idosos, pessoas com*
1768 *deficiências e negros. Ementa, na última década houve um avanço significativo no Sistema de*
1769 *Proteção Social Brasileiro, notadamente no campo da proteção social não contributiva, nessa*
1770 *direção destacam-se a criação do Programa Bolsa Família, a implementação do SUAS, o*
1771 *enfrentamento da extrema pobreza e ampliação do acesso ao BPC assegurada sua vinculação ao*
1772 *salário mínimo. Essas conquistas contribuíram para um alcance de um patamar de provisões no*
1773 *campo da proteção social não contributiva, no entanto, outras questões sociais decorrentes de*
1774 *alterações sociodemográficas, e no cenário econômico se colocam como desafiadoras a proteção*
1775 *social nas próximas décadas. O acirramento de preconceitos intolerâncias particularmente de*

1776 renda, de origem regional, gênero, raça e orientação sexual. O contexto da vulnerabilidade
1777 extrema de pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, mulheres e jovens das famílias
1778 pobres, sobretudo, negros e o crescimento da imigração para o Brasil desafia o SUAS a aprimorar
1779 seus serviços e a incentivar a defesa e a garantia de direitos. A esses desafios somam-se ainda as
1780 questões sociais já postas ao SUAS no cenário atual, como trabalho infantil, atenção a públicos
1781 específicos como comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas dentre outros. E as
1782 diversidades territoriais dos meios urbanos e rurais, e das diferentes regiões do país, subtema 2:
1783 pacto federativo, a consolidação do SUAS, objetivos específicos: identificar os desafios
1784 subalimentação implementação do SUAS, cobertura de atendimento e cofinanciamento,
1785 considerando o modelo de federalismo brasileiro, aprimorar a definição das responsabilidades e
1786 competências dos entes federados considerando a NOB/SUAS 2012. Avaliar nas diferentes esferas
1787 o estágio de implementação das metas e prioridades do pacto de aprimoramento do SUAS, os
1788 principais desafios e dificuldades considerando as Resoluções 18 e 32 de 2013. Compatibilizar os
1789 instrumentos de planejamento e orçamento, PPA, LDO, LOA nas diferentes esferas com o pacto de
1790 aprimoramento do SUAS, os respectivos planos de Assistência Social e a NOB/SUAS 2012.
1791 Aprimorar a Legislação e regulação do SUAS às diferentes esferas, considerando o atual marco
1792 regulatório e os desafios para aprimoramento da gestão e a qualificação da oferta dos serviços e
1793 benefícios socioassistenciais. A descentralização política administrativa e as responsabilidades
1794 compartilhadas na gestão e financiamento do SUAS estão assentadas no modelo de federalismo
1795 brasileiro, após 10 anos de implementação do sistema, os avanços da cobertura, na modernização
1796 da gestão e na qualificação das ofertas, passa necessariamente pela reflexão e avaliação dos
1797 ganhos, dificuldades e desafios que decorrem do próprio modelo de federalismo brasileiro e do
1798 pacto federativo da Política de Assistência Social. Essa reflexão deve nortear o debate acerca do
1799 aprimoramento da definição das responsabilidades compartilhadas, das competências dos entes e
1800 dos instrumentos de gestão, para que a política possa assegurar acesso e galgar um novo estágio
1801 de qualidade. Subtema 3: fortalecimento da participação e do controle social para a gestão
1802 democrática, objetivos específicos: debater estratégias na perspectiva de fortalecimento da
1803 participação de usuários e trabalhadores da Assistência Social nas instâncias de controle social,
1804 avaliar e repensar o papel política das instâncias de controle social, Conselhos: Nacional,
1805 Estaduais, Distrital e Municipais na relação com demais Conselhos de Políticas Públicas e de
1806 defesa de direitos, bem como na articulação com o Ministério Público e Legislativo das diferentes
1807 esferas, visando ao fortalecimento da Política de Assistência Social. Aprimorar mecanismos de
1808 articulação intersetorial por meio de regulações conjuntas com Conselhos de outras Políticas
1809 Públicas, de defesa de direitos e órgãos só Sistema de Justiça. Avaliar o papel dos Conselhos de
1810 Assistência Social no que se refere à questão das competências com posição e representatividade,

1811 buscando o aprofundamento da participação democrática. Discutir mecanismos que favoreçam o
1812 acompanhamento sistemático pelos Conselhos, das competências e responsabilidade dos entes
1813 federados inscritos na NOB/SUAS 2012, visando o fortalecimento do Sistema Descentralizado e
1814 Participativo. Criar mecanismos e potencializar ações que assegurem a participação dos usuários
1815 na qualificação do atendimento ao cidadão. Ementa: a gestão descentralizada e a participação
1816 social são estruturantes à Política de Assistência Social, que conta com instâncias de pactuação e
1817 de deliberação, o exercício do controle social pelos Conselhos de Assistência Social implica
1818 planejamento, acompanhamento, avaliação e fiscalização da oferta dos programas, serviços e
1819 benefícios sócio socioassistenciais. Em 10 anos de implementação do SUAS ampliou-se e fortaleceu
1820 o papel dos Conselhos compostos igualmente por representantes do poder público e da
1821 sociedade civil, para alcance de um novo patamar de qualidade do sistema é necessário avançar no
1822 funcionamento e na representação política dos Conselhos, ampliando a participação dos usuários e
1823 trabalhadores. O subtema 4: as diretrizes para o SUAS nos próximos 10 anos, plano decenal:
1824 2016/2026, objetivos específicos: debater e propor diretrizes para compor as bases do plano
1825 decenal 2016/2026 considerando eixos estratégicos, aprimoramento da gestão do SUAS, gestão do
1826 trabalho, estruturação das Secretarias, vigilância socioassistencial, planejamento, monitoramento
1827 e avaliação, articulação de oferta pública, governamental e pública não governamental. Gestão
1828 financeira e orçamentária, serviços, programas e benefícios socioassistenciais, qualificação das
1829 ofertas na Proteção Social Básica Especial, cobertura e garantias de acesso e gestão integrada,
1830 acesso a rendas e serviços, participação, controle social e defesa de direitos. Aprimoramento de
1831 mecanismos que favoreçam a intersetorialidade da Assistência Social com as demais Políticas
1832 Públicas de defesa de direitos e com os órgãos do Sistema de Justiça para garantia da proteção
1833 social. Ementa: após o estágio inicial de implementação do SUAS no Brasil, coloca-se como
1834 desafio para a próxima década o planejamento da política, a estruturação de diretrizes para os
1835 próximos 10 anos é salutar para o aprimoramento da gestão pública da Assistência Social, para
1836 que a política possa assegurar convergência entre demandas das políticas e ofertas disponíveis.
1837 Esse planejamento deve considerar necessariamente diversidades regionais e dos públicos
1838 atendidos em um cenário econômico social e de transformações na estrutura sociodemográfica
1839 brasileira, que impacta diretamente no Sistema de Proteção Social.” Lembrou que incorporariam
1840 uma caracterização das duas Resoluções citadas, com o Presidente ponderando sobre o subtema 4 e
1841 se seguiriam essas diretrizes. O Conselheiro José Crus manteve sua posição de ser um eixo
1842 estratégico, mas tendo que ser revisto o conteúdo do chamado subtema, porque muitos tinham
1843 convergência com os três primeiros, discorrendo sobre a questão e com a Conselheira Maria José
1844 apoiando sua proposta. O Conselheiro Fábio ponderou que, como um colegiado que estaria nas
1845 Conferências Estaduais representando o Conselho, teriam que ter uma metodologia para

1846 incorporarem esses conteúdos, para uma boa representação. O Presidente falou sobre como esse
1847 documento havia sido construído e as parcerias que haviam contribuído, mas sendo importante se
1848 apropriarem do seu conteúdo. O Conselheiro Samuel sugeriu alterar a redação sobre a proposta de
1849 ampliação da participação dos trabalhadores e usuários, assegurando uma participação mais
1850 equânime, podendo se mandar sugestões, conforme o prazo colocado. A Conselheira Léa falou
1851 sobre a construção desse material, procurando atender as expectativas de todos, sendo que pela
1852 discussão a manifestação era de que os temas colocados conseguiam responder ao tema e a tarefa da
1853 Conferência, organizando o quarto de modo a traduzir a proposta de materializar e dialogar,
1854 reforçando a questão dos prazos, com o Presidente indicando a publicação no dia 2 de abril.
1855 Prosseguindo, o Presidente discorreu sobre as demais questões apresentadas, falando sobre o
1856 número de delegados e os critérios utilizados. A Conselheira Cláudia indicou o item 2.4: *“Incluir*
1857 *nas recomendações a proporcionalidade dos segmentos os representantes, usuários, trabalhadores*
1858 *e entidades.”* Indagando sobre como isso seria tratado na Comissão Organizadora. O Conselheiro
1859 José Crus manifestou-se contemplado com a fala do Presidente, discorrendo sobre as situações que
1860 poderiam se apresentar durante o evento. A Conselheira Cláudia observou que os critérios deveriam
1861 estar bem claros, destacando a participação da Conselheira Simone e sua contribuição em eventos
1862 anteriores. O Conselheiro Thiago concordou com o Conselheiro José Crus, discorrendo sobre a
1863 necessidade de um debate mais profundo sobre a participação na Conferência. A Conselheira Léa
1864 indagou aos membros da Comissão Organizadora se haviam tratado do critério populacional no 2.3,
1865 discorrendo sobre o que haviam discutido, sugerindo a inclusão do critério de porte e com o estudo
1866 a ser feito pela vigilância trazendo mais elementos para melhor definição dos critérios, com o
1867 Presidente complementando essa informação. A Conselheira Léa informou a consulta feita ao
1868 Conselheiro José Crus sobre demandar ao DGSUAS dois cenários: um com o critério populacional e
1869 outro sem, incorporando a análise do porte, tendo dois parâmetros e mais condição. A Conselheira
1870 Célia falou sobre as entidades e as dificuldades para escolha dos delegados municipais, falando
1871 sobre a questão e com a Conselheira Cadó destacando a necessidade de potencializar a participação
1872 nos eventos. A Conselheira Telma falou sobre o porte dos municípios, relatando as dificuldades
1873 encontradas destacando a necessidade de regramento e valorização das entidades, com o
1874 Conselheiro José Crus manifestando-se contemplado com essa fala. O Presidente sugeriu deixar o
1875 texto como estava, para a Comissão Organizadora dar uma orientação mais esclarecedora a partir da
1876 legislação. Passou para o item 3, definição do calendário de processo de Conferência de 2015, pela
1877 Conselheira Léa: *“Anexo B, Resolução de março de 2015, define o período de Resolução das*
1878 *Conferências de Assistência Social de 2015, a plenária do Conselho Nacional de Assistência Social*
1879 *CNAS em Reunião Ordinária realizada nos dias 17, 18 e 19 de março de 2015 no uso da*
1880 *competência lhe confere os Incisos VIII e XI e do Artigo 18 da Lei 8.742 de 07 de dezembro de*

1881 2003, *Lei Orgânica da Assistência Social*, considerando que o Ministério do Desenvolvimento
1882 *Social e Combate à Fome MDS e o Conselho Nacional de Assistência Social CNAS mediante*
1883 *Portaria conjunta número 01 de fevereiro de 2015 convocaram a 10ª Conferência Nacional de*
1884 *Assistência Social a se realizar em Brasília, Distrito Federal no período de 07 a 10 de dezembro de*
1885 *2015 resolve, Artigo 1º: definir o período para realização das Conferências de Assistência Social.*
1886 *1º: Conferências Municipais, prazo inicial: 11 de maio, prazo final: 10 de agosto de 2015. 2º:*
1887 *Conferências Estaduais e do Distrito Federal, prazo final: até 19 de outubro de 2015. 3º:*
1888 *Conferência Nacional de Assistência Social 07 a 10 de dezembro de 2015. Artigo 2º: essa*
1889 *Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação. Edvaldo da Silva Ramos Presidente*
1890 *do Conselho Nacional de Assistência Social.” A Conselheira Léa falou sobre as alterações feitas,*
1891 *sendo atualizado o documento anterior que subsidiava estados e municípios para a realização das*
1892 *Conferências e com o Conselheiro Fábio complementando como haviam chegado à atualização*
1893 *dessa redação. O Presidente indicou que teriam até o dia 26 para contribuições, com as*
1894 *condensações e a publicação até o dia 02. Indicou os demais itens, com a Conselheira Maria Lúcia*
1895 *procedendo à leitura da Resolução com as recomendações sobre a realização de conferências*
1896 *conjuntas: “Minuta de Resolução do CNAS, Resolução número X 19 de março de 2015, dispõe*
1897 *sobre a realização das Conferências de Assistência Social 2015, a plenária do Conselho Nacional*
1898 *de Assistência Social em Reunião Ordinária realizada nos dias 16, 18 e 19 de março de 2015 no*
1899 *uso da competência que lhe conferem os Incisos VIII e IX do Artigo 18 da Lei 8.742 de 07 de*
1900 *dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, considerando a Portaria conjunta*
1901 *CNAS/MDS número 01 de 09 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre a convocação extraordinária*
1902 *da 10ª Conferência Nacional de Assistência Social e dá outras providências, cujo tema é:*
1903 *consolidar o SUAS de vez rumo a 2015. E o lema: pacto federativo do SUAS rumo a 2026, o SUAS*
1904 *que temos e o SUAS que queremos, considerando que as Conferências de Assistência Social são*
1905 *instâncias que têm por atribuição avaliação da Política de Assistência Social e a definição de*
1906 *diretrizes para o aprimoramento do SUAS, ocorrendo no âmbito dos municípios, dos estados, do*
1907 *Distrito Federal e da universidade. Considerando os 10 anos de implantação do SUAS e a*
1908 *importância da definição de diretrizes para o planejamento e construção do segundo plano decenal*
1909 *do SUAS, observada a norma operacional básica do Sistema Único de Assistência Social*
1910 *NOB/SUAS resolve: Artigo 1º, orientar os Conselhos de Assistência Social Municipais, Estaduais e*
1911 *do Distrito Federal a convocarem suas Conferências em conformidade com o tema e o lema de*
1912 *acordo com as orientações emanadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social CNAS. Artigo*
1913 *2º: as Conferências Municipais, Estaduais e do Distrito Federal devem tratar específica e*
1914 *exclusivamente da Política de Assistência Social, de modo a avaliar o plano decenal 2005/2015 e*
1915 *proporem diretrizes para a construção do plano decenal do SUAS 2016/2026. Artigo 3º: as*

1916 Conferências Municipais, Estaduais e do Distrito Federal e Nacional, devem garantir
1917 acessibilidade dos participantes em relação ao local do evento e aos materiais e apresentações em
1918 conformidade com a Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto 5.296 de
1919 04 de dezembro de 2004, e o informe CNAS número 03 da 10ª Conferência Nacional de Assistência
1920 Social. Artigo 4º: essa Resolução entre em vigor a partir da data de sua publicação, Edvaldo da
1921 Silva Ramos Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social.” Lembrou que o informe três
1922 também entraria na leitura e no prazo até 26 de março de 2015. A Conselheira Maria José observou
1923 se no Artigo 1º precisaria ter essa expressão: “e de acordo com as orientações” ou se poderiam dizer
1924 “em conformidade com o tema e o lema e as orientações emanadas pelo Conselho Nacional”, com o
1925 Presidente esclarecendo a redação colocada, mas acatando essa proposta. O Presidente colocou em
1926 votação, com o texto sendo aprovado pelo Pleno. Prosseguiu, indicando os próximos itens e que a
1927 Comissão de Acompanhamento dos Benefícios trazia a proposta de discutir os benefícios eventuais
1928 e BPC, solicitando ao MDS produzir material sobre o tema para distribuir na Conferência, além de
1929 realização da oficina sobre o BPC e benefícios em geral. O Presidente prosseguiu, relatando os
1930 procedimentos tomados com relação à relatoria, cujos integrantes deveriam estar presentes na
1931 próxima reunião da Comissão dias 13 e 14., trazendo a sugestão de cinco nomes e que estariam
1932 presentes nessa reunião: Secretária Denise Colin, ex -Secretária Professora Maria Luíza, ex-
1933 Presidente do Conselho Professora Valdete Barros Martins, o ex-Presidente do Conselho, Professor
1934 Carlos Ferrari e o Sr. Célio Vanderlei Morais, que havia sido membro da relatoria da Comissão da
1935 IX Conferência A Conselheira Margareth. Indagou o critério utilizado para essas indicações,
1936 omitindo o nome da ex-Conselheira Luziele Tapajós, defendendo sua indicação, com o, Conselheiro
1937 Anderson sentindo-se contemplado com essa fala. Conselheira Cláudia indagou sobre a
1938 metodologia usada pela Comissão quanto à relatoria, com o Presidente esclarecendo como haviam
1939 tratado do assunto e as indicações feitas, com o Conselheiro Anderson ponderando sobre a
1940 colocação dos nome sem a devida discussão. A Conselheira Margareth observou que não haviam
1941 sido informados dessas escolhas, reiterando a indicação do nome da ex-Conselheira Luziele, com o
1942 Presidente esclarecendo estava em discussão não apenas a relatoria, mas também a dinâmica usada
1943 na Conferência anterior, com o Conselheiro José Crus reiterando a proposta de indicação do nome
1944 da ex-Conselheira Luziele e com a Conselheira Léa também destacando a escolha desse nome,
1945 trabalhando-se com os seis nomes indicados. A Conselheira Cadó discorreu sobre os procedimentos
1946 tomados para a indicação desses nomes, com o Conselheiro José Crus defendendo que a
1947 Conferência era de todos e não de um ou outro segmento, sugerindo à Comissão Organizadora que
1948 o próprio grupo tirasse o Coordenador-Geral, considerando os nomes indicados. O Presidente
1949 indicou que os nomes haviam sido acatados, tirando-se o Relator - Geral e com os demais nomes
1950 facilitando a criação ou não dos Comitê Acadêmico e Científico, convidando os cinco indicados

1951 para esses locais, ademais dos três subtemas, com a Conselheira Maria Lúcia manifestando-se
1952 contemplada com a fala do Presidente. A Conselheira Clátia falou sobre as contribuições da
1953 Comissão para a realização de uma conferência de qualidade, com a Conselheira Cláudia
1954 destacando as propostas colocadas, ressaltando a questão da paridade existente no Conselho e
1955 ponderando que o nome da ex- Conselheira Luziele havia sido colocado no Pleno, não tendo sido
1956 aventado anteriormente. Após mais algumas observações, o Presidente colocou o Relato da
1957 Comissão Organizadora para deliberação, com o mesmo sendo aprovado pelo Pleno. **Item Relato**
1958 **da Comissão de Financiamento**, pelo Conselheiro Fábio: “*Memória da Reunião da Comissão de*
1959 *Financiamento e Orçamento da Assistência Social, março de 2015, reunião 002 de 2015, data: 17*
1960 *de março de 2015, horário: 9h às 12h, local: esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, 1º*
1961 *andar sala 115. Conselheiros presentes: Fábio Bruni, Samuel Rodrigues, Leovane Gregório,*
1962 *convidados: Telma Maranhão, Diretora da proteção especial, Secretária-Executiva do CNAS*
1963 *Becchara Miranda, Suzane Gonçalves, Tali Telete, 1: relatório de execução da ação 8.249,*
1964 *funcionamento dos Conselhos em exercício 2014, apreciação do relatório final de execução*
1965 *orçamentária e financeira referência à atuação 8.249, funcionamento dos Conselhos em exercício*
1966 *2014. Apresentação da Secretária-Executiva, Secretária-Executiva Substituta do CNAS, a*
1967 *Secretária-Executiva substituta do Conselho Nacional de Assistência Social, Maria Auxiliadora*
1968 *Pereira apresentou relatório final da execução orçamentária e financeira da ação 8.429,*
1969 *funcionamento dos Conselhos em exercício de 2014 e destacou os seguintes pontos: com relação ao*
1970 *orçamento aprovado, Lei 12.798 de 04 de abril de 2013, Lei Orçamentária Anual, aprovou para*
1971 *ação 8.429 funcionamento dos Conselhos de Assistência Social, o orçamento de R\$9.011.483,00.*
1972 *No que tange a execução orçamentária e financeira o quadro em anexo, anexo I demonstra os*
1973 *percentuais de execução da ação 8.249. 1.1: das reuniões e realizações, para cumprir sua função*
1974 *institucional de controle social em 2014 o CNAS entre outros realizou 11 Reuniões Ordinárias,*
1975 *incluindo as reuniões mensais das quatro Comissões permanentes, Comissão de Acompanhamento*
1976 *aos Conselhos de Assistência Social, Comissão de Financiamento e Orçamentária da Assistência*
1977 *Social, Comissão de Normas e Comissão de Política. Sete reuniões da Comissão de*
1978 *Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda. B: duas reuniões em caráter*
1979 *descentralizado e ampliado, sendo a primeira em maio em Brasília/DF, em parceria com a*
1980 *Secretaria de Estado e Desenvolvimento e Transferência de Renda SEDEST e o CRAS/DF, com a*
1981 *participação de aproximadamente 600 pessoas. A segunda RDA foi realizada em novembro em*
1982 *parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza da Bahia, sedes e*
1983 *CEAS Bahia, com aproximadamente 500 participantes. C: três reuniões trimestrais em março,*
1984 *junho e setembro que contaram com 59, 35 e 43 participantes dentre Presidentes, Vice-Presidentes*
1985 *dos Conselhos e a Secretária-Executiva dos 27 CEAS e CRAS/DF respectivamente. Entre os temas*

1986 *abordados merecem destaque avaliação e monitoramento das Conferências de Assistência Social,*
1987 *Estaduais e Nacional, o plano de ação para a próxima gestão do CNAS, biênio 2014/2016. E*
1988 *fortalecimento da articulação entre os Conselhos de Assistência Social e as demandas específicas*
1989 *do controle social, apresentação do Indicador do Desenvolvimento dos Conselhos, ID/Conselhos e*
1990 *as orientações pertinentes ao marco regulatório das organizações da sociedade civil, prestadas*
1991 *pela Secretaria-Geral da Presidência da República CGPR. D: quatro Reuniões Regionais, a*
1992 *primeira na região Norte em Belém do Pará, em agosto com participação de 60 pessoas, a segunda*
1993 *com representantes da região Sul e Sudeste no Rio de Janeiro em setembro, na qual participaram*
1994 *70 pessoas, a terceira no Centro-Oeste em Goiânia/Goiás em novembro com a participação de 60*
1995 *pessoas e, por fim no Nordeste, em João Pessoa Paraíba em novembro com 51 pessoas. E*
1996 *apreciação de 33 Resoluções, Resolução CNAS número 01 a 33 de 2014, publicadas no Diário*
1997 *Oficial da União, DOU e publicizadas no sítio eletrônico do CNAS. F: instalação da Assembleia e*
1998 *conclusão do processo de eleição da sociedade civil do Conselho Nacional de Assistência Social, o*
1999 *CNAS, gestão 2014/2016 instituída pela Resolução CNAS número 02 de 2014. G: alteração do*
2000 *regimento interno do CNAS para instituição da Comissão de Monitoramento, das deliberações das*
2001 *Conferências Nacionais de Assistência Social por meio da Resolução CNAS número 06 de 2014. H:*
2002 *aprovação da Resolução número 09 de 2014 que ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de*
2003 *ocupações profissionais do Ensino Médio e Fundamental do SUAS em consonância com a NOB-*
2004 *RH/SUAS. E aprovação dos parâmetros da proposta orçamentária para a Assistência Social,*
2005 *relativo ao orçamento de 2015 por meio da Resolução CNAS número 02 de 2014. J: aprovação da*
2006 *Resolução CNAS número 14 que define parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e*
2007 *organizações da Assistência Social, bem como dos serviços, programas e projetos e benefícios*
2008 *socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social, revogando a Resolução CNAS número 16*
2009 *de 2010. O PI referente às diárias e deslocamentos considerando os valores empenhados e os*
2010 *devidamente pagos teve uma execução de 54%, na mesma condição de empenho e pagamento, o PI*
2011 *referentes as passagem aéreas teve uma execução de 36%, considerando o limite financeiro*
2012 *disponibilizado. 1.2: dos contratos e aquisições, contratação da empresa Unicurso, União de*
2013 *Curso Educação e Capacitação Profissional Ltda. para prestação de serviço de intérprete e língua*
2014 *brasileira de sinais, libras, conforme termo de referência do processo 71010/0021/2014-68, por*
2015 *período de 12 meses, a contar de 09/09/2014. A execução dos PIs, serviços de libras e taquigrafias*
2016 *se dá em conformidade com a necessidade de utilização do serviço, dentro do prazo de vigência do*
2017 *contrato das empresas licitadas com o CNAS. Contratação das empresas: Fabrindes Comércio e*
2018 *Serviços Ltda. e Eduardo Campos-ME, processo 71010000024/2014-00 para fornecimento de*
2019 *2.500 pastas transparentes com zíper e 2015 blocos para eventos do CNAS. Contratação da*
2020 *empresa Bel Ponto Bordados e Confecções Ltda. e WL Serviços e Comunicação Visual Ltda.*

2021 processo 71010000117/2014-26 para fornecimento de 27 bandeiras do estado e DF e prismas de
2022 mesa. Contratação das empresas Infordados Comércio e Serviços Ltda. EPP, processo número
2023 7101003091/2014-78 para fornecimento de cinco suportes para TV. Contratação da empresa
2024 Vanjur Comércio de Metais, Jornais e Serviços de Telecomunicações Ltda., processo
2025 71010000120/2014-40, para fornecimento de adesivos com relevo em braille. Contratação da
2026 empresa Vanjur Comércio de Metais, Jornais e Serviços de Telecomunicações Ltda. Processos
2027 71010000122/2014-39 para fornecimento de placas e adesivos em tinta e instalação. Aquisição de
2028 estantes deslizantes para organizar do acervo documental do Conselho, teve o seu edital lançado
2029 em 06 de março de 2014, foi realizado o pregão eletrônico número 10 de 2014 e concluída a
2030 contratação. As mesmas já se encontram devidamente instaladas em uso, os PIs, apoio a espaços
2031 democráticos de participação, consultorias, impressão e encadernação de material instrucional e
2032 manutenção do fornecimento, e fortalecimento dos Conselhos Municipais, Estaduais e do DF, são
2033 destinados a apoiar as ações do CNAS, a exemplo das reuniões trimestrais descentralizadas e
2034 ampliadas, publicações e materiais de consumo como blocos de anotações, bolsas, adesivos e
2035 outros. Análise, 1.3: análise, a execução apresentada com percentual de 48% devidamente pago
2036 decorrido o exercício de 2014, ocorreu dentro do padrão de normalidade. 1.4: execução da ação
2037 8.429, exercício de 2014, assim a execução do CNAS em 2014 teve a seguinte dinâmica: dotação
2038 inicial R\$9.011.483,00, empenhados: R\$6.354.520,00, a liquidar: R\$5.371.437,00 e pago:
2039 R\$3.640.046,00. Encaminhamentos: a Comissão sugere a plenária à aprovação do relatório de
2040 execução da ação 8.429 exercício de 2014, e que no próximo relatório apresente a discriminação
2041 de cada ação ao seu respectivo PI. 2: retorno da visita do Conselho Federal de Contabilidade com
2042 a possibilidade da presença de um representante do CFC, o Conselheiro Leovane Gregório
2043 juntamente com representante da Secretaria-Executiva Becchara Miranda fizeram uma visita ao
2044 Conselho Federal de Contabilidade, com um propósito de estarem viabilizando uma reunião com
2045 os representantes do CFC, por já anteriormente terem encaminhados dois Ofícios, mas não obtidos
2046 respostas, foi passado o contato de Alexandre Cordeiro, quando solicitou que encaminhasse um e-
2047 mail com todas as tratativas a serem discutidas, mas ainda não houve respostas.
2048 Encaminhamentos: a Comissão sugere à plenária monitorar o e-mail enviado ao CFC, dando
2049 continuidade as tratativas do acordo. Ponto 3: apresentação da edição número 85 de 2014, de
2050 tema: realizar estudos para diagnosticar os problemas do cumprimento das atribuições do
2051 Conselho Municipal de Assistência Social CMAS, e dos Conselhos de Assistência Social do Distrito
2052 Federal, CRAS/DF que dificultam o processo de apreciação e aprovação no plano municipal do
2053 plano de ação, da proposta orçamentária do órgão Gestor, do Fundo Municipal de Assistência
2054 Social e do CRAS/DF. Assim como também das ações de acompanhamento, fiscalização e controle
2055 da execução orçamentária e financeira dos programas e serviços socioassistenciais e do

2056 *demonstrativo sintético de execução físico e financeiro do SUAS/Web. Apresentação Secretaria-*
2057 *Executiva do CNAS, o representante da Secretaria-Executiva Becchara Miranda apresentou o*
2058 *edital aos Conselheiros da Comissão, onde foi debatido e solicitadas algumas alterações conforme*
2059 *os encaminhamentos. Pontuando que já foram feitas três publicações desse edital, mas não teve*
2060 *candidatos que se encaixassem dentre os requisitos solicitados no edital. Encaminhamentos: a*
2061 *Comissão sugere à plenária consultar a DPI, A: quanto à formação acadêmico propõe-se a*
2062 *ampliação do escopo de mestrado para Ciências Sociais aplicadas, e B: quanto à experiência*
2063 *profissional propõe-se a inversão do item obrigatório, experiência mínima de quatro anos em*
2064 *docência ou consultoria na área de Assistência Social, pela desejável experiência profissional de*
2065 *atuação em gestão de execução orçamentária e financeira da Política de Assistência Social. Fazer*
2066 *o encaminhamento do edital e data da publicação para os Conselheiros, realização de oficinas*
2067 *sobre os produtos no âmbito da Comissão para devida apreciação, onde também serão convidados*
2068 *o CNAS e o DGSUAS. 4: monitoramento trimestral do plano de ação, o plano foi debatido e*
2069 *revisado pela Comissão, com finalidade de estabelecer as metas prioritárias a serem alcançados no*
2070 *exercício de 2015. Encaminhamentos: a Comissão sugere à plenária fazer atualização do plano de*
2071 *ação e encaminhar para os seus Conselheiros. A Comissão após o monitoramento compreendeu*
2072 *que o plano precisa passar por uma reavaliação. 5º: definição de pauta para a reunião de maio,*
2073 *reavaliação do plano de ação redefinindo estratégias e prioridades, apresentação do relatório de*
2074 *execução orçamentária e financeira do primeiro trimestre, convidado: FNAS, informe sobre o*
2075 *Conselho Federal de Contabilidade, Fábio Moassab Bruni, Conselheiro da Comissão de*
2076 *Financiamento e Orçamento da Assistência Social.” A Conselheira Telma informou que estava*
2077 *como convidada, mas tendo saído sua nomeação como Conselheira. No item 3: apresentação do*
2078 *edital número 85/2014, o Conselheiro José Crus indagou sobre a função que era de gestão da*
2079 *Secretaria-Executiva desse Conselho, ademais da sugestão à Plenária de aprovar a questão que era*
2080 *função da gestão, de consultar DPI, de organizar um TR, não precisando constar no relato, com o*
2081 *Presidente concordando com essa colocação, com o Conselheiro Samuel esclarecendo esse*
2082 *procedimento. O Conselheiro José Crus destacou a colocação da Conselheira Telma da importância*
2083 *de uma articulação com o Conselho Federal de Contabilidade, fazendo esse registro, com a*
2084 *Conselheira Telma reiterando essa importância. O Presidente indagou se havia algum*
2085 *questionamento, em não havendo o Relato da Comissão de Financiamento foi aprovado pelo Pleno.*
2086 *A seguir, indicou a apresentação de um texto pela Conselheira Telma a respeito da votação para a*
2087 *maioridade penal: “Nota pública redução da maioria penal não é solução, o Conselho Nacional*
2088 *de Assistência Social CNAS , órgão superior de deliberação instituído pela Lei Orgânica da*
2089 *Assistência Social, LOAS, Lei 8.642 de 07 de dezembro de 93, com representatividade da sociedade*
2090 *civil e o poder público, vem a público manifestar repúdio a Proposta de Ementa Constitucional*

2091 *PEC número 171/1993 em trâmite na Comissão da Constituição e Justiça e de Cidadania e do*
2092 *Senado Federal. Inicialmente cabe destacar que a violência é um fenômeno de causas*
2093 *multifatoriais, com destaque para desigualdade social, o preconceito, a iniquidade da distribuição*
2094 *de renda e a insuficiência de Políticas Públicas. A justificativa da PEC número 171/93 não se*
2095 *baseia em estudos técnicos ou científicos que comprovem ao seu argumento mostrando-se frágil*
2096 *para sustentar uma alteração constitucional, principalmente, no que se refere a um artigo*
2097 *considerado como cláusula pétrea, pois se trata de direitos e garantias individuais consagrados na*
2098 *Constituição Federal de 1988. Não há estudos que comprovem a correlação entre o*
2099 *recrudescimento de sanções aplicadas a adolescentes autores de atos infracionais e diminuição dos*
2100 *índices de violência no Brasil. Assim como não se pode afirmar que a inserção de adolescentes no*
2101 *regime de privação de liberdade diminuirá o sentimento de insegurança da população. Os setores*
2102 *favoráveis que busca desacreditar a Legislação vigente, disseminando a ideia de que o estado deve*
2103 *penalizar os adolescentes não consideram as iniciativas de redução da idade penal em outros*
2104 *lugares do mundo que foram mal sucedidas. É importante ressaltar que algum países como Japão,*
2105 *Estados Unidos e Alemanha estão revendo a decisão de redução da maioridade em razão de sua*
2106 *ineficácia na diminuição dos índices de violência e dos atos infracionais cometidos pelos*
2107 *adolescentes. Também ignoram o fato de que a inserção do adolescente no Sistema Prisional*
2108 *devido a sua precariedade e ineficiência produzirá o efeito contrário ao pretendido, conforme*
2109 *aponta o estudo redução da idade penal, socioeducação não faz com prisão, do Conselho Federal*
2110 *de Psicologia de 2013. Os segmentos favoráveis à redução da maioridade penal não compreende*
2111 *que as medidas socioeducativas previstas pelo Estatuto da Criança e Adolescente ECA, Legislação*
2112 *de referência internacional tem caráter sancionatório, ou seja, não há impunidade para aqueles*
2113 *adolescentes que cometem ato infracional. Um adolescente pode ficar até três em anos em uma*
2114 *unidade de internação, isso corresponde a método de sua adolescência. Nas Audiências Públicas*
2115 *realizadas para debater a PEC número 171, Magistrados e autoridades presentes foram unânimes*
2116 *em afirmar que a redução da maioridade penal não diminuirá a criminalidade no país. Ressalta-se*
2117 *que o Sistema Único de Assistência Social através do Centro de Referência Especializado da*
2118 *Assistência Social, CREAS, oferta atendimento aos adolescentes que praticam atos infracionais no*
2119 *Serviço de Proteção Social aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativas, de*
2120 *liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade, o NLEPSC. De acordo com o*
2121 *Censo/SUAS/CREAS 2013 de um total de 2.249 CREAS, 1.649, 73% informaram ofertar o serviço*
2122 *de medida socioeducativa em meio aberto, atendendo um total de 89.718 adolescentes, a maioria*
2123 *dos atos infracionais que levam a determinação judicial de medidas de privação de liberdade, não*
2124 *envolve crimes contra a pessoa. Pesquisa do Conselho Nacional de Justiça de 2012 revela que os*
2125 *delitos cometidos por adolescentes são predominantemente roubo, furto, tráfico, perfazendo*

2126 aproximadamente 80% do total. É preciso explicar o outro lado do problema da violência,
2127 envolvendo adolescentes que têm sido reiteradamente esquecidos pelos propositores da redução da
2128 idade penal. Os adolescentes são mais vítimas dos que autores de violência, o último índice de
2129 homicídios de adolescente IHA, estudo realizado pela SDH da Presidência da República, em
2130 parceria com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro e UNICEF, foi realizada em 2012 nas
2131 cidades com mais de 100.000 habitantes, estimou que mais de 42.000 adolescentes poderão ser
2132 vítimas de homicídios até 2019. De acordo com os dados cada grupo de 100.000 pessoas com 12
2133 anos completos em 2012, 3,32, 13,32 correm o risco de serem assassinados antes de atingirem 19
2134 anos de idade. A taxa representa um aumento de 17% em relação a 2000/anos, quando o IDH
2135 chegou a 2,84, é preciso destacar o papel das medidas socioeducativas de meio aberto, que de
2136 acordo com o ECA deve ter prevalência em relação às medidas socioeducativas de meio fechado.
2137 As condições das unidades de internação não são adequadas para o cumprimento da medida
2138 socioeducativa de privação de liberdade. O Conselho Nacional do Ministério Público considera em
2139 seu recente relatório da infância e da juventude que o excesso de lotação nas unidades compromete
2140 severamente a qualidade do Sistema Socioeducativo, superando o contexto das celas super lotadas
2141 que costumeiramente se vê no Sistema Prisional.” Aí é a fonte do Conselho Nacional do Ministério
2142 Público de 2013. “Cabe também ao estado reforçar e ampliar o rol das Políticas Públicas que têm
2143 crianças e adolescentes como foco, fortalecendo a Política de Atendimento à criança e
2144 adolescentes, principalmente, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE, já
2145 instituído pela Lei 12.594 de 2012 como resposta do estado aos atos infracionais cometidos por
2146 adolescentes. Até mesmo os propositores da redução da idade de responsabilidade penal admite
2147 que falta aplicação integral dos dispositivos do ECA. Nesse sentido a prevenção pressupõe maiores
2148 investimentos nas Políticas Públicas e aperfeiçoamento do serviço de saúde da educação, gratuitos
2149 e com qualidade, e pela oferta do serviço socioassistencial de prevenção e proteção social,
2150 garantidos pelo Sistema Único de Assistência Social. Aprovação pelo Congresso Nacional da
2151 redução da maioria penal além de contrariar a cláusula Pétreia constitucional, favorece a
2152 desproteção da infância e da adolescente no Brasil, é preciso mobilizar a sociedade, o poder
2153 público e as instâncias de defesa de Direitos Humanos, em especial os da criança e adolescente,
2154 para que todos cumpram o que dispõe a Constituição Brasileira. Artigo 227: é dever da família, da
2155 sociedade e do estado assegurar á criança e ao adolescente com absoluta prioridade o direito à
2156 vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura e a dignidade,
2157 ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda
2158 forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O Conselho
2159 Nacional da Assistência Social CNAS como integrante do sistema de garantia de direitos de
2160 manifesta contrário a PEC número 171 de 1993, e ratifica a importância da doutrina de proteção

2161 *integral, que fundamenta a garantia da absoluta prioridade para a criança e adolescente no acesso*
2162 *aos direitos, respeitada a condição de pessoa em desenvolvimento, dispositivo no Estatuto da*
2163 *Criança e Adolescente. Tendo em vista a falta de embasamento da PEC, a modificação proposta*
2164 *poderá causar impactos irreversíveis para os adolescentes, principalmente, pobres, negros e suas*
2165 *famílias. Dessa forma é importante que os atos infracionais e suas respectivas sanções sejam*
2166 *debatidas amplamente, para que o estado não se restrinja a segregação e ao encarceramento de*
2167 *parte da juventude brasileira, Conselho Nacional de Assistência Social.” O Conselheiro Leovane*
2168 *sugeriu acrescentar ao final uma frase de efeito:” menos prisão, mais socioeducação” com o*
2169 *Conselheiro José Crus propondo algo positivo, como proteção ou educação. A Conselheira Cláudia*
2170 *ressaltou a pressa em publicizar essa carta, concordando com a inserção de uma frase de impacto,*
2171 *sugerindo “que se fechem as celas e se abram os pensamentos” com a Conselheira Telma sugerindo*
2172 *“as mentes”. O Presidente indicou no nono parágrafo uma frase meio truncada, “É preciso*
2173 *explicitar o outro lado do problema da violência.” Sugerindo manter a vírgula depois de UNICEF,*
2174 *retirar a letra “i” e sugerindo inserir um dado sobre assassinato de jovens negros. A Conselheira*
2175 *Margareth observou que a frase “sem prisão, com mais educação”, atendia ao colocado pela*
2176 *Conselheira Telma, esclarecendo essa colocação. A Conselheira Maria José sugeriu colocar no*
2177 *início “garantir direitos e dignidade é a solução, com o Conselheiro José Crus considerando*
2178 *importante demarcar as mais de 10.000 unidades de referência da Assistência Social, falando sobre*
2179 *sua relevância. O Presidente indicou o parágrafo “Ressalta-se que o Sistema Único de Assistência*
2180 *Social através do Centro de Referência Especializada de Assistência Social CREAS”, sugerindo*
2181 *alterar o termo para “ressalta-se”. A Conselheira Clátia sugeriu no encerramento do texto colocar*
2182 *algo que negasse a prisão, esclarecendo sua proposta. A Conselheira Maria José sugeriu receber o*
2183 *texto corrigido e promover sua divulgação. O Conselheiro Leovane discorreu sobre a diminuição da*
2184 *idade penal, sugerindo colocar a frase “menos prisão e mais educação”, promovendo-se a melhoria*
2185 *para esses jovens. O Presidente ponderou que o texto já estava longo, não devendo se inserir mais*
2186 *observações, mas propondo incluir “há mais de século o direito brasileiro reconhece a*
2187 *recomendação prescrita ou descrita no livro dos direitos e das penas,” colocando-se o autor. A*
2188 *Conselheira Telma destacou que esse texto deveria ser publicizado o quanto antes, estando em jogo*
2189 *sua aprovação pelo Congresso, indicando a frase colocada pela Conselheira Maria José, tendo que*
2190 *se votar as propostas colocadas e com o Presidente observando que sua indicação seria para reforçar*
2191 *a legislação existente. A Conselheira Telma reforçou sua preocupação quanto a qualquer afirmação*
2192 *do Sistema Prisional para Adolescente, não querendo dar a ideia que a prisão poderia ser uma das*
2193 *saídas. Após algumas colocações, foi consensuada a proposta três, e sendo preciso definir a quem*
2194 *encaminharia a pesquisa da Conselheira Mariana sobre Juventude Negra, nomeando Congresso*
2195 *Nacional, CEAS, CMAS, CONGEMAS, FONSEAS, todo o meio do CNAS e todos os Ministérios*

2196 e deputados federais e estaduais, conforme sugestão da Conselheira Clátia. O Presidente sugeriu
2197 fazer um ofício circular de encaminhamento, citando os destinatários, Presidentes das casas, líderes
2198 de bancada e para CEAS, CONGEMAS e FONSEAS e por e-mail para os Conselheiros do CNAS.
2199 **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos,
2200 declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo serviço de som
2201 deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata, aprovada em
2202 reunião de de de dois mil e quinze.